



Projeto de Mestrado

Mestrado em Contabilidade e Relato de Gestão

Relato de Sustentabilidade e Contabilidade Ambiental na empresa Rectimold

Joana Catarina Pereira Rebelo

Leiria, setembro de 2012



Projeto de Mestrado

Mestrado em Contabilidade e Relato de Gestão

Relato de Sustentabilidade e Contabilidade Ambiental na empresa Rectimold

Joana Catarina Pereira Rebelo

Projeto de Mestrado realizado sob a orientação das Professoras Doutoras Teresa Cristina Pereira Eugénio e Liliana Marques Pimentel, Professoras da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.

Leiria, setembro de 2012

Agradecimentos

Ao longo da elaboração deste projeto tive a oportunidade de contar com o apoio de várias pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta grande alegria: a conclusão desta etapa. Gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos:

Às minhas orientadoras:

- Doutora Teresa Eugénio, pelo seu apoio, orientação, sugestões e comentários no sentido de enriquecer o presente projeto e pela sua contribuição ao longo deste último ano;
- Doutora Liliana Pimentel, pelo seu apoio, colaboração, orientação, disponibilidade, ajuda, participação e acompanhamento na reta final.

Estendo os meus agradecimentos à coordenação do Mestrado em Contabilidade e Relato de Gestão e a todos os professores pelos conhecimentos transmitidos.

Aos colegas de mestrado pelo apoio mútuo durante estes dois anos. Não posso deixar de referir e agradecer às minhas colegas desta caminhada, à Catarina e à Manuela. Um especial obrigado à Vânia pela força e amizade.

À Rectimold, por ter possibilitado a elaboração deste projeto e por ter apoiado na sua realização, partilhando a sua experiência na área da Contabilidade Ambiental. Nomeadamente aos acionistas António Pereira e José Carlos Costa, à Engenheira Nancy Pereira pelo apoio e disponibilidade para o esclarecimento de dúvidas, à Rute e à Ana.

À Sónia, amiga de sempre, que apesar da distância se manteve firme e persistente.

À minha família e amigos pelo apoio e incentivo nos momentos mais difíceis e a todos os que tiverem disponibilidade para indicar elementos e fornecer comentários e que não hesitaram em apoiar-me.

Não posso deixar de agradecer também ao Pedro Martins, o meu namorado, pela paciência e companheirismo e por todo o apoio, incentivo e compreensão.

Por fim, e como os últimos são sempre os primeiros, quero agradecer às pessoas mais importantes da minha vida, os meus pais. Eles concederam-me a força, o amor, o apoio e a coragem que precisei para poder alcançar este grande objetivo com sucesso, agradeço também pela compreensão e dedicação que sempre me prestaram, apesar da minha falta de atenção e ausências, e por serem os melhores pais do mundo.

A todos o meu muito Obrigada!

Resumo

O presente trabalho aborda duas vertentes em matérias que se completam: a Contabilidade Ambiental e o Relatório de Sustentabilidade. O objetivo deste trabalho é apresentar um Projeto de Implementação de um Sistema de Contabilidade Ambiental que deve conter informação ambiental a ser divulgada no Relatório e Contas da empresa e ainda, apresentar uma proposta de um futuro Relatório de Sustentabilidade para uma determinada empresa, tendo em conta a sua responsabilidade com o meio ambiente.

De acordo com o que é apresentado na literatura, facilmente captamos que se trata de dois temas muito importantes e que estão em constante evolução.

Este trabalho de investigação consiste num estudo de caso referente a uma pequena e média empresa nacional do setor dos moldes – a Rectimold – Retificação de moldes, S.A.. A contabilidade ambiental torna-se assim uma grande aliada no sentido de auxiliar os gestores ou administradores da empresa a tomarem decisões mais corretas.

Foi desenvolvida uma metodologia para a Contabilidade Ambiental de modo a seguir as fases de implementação desenvolvidas por Eugénio (2011) em que foram analisados todos os componentes ambientais decorrentes da atividade da empresa. Com o sistema de contabilidade ambiental implementado na Rectimold é possível quantificar os gastos, rendimentos, ativos e passivos ambientais, de modo a obter resultados ambientais. Deste modo, a contabilidade ambiental tem o papel importante de conseguir dividir e posteriormente transmitir todos os resultados apenas que respeitam ao ambiente. Analisado o contexto de atuação da Rectimold, o sistema de contabilidade ambiental deve apoiar-se na constituição de uma equipa ambiental multidisciplinar e composta de acordo com a estrutura da empresa, tendo ainda em conta as exigências legais.

No que respeita à análise de Relatórios de Sustentabilidade, consta-se que é através deles que as empresas publicam informações relevantes e foi neste contexto que se apresentou uma proposta de um possível Relatório de Sustentabilidade para a empresa em estudo.

Deste modo, considera-se que a Rectimold poderá ganhar vantagem competitiva e reformular a sua estratégia, ganhando mesmo valor económico, no caso de implementar o Sistema de Contabilidade Ambiental. É uma mais-valia para a empresa divulgar o Relatório de Sustentabilidade pois possibilita os seus *stakeholders* acompanhar aos resultados e a tomada de decisões em conformidade com os objetivos.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental, Sustentabilidade, Relato de Sustentabilidade, Projeto de Implementação

Abstract

This paper addresses two aspects in matters that complement each other: Environmental Accounting and the Sustainability Report. The objective of this paper is to present an Implementation Project of an Environmental Accounting System which should contain environmental information to be disclosed in the Annual Report of the company, and also, submit a proposal for a future Sustainability Report for a particular company, taking into account its responsibility as far as the environment is concerned.

According to what is presented in the literature, we easily realize that these are two very important topics which are constantly evolving.

This research is a case study regarding a small and medium enterprise of the national molds sector - Rectimold – Retificação de moldes, S.A., is conducted. The environmental accounting thus becomes a great ally in helping managers or directors of the company to make more accurate decisions.

A methodology for Environmental Accounting was developed in order to track the phases of implementation developed by Eugénio (2011) which examined all environmental components arising from the company's activity. With the environmental accounting system implemented in Rectimold it is possible to quantify the costs, revenues, assets and environmental liabilities, in order to obtain environmental results. Thus the environmental accounting has the important role of being able to divide and subsequently transmit all the results that are related to the environment. After assessing the context of the performance of Rectimold, the environmental accounting system should be based on the constitution of a multidisciplinary environment team and composed according to the company's structure, taking into account the legal requirements.

Regarding the analysis of sustainability reports, it appears that it is through them that companies publish relevant information and was in this context that a proposal for a possible Sustainability Report for the company under study was submitted.

Thus, it is considered that Rectimold can gain competitive advantage and reshape its strategy, even gaining economic value, in the case of implementing the System of Environmental Accounting. It is an asset for the company to disclose the Sustainability Report as it allows its stakeholders to monitor the results and making decisions in accordance with the objectives.

Key-Words: Environmental Accounting, Sustainability, Sustainability Report, Implementation Project

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura I.1 – Normalização contabilística em Portugal..... | 19 |
| Figura I.2 – Triple bottom line | 22 |
| Figura III.1 – Fluxograma de fabrico..... | 43 |
| Figura IV.1 –Localização da Rectimold | 63 |
| Figura IV.2 – Organigrama da Rectimold..... | 64 |
| Figura IV.3 – Identificação dos <i>stakeholders</i> | 71 |
| Figura IV.4 – Análise SWOT | 77 |
| Figura IV.5 – Questões materiais | 79 |

Índice de Quadros

| | |
|---|----|
| Quadro I.1 – Forma Organizada da NCRF n.º 26..... | 20 |
| Quadro III.1 - Fases de Implementação do Sistema de Contabilidade Ambiental..... | 38 |
| Quadro III.2 – Levantamento de Resíduos, Fontes Geradoras e Destino | 45 |
| Quadro III.3 - Levantamento de Gastos, Rendimentos, Ativos e Passivos de carácter ambiental | 49 |
| Quadro III.4 – Registo de Resíduos por Domínios..... | 50 |
| Quadro III.5 – Ações de Formação..... | 59 |
| Quadro IV.1 – Influência dos <i>Stakeholders</i> | 70 |
| Quadro IV.2 –EC1 Valor Económico Direto Gerado e Distribuído..... | 80 |
| Quadro IV.3 – EC2 Ajuda Financeira Recebida do Governo | 81 |
| Quadro IV.4 – EC5 Salário Mais Baixo Comparado ao Salário Mínimo Local | 82 |
| Quadro IV.5 – EC6 Proporção de Gastos com Fornecedores Locais | 82 |
| Quadro IV.6 – EN1 Materiais Utilizados..... | 84 |
| Quadro IV.7 – EN3 Consumo de Energia..... | 85 |
| Quadro IV.8 – EN3 – Consumo de Água..... | 86 |
| Quadro IV. 9 – EN22 Peso Total dos Resíduos | 89 |
| Quadro IV.10 – LA1 Total de Colaboradores | 91 |
| Quadro IV.11 – LA10 Média de Horas de Formação por Ano | 92 |

Índice de Gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico II.1 – N.º de moldes fabricados..... | 33 |
| Gráfico IV.1 – N.º de moldes fabricados | 65 |
| Gráfico IV.2 – Evolução do volume de negócios (Euros) | 66 |
| Gráfico IV.3 – Financiamentos obtidos | 66 |
| Gráfico IV.4 – Distribuição de clientes 2010..... | 73 |
| Gráfico IV.5 - Distribuição de trabalhadores por sexo | 74 |
| Gráfico IV.6 – Nível de habilitações de colaboradores | 75 |
| Gráfico IV.7 – N.º fornecedores certificados | 76 |
| Gráfico IV.8 – EC6 Proporção de Gastos com Fornecedores | 83 |
| Gráfico IV. 9 – EN22 Média de resíduos/molde trabalhado | 90 |
| Gráfico IV.10 – EN22 Resíduos produzidos – valorizado e eliminado..... | 90 |
| Gráfico IV.11 – LA10 Horas de formação totais | 92 |

Lista de Abreviaturas

CEFAMOL – Associação Nacional da Indústria de Moldes

CENTIMFE – Centro tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

CTOC – Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas

CSEAR – *Centre for Social and Environmental Accounting Research*

DC – Diretriz Contabilística

DL – Decreto-Lei

EMAS – *Eco-Management and Audit Scheme*

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

GRI – *Global Reporting Initiative*

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IAS – *International Accounting Standards*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IASC - *International Accounting Standards Committee*

ISO – *International Organization for Standardization*

IVA – Imposto sobre o valor Acrescentado

LER – Lista Europeia de Resíduos

NCRF – Norma de Contabilidade e Relato Financeiro

ONG’S – Organizações não-governamentais

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PME – Pequena e Média Empresa

PNSAC – Parque Natural das Serras Aire e Candeeiros

REEE – Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos

SCA – Sistema de Contabilidade Ambiental

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development*

WCED – *World Commission on Environmental and Development*

Índice

| | |
|---|-------------|
| Agradecimentos..... | i |
| Resumo | iii |
| Abstract | v |
| Índice de Figuras..... | vii |
| Índice de Quadros | ix |
| Índice de Gráficos | xi |
| Lista de Abreviaturas | xiii |
| Índice | xv |
| Introdução | 1 |
| Capítulo I - Revisão da literatura..... | 9 |
| I.1 - Enquadramento teórico da evolução da investigação da Contabilidade Ambiental..... | 10 |
| I.2 - Contabilidade Ambiental e sua Importância | 13 |
| I.3 - Normalização contabilística ambiental em Portugal | 16 |
| I.4 - Evolução do conceito de Sustentabilidade..... | 21 |
| I.5 - Relato de Sustentabilidade | 26 |
| Capítulo II – A Rectimold..... | 31 |
| II.1 – Breve Introdução histórica sobre o Setor dos moldes..... | 32 |
| II.2 – A empresa em estudo – Rectimold | 32 |
| II.2.1 - Política de manutenção..... | 33 |
| II.2.2 - Política de controlo e qualidade | 34 |
| II.2.3 - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho | 34 |
| II.2.4 - Gestão de impacto ambiental..... | 34 |
| II.2.5 - Missão | 35 |
| Capítulo III – Contabilidade Ambiental na Rectimold | 37 |
| III.1 - Fase 1: Aprovação do projeto | 38 |
| III.2 - Fase 2: Constituição da equipa | 39 |
| III.3 - FASE 3: Conhecimento do negócio | 39 |
| III.3.1 - Questões Ambientais no setor da entidade | 39 |
| III.3.2 - Leis e Regulamentos que são aplicáveis à entidade..... | 40 |

| | |
|--|-----------|
| III.3.3 - Responsabilidade no Sistema de Contabilidade Ambiental da Rectimold..... | 41 |
| III.3.4 - Seguro de Responsabilidade Ambiental da Rectimold | 41 |
| III.4 - FASE 4: Levantamento detalhado sobre a atividade da empresa | 41 |
| III.4.1 - Política Ambiental | 41 |
| III.4.2 – Processo Produtivo | 42 |
| III.4.3 – Levantamento de Resíduos, Fontes geradoras e Destino..... | 44 |
| III.5 - FASE 5: Identificação da informação financeira ambiental | 47 |
| III.5.1 - Gastos Ambientais | 47 |
| III.5.2 - Rendimentos Ambientais | 47 |
| III.5.3 - Ativos Ambientais | 48 |
| III.5.4 - Passivos Ambientais..... | 48 |
| III.5.5 - Classificação dos itens ambientais por domínio ambiental..... | 50 |
| III.5.6 – Subcontas..... | 51 |
| III.5.7 – Regras de Mensuração | 53 |
| III.6 - FASE 6: Análise da divulgação financeira ambiental | 53 |
| III.6.1 – Relatório de Gestão..... | 53 |
| III.6.2 - Anexo..... | 55 |
| III.7 - FASE 7: Elaboração de documentos de apoio (recomendações) | 56 |
| III.8 - FASE 8: Alterações ao sistema de informação | 56 |
| III.9 - FASE 9: Formação | 57 |
| III.9.1 - Ações de Sensibilização | 57 |
| III.9.2 - Ações de Formação..... | 58 |
| III.10 - FASE 10: Entrada em Funcionamento | 59 |
| Capítulo IV –Sustentabilidade na Rectimold | 61 |
| IV.1 - Mensagem do Conselho de Administração | 62 |
| IV.2 – A Rectimold | 62 |
| IV.2.1 – Quem somos? | 62 |
| IV.2.2 – Onde estamos? | 63 |
| IV.2.3 - O Governo da Organização..... | 64 |
| IV.2.4 – Estrutura da Organização | 64 |
| IV.2.5 – Breve Descrição dos Produtos e Serviços | 65 |
| IV.2.6 – Mercados onde Atua..... | 65 |
| IV.2.7 – Dimensão da Empresa..... | 66 |

| | |
|---|------------|
| IV.2.8 – <i>Visão e Missão</i> | 67 |
| IV.2.9 - <i>Valores</i> | 67 |
| IV.2.10 - <i>Certificações</i> | 67 |
| IV.2.11 - <i>Estratégia</i> | 68 |
| IV.2.12 – <i>Estratégias de Marketing</i> | 68 |
| IV.3 – <i>Perfil do Relatório</i> | 69 |
| IV.3.1 – <i>Identificação dos Stakeholders</i> | 69 |
| IV.3.2 – <i>Relação com os Stakeholders</i> | 72 |
| IV.3.3 - <i>Materialidade</i> | 78 |
| IV.3.4 - <i>O Desempenho da Empresa</i> | 80 |
| IV.4 – <i>Compromissos Futuros e metas até 2014</i> | 93 |
| IV.4.1 - <i>Desempenho Económico</i> | 93 |
| IV.4.2 - <i>Desempenho Ambiental</i> | 94 |
| IV.4.3 - <i>Desempenho Social</i> | 95 |
| Conclusão | 97 |
| Referências Bibliográficas | 103 |
| Apêndices | 111 |
| Apêndice 1 – <i>Entrevistas Semiestruturadas a colaboradores da Rectimold</i> | 113 |
| Apêndice 2 - <i>Manual de Procedimentos do Sistema de Contabilidade Ambiental</i> | 115 |
| Anexos | 125 |
| Anexo 1 - <i>Identificação da Rectimold</i> | 127 |
| Anexo 2 - <i>Organigrama</i> | 129 |
| Anexo 3 – <i>Legislação aplicável à entidade</i> | 131 |
| Anexo 4 - <i>Processo produtivo</i> | 133 |
| Anexo 5 - <i>Aspetos e Impactes Ambientais</i> | 135 |
| Anexo 6 – <i>Gravidades versus Benefícios ambientais</i> | 139 |
| Anexo 7 – <i>Designação das Siglas da coluna destino/Tratamento</i> | 141 |

Introdução

O tema Ambiente encontra-se em constante evolução deixando para trás o tempo em que a preocupação com o mesmo era feita através dos grupos ambientalistas. Com esta evolução, o interesse e a preocupação pela conservação do meio ambiente passou a fazer parte das empresas e das instituições, fazendo com que minimizem os riscos ambientais que possam causar e que resultam da atividade das mesmas. No entanto, a preocupação dos riscos ambientais não é a única razão para as empresas voltarem as suas atenções para o meio ambiente, estas já perceberam que podem ganhar competitividade e também crescimento económico se forem de encontro com a preservação ambiental. Pode dizer-se mesmo que o ambiente é uma variável estratégica de desenvolvimento de negócio.

A problemática ambiental tem levado as empresas a adotarem uma postura responsável perante o meio ambiente e a incorporarem as questões ambientais nas suas estratégias de negócio. Responsável pelo registo de informação das transações das empresas com impacto ambiental é a contabilidade ambiental, esta que se destina a fornecer informações sobre o uso de recursos naturais e sobre a poluição resultante da atividade das empresas. As novas normas contabilísticas clarificam muitos aspetos mais recentes, tal como a Norma de Contabilidade e Relato Financeiro n.º 26 – Matérias Ambientais, que clarifica o tratamento e os resultados a divulgar de carácter ambiental.

O principal objetivo deste projeto é a abordagem de dois temas que estão em constante evolução: a Contabilidade Ambiental e o Relatório de Sustentabilidade.

Várias são as disciplinas envolvidas nestas matérias, entre elas está a Contabilidade, esta que se mostra imprescindível para enfrentar os problemas do meio ambiente uma vez que permite não só a divulgação de matérias ambientais como também a incorporação das mesmas na Contabilidade. Esta que mostra ser uma disciplina fundamental neste assunto, pois tem como objetivo medir os factos económicos que afetam uma empresa de modo a fornecer informação relevante e está disposta a enfrentar os problemas ambientais. A incorporação de matérias ambientais na Contabilidade satisfaz a necessidade de

quantificar, registar e informar os danos causados no ambiente e as ações de prevenção ou correção necessárias para os reduzir.

Já no que diz respeito aos Relatórios de Sustentabilidade, o *Global Reporting Initiative* (GRI) que é uma rede internacional, elaborou o modelo para relatórios de sustentabilidade, tratando-se de uma referência mundial, uma vez que é o modelo mais utilizado no mundo. O conjunto de princípios, protocolos e indicadores desenvolvidos pelo GRI torna possível gerir, comparar e comunicar o desempenho das empresas e organizações nas dimensões ambiental, social e económica.

Estando o tema da sustentabilidade no auge de todos os tempos, o desenvolvimento sustentável é atualmente o mais importante desafio global, o que leva a que o sucesso das empresas dependa de uma nova forma de pensar e de um novo modo de gerir, pois os resultados económicos estão cada vez mais envolvidos nos impactos sociais e ambientais. O relatório de sustentabilidade é o resultado de um processo que visa identificar, mensurar, divulgar e prestar contas sobre as ações das empresas com vista à sustentabilidade. A Rectimold já deu os primeiros passos nestas matérias e está na altura de os divulgar, mostrando a evolução do seu desempenho.

As empresas no setor dos moldes a nível nacional ainda não se alargaram muito no que respeita à abordagem desta temática. No que toca ao ambiente, existem já muitas empresas com Declaração Ambiental divulgada, mas quanto à Contabilidade Ambiental propriamente dita ainda há muito a fazer, pois

O presente trabalho analisa, por um lado a Contabilidade Ambiental e por outro o Relato de Sustentabilidade, apresentando mesmo uma proposta de implementação do Sistema de Contabilidade Ambiental adaptado à realidade concreta de uma empresa do setor dos moldes, a Rectimold – Retificação de Moldes, S.A. e ainda uma proposta de um futuro Relatório de Sustentabilidade que pode ser divulgado pela empresa em estudo.

1 - Relevância do tema

A escolha do tema deste projeto tem como ponto de partida uma abordagem no contexto da Produção de Informação da Contabilidade Ambiental e do Relato de Sustentabilidade numa empresa em concreto – a Rectimold, Retificação de moldes, S. A..

Face a esta abordagem, torna-se perentória uma análise do desenvolvimento da importância da Contabilidade Ambiental e da Sustentabilidade, bem como uma análise do conhecimento do setor dos moldes, do conhecimento do negócio da empresa em questão mas também do conhecimento do seu processo produtivo.

Uma vez que todos os problemas ambientais estão diretamente relacionados com a intervenção humana, o papel da Contabilidade Ambiental é conseguir lidar com uma nova realidade económico-financeira das empresas, onde deve existir equilíbrio entre a atividade económica e a exploração dos recursos naturais, através de uma correta mensuração dos impactos ambientais e dos seus reflexos na vida das empresas, das pessoas e da sociedade. Com este estudo, pretendemos minimizar os problemas ambientais que possam ser causados pela Rectimold e pretendemos também identificar e esclarecer eventos e transações económico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, daí a importância da Contabilidade Ambiental e da distinção da produção de informação ambiental.

O conceito global de sustentabilidade trata-se de um conceito evolutivo, criativo e que é cada vez mais valorizado pelos investidores e consumidores, uma vez que os aspetos sociais e ambientais já são tidos em conta nos seus processos de decisão. Deste modo, as empresas também vão tomando nota de que a sustentabilidade pode gerar valor económico direto, o que faz com que divulguem os seus valores, princípios e desempenho que respeitam ao seu desenvolvimento sustentável (Dias, 2009). Para as empresas seguirem o caminho da sustentabilidade, têm de ter em conta os seus três pilares fundamentais: o económico, o social e o ambiental, sem nunca descurar a relevância de cada um.

Muitas empresas já começam a ter perceção de que se trata de conceitos que podem levar à obtenção de uma vantagem competitiva e é deste modo que se pretende desenvolver estes conceitos na Rectimold com o intuito de melhorar a sua vantagem competitiva e ganhar mais valor económico.

Dada a abrangência do tema escolhido, existe sempre a eventualidade de haver uma discussão com o intuito de explorar algo específico dentro das necessidades de cada empresa ou de cada autor que esteja interessado em desenvolver o tema. Pretendemos assim, explorar esta área sobretudo a Produção de Informação da Contabilidade Ambiental e o Relato de Sustentabilidade, ou seja, visualizar os impactos que têm havido na empresa em estudo e perceber se os seus colaboradores os aceitam de uma forma positiva e se já mobilizam os seus comportamentos com o objetivo de minimizar os riscos ambientais, bem como otimizar os recursos que sejam necessários no consumo da sua atividade. É deste modo que será possível a elaboração e divulgação do relatório de sustentabilidade, o que trará benefícios para a empresa.

O contributo deste trabalho radica na hipótese de ver a Rectimold como um possível modelo pelo qual poderá guiar-se, para no futuro, proceder à elaboração de um relatório de sustentabilidade, que posteriormente deverá ser divulgado.

2 - Objetivos do trabalho

O presente estudo pretende estruturar informações respeitantes à produção de informação da Contabilidade Ambiental e sugerir um possível modelo de relatório de sustentabilidade, prevendo os impactos na criação de valor pela empresa e na obtenção de vantagens competitivas.

Assim, identificamos os seguintes objetivos:

- Identificar os fatores sociais, culturais, económicos e outros que possam condicionar a divulgação social e ambiental da Rectimold e a sua postura relativa à Contabilidade Ambiental;
- Identificar informação financeira de carácter ambiental a divulgar no Relatório e Contas;

- Identificar empresas do setor dos moldes com relato de sustentabilidade já divulgados e analisar os seus relatos;
- Objetivar conteúdos que sejam imprescindíveis no futuro relatório de sustentabilidade da Rectimold, demonstrando que o relato social e ambiental traz diversos benefícios;
- Validar uma proposta de relatório de sustentabilidade.

Como resultado final é identificada uma proposta de implementação do Sistema de Contabilidade Ambiental para a Rectimold, neste âmbito são identificados os ativos, passivos, gastos e rendimentos de carácter ambiental. É também identificada uma proposta de um possível futuro Relatório de Sustentabilidade tendo em conta as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI).

3 - Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos pretende-se explorar as questões ambientais considerando que são essenciais para o desenvolvimento sustentável da empresa em questão e que, visa ainda benefícios em termos de criação de valor para a empresa. Serão tratados aspetos fundamentais como, a importância da produção da informação da contabilidade ambiental e relato de sustentabilidade.

Este projeto foi executado em diferentes etapas, como se pode constar mais abaixo, mas a metodologia principal é a abordagem qualitativa baseada num modelo de Estudo de Caso e de Entrevista.

Um estudo de caso representa um método de investigação qualitativa relevante, sobretudo porque assenta numa pesquisa intensiva e aprofundada de um determinado objeto de estudo, que se encontra extremamente bem definido e que visa compreender em simultâneo, a singularidade e globalidade do caso. Trata-se de um método que aprofunda a ideia pelo qual se pretende chegar ao “porquê” e ao “quanto” através da compreensão do “como”. Pode ainda dizer-se que o estudo de caso se trata de uma abordagem

metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores. Assim, o estudo de caso consistiu no levantamento de informações e no estudo exaustivo da empresa. Os dados foram obtidos através de análise documental e de entrevistas a colaboradores da empresa.

Vários autores defendem as suas ideias sobre os objetivos de um estudo de caso, pois podem ser vários, tais como explorar, descrever, explicar, avaliar, transformar e avaliar acontecimentos reais e para se proceder à recolha de dados, esta pode ser feita através de, diário de bordo, relatórios, observação e ainda, como é o caso neste projeto, através de entrevistas.

A entrevista é um encontro interpessoal que se desenrola num contexto e numa situação social determinados. É uma conversa com um objetivo, ou seja, é uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, dirigida por uma das pessoas, com o objetivo de obter informações sobre a outra. Contudo, as entrevistas têm diversas características como, a interação direta entre o entrevistado e o entrevistador, tem uma maior eficácia de resposta e pode ser reformulada constantemente dependendo da conversa. A recolha de informação é feita oralmente e a oportunidade para aprofundar as questões postas é muito maior.

Tendo em conta os tipos de entrevista existentes, foi elaborado um guião de entrevista semiestruturado, ou seja, o guião foi previamente preparado e serviu de orientação de modo a que os vários entrevistados respondessem às mesmas questões. Contudo, ainda existem as entrevistas estruturadas que são compostas por questões fechadas e são colocadas tal como foram escritas e ainda, as entrevistas não estruturadas compostas por questões abertas que vão emergindo no contexto imediato da conversa e se vão desenvolvendo no fluir da mesma, as questões podem ser individualizadas.

Seguidamente são apresentadas com mais detalhe as diferentes etapas da metodologia adotada para concretizar o presente projeto:

Capítulo I – Contabilidade Ambiental e do Relato de Sustentabilidade

Numa primeira fase, procedeu-se ao estudo na área destas matérias, pretendendo salientar a importância das mesmas de um ponto de vista geral, estudando vários autores através de pesquisa bibliográfica.

Capítulo II – A Rectimold

Nesta fase é feita uma breve introdução histórica sobre o setor dos moldes através de uma pesquisa Web de sites específicos do setor dos moldes a nível nacional. É feita ainda uma apresentação da empresa do estudo de caso, passando pela sua história desde que nasceu aos dias de hoje.

Capítulo III – Contabilidade Ambiental na Rectimold

A fase seguinte teve por objetivo seguir as fases de implementação desenvolvidas por Eugénio (2011) para a produção deste tipo de informação. Nesse sentido, foi feito uma análise documental de modo a obter informações da empresa, tendo em conta o Relatório e Contas dos últimos anos, a página Web, outros relatórios, mapas e outras informações produzidas. Foram ainda efetuadas entrevistas a alguns colaboradores da empresa no sentido de obter informações mais detalhadas, tais como o gerente, o responsável pela administração, o responsável pelo planeamento, o responsável pela produção, entre outros e, por fim, toda esta informação recolhida foi tratada.

Capítulo IV – Sustentabilidade na Rectimold

Para esta fase, foi analisada a documentação e normas do GRI no que respeita aos relatórios de sustentabilidade e foram analisados alguns relatórios de sustentabilidade de empresas que já divulgaram. Esta fase teve por objetivo apresentar uma proposta de um Relatório de Sustentabilidade de nível C tendo em conta os Indicadores Ambientais, Sociais e Económicos do GRI, de modo a ser possível analisar o desempenho da empresa. Neste sentido, foram analisados alguns indicadores GRI e foram referidos os de maior importância.

Após toda esta análise são feitas considerações finais quanto à abordagem efetuada.

Capítulo I - Revisão da literatura

Este capítulo é composto por cinco pontos, destinados a dar uma pequena introdução ao presente projeto. No primeiro ponto, procura-se entender o surgimento da Contabilidade Ambiental abordando o seu enquadramento e os seus desenvolvimentos, trata-se de um ponto sobre o enquadramento teórico da evolução da investigação da Contabilidade Ambiental. Apresentam-se ainda alguns conceitos e definições defendidas por vários autores.

No segundo ponto aborda-se a Contabilidade Ambiental e a sua Importância, explicando o objetivo da mesma. Exploram-se vários estudos feitos em relação à divulgação ambiental por parte das empresas. Uma vez que o tema tem sido alvo de várias publicações, apresentam-se algumas definições de acordo com os diferentes autores estudados, explicando de que modo a implementação de um Sistema de Contabilidade Ambiental ajuda na preservação do meio ambiente e por último uma pequena amostra das vantagens da utilização da contabilidade ambiental defendidas por Zancula, (2001).

O terceiro ponto é dedicado à Normalização Contabilística Ambiental em Portugal, onde se explica de que forma foi aprovada a Diretriz Contabilística (DC) n.º 29 que já foi substituída pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) n.º 26, expondo o objetivo desta última e demonstrando a sua forma de apresentação.

O quarto ponto dedica-se à Evolução do Conceito de Sustentabilidade explicando como o seu conceito foi introduzido através do Relatório de Brundtland. Numa figura ilustrativa, apresentam-se os três pilares do desenvolvimento sustentável, procedendo-se posteriormente à sua explicação.

E, no quinto e último ponto, explica-se de que modo tem crescido os Relatórios de Sustentabilidade e aborda-se também o *Global Reporting Initiative* (GRI) e as suas diretrizes que auxiliam a elaboração dos mesmos relatórios.

I.1 - Enquadramento teórico da evolução da investigação da Contabilidade Ambiental

Estando integrada nas ciências mais antigas do mundo, a contabilidade tem como objeto de estudo o património das entidades, assim como a sua variação, tendo em conta os aspetos quantitativos e qualitativos, registando os factos e atos de natureza económico-financeira. Mas, tal como outras ciências, também a Contabilidade pode ser dividida em vários ramos, como por exemplo, a Contabilidade Ambiental, esta que surgiu na década de 70 através da crescente preocupação da sociedade com os problemas ambientais e que se trata da parte da contabilidade dedicada ao meio ambiente.

Muitos são os conceitos que vão surgindo sobre a Contabilidade Ambiental, esta que já começa a ter uma boa aceitação por parte das empresas, pois também pode ser vista como um ponto estratégico positivo. Assim, a Contabilidade Ambiental contabiliza os benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto ou serviço pode trazer ao ambiente, tornando-se então numa matéria em crescente evolução. A Contabilidade Ambiental tem crescido muito para a generalidade das empresas, o que faz com que se tenha tornado num objeto de debate económico, político e social em todo o mundo.

David (2003) referiu que segundo Iudícibus e Marion (2000), a Contabilidade Ambiental preocupa-se essencialmente com a proteção do meio ambiente. Deste modo, é feito o registo do património ambiental de uma determinada entidade, ou seja, todos os bens, direitos e obrigações de carácter ambiental. O seu grande objetivo é o de proporcionar informações regulares aos seus utilizadores internos e externos respeitantes a eventos ambientais que causaram modificações na situação patrimonial da respetiva entidade.

Nos dias de hoje destacam-se ainda como principais problemas ambientais: o aumento do efeito de estufa devido ao aquecimento global, o avanço da desertificação, a contaminação radioactiva, a chuva ácida, a destruição da camada de ozono e a contaminação da água. Todos estes problemas estão diretamente relacionados com a intervenção humana.

Há algumas décadas atrás o crescimento económico era sinónimo de exploração dos recursos ambientais, pois ninguém se preocupava se a degradação do ambiente podia ou não ser irreversível, uma vez que a ideia principal era mesmo crescer a qualquer custo.

Foi devido ao agravamento dos problemas ambientais que a sociedade se mobilizou para discutir esta questão e tentou diminuir os riscos ambientais. A discussão chegou à Contabilidade, como esta poderia ajudar a preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, fornecer informações que facilitassem a tomada de decisão pelos gestores frente às novas questões ambientais.

Deste modo, Eugénio (2007) refere que a Contabilidade Social e Ambiental surgiu nos anos 60/70 de acordo com Gray and Bebbington (2001) e Parker (2005), quando as pessoas começaram a preocupar-se um pouco mais com os problemas do meio ambiente. A ideia de fazer uma contabilidade ambiental dentro das entidades, para Maior (2001), veio em 1974, “com a crise do petróleo, pois este atingiu preços muito altos e era considerado um produto escasso”. Foi nesta altura que as pessoas perceberam que apesar do petróleo ser um recurso natural, não dura para sempre e tinha então de haver uma preocupação com a natureza (Eugénio, 2007).

Os maiores desenvolvimentos da Contabilidade Ambiental ocorreram na década de 80 e na década seguinte passou a ser um novo ramo das ciências da contabilidade. Só a partir dessa data é que o ambiente ganhou grande importância para as empresas, uma vez que começaram a divulgar informação desta natureza. Foi no final da década de 90 que Portugal deu os primeiros passos no que respeita à contabilidade das matérias ambientais.

Assim, a Contabilidade tem evoluído bastante ao longo dos tempos, o que faz com que as empresas tenham de evoluir também, deixando de lado a ideia de que a contabilidade diz respeito apenas à parte de informação financeira. Assim, as empresas devem também divulgar informação de carácter social e ambiental, o que tem aumentado nos últimos anos. Segundo Eugénio (2010), pode mesmo dizer-se que tanto a Contabilidade Social como a Contabilidade Ambiental são complementos da Contabilidade Financeira e que este tipo de informação surgiu com características próprias desde os meados dos anos 80.

A Contabilidade Ambiental é um conceito muito vasto, pois pode ser usada no contexto das contas nacionais ou no contexto das contas das empresas, pode incluir informação financeira e não financeira, pode incluir apenas custos internos ou abranger também os custos externos à empresa e pode ainda referir-se à Contabilidade Financeira ou à Contabilidade de Gestão (Gray *et al*, 1993).

Com o desenvolvimento da Contabilidade Ambiental nos últimos tempos, foram surgindo vários conceitos que foram resultando das diferentes necessidades de informação de diferentes grupos de *stakeholders* interessados na relação entre a empresa e o ambiente. Em termos de uma perspectiva de fora para dentro – são os acionistas, os fornecedores ou as autoridades fiscais que estão interessados em informação sobre o impacte financeiro das atividades ambientais, mas em termos de uma perspectiva de dentro para fora – são as autoridades ambientais, os grupos de pressão ambiental ou as comunidades locais que estão interessados em informação sobre o impacte ambiental da empresa (Schaltegger e Burritt, 2000).

Além de nas décadas de 1960 e 1970 ter havido algumas experiências isoladas, a grande preocupação com as relações entre as empresas e o ambiente foi apenas nos anos 90, preocupação esta que passa a ser um tema crescente para a sociedade. Este tema traduziu-se no aumento da solicitação de informação por parte de diferentes grupos de *stakeholders*, tanto internos como externos. Alguns autores referem que esta situação despertou a atenção da gestão, particularmente em sectores ambientalmente mais sensíveis.

Assim, é neste contexto que surge o interesse pela Contabilidade Ambiental. Schaltegger e Burritt (2000) agrupam as razões para este interesse em três categorias:

Aumento da pressão dos *stakeholders* – A exigência de implementação de políticas de proteção ambiental e de divulgação de informação ambiental é vasta e verificável;

Alteração da relação custo/benefício da informação ambiental – O aumento dos custos de cumprimento da regulamentação ambiental, tornam economicamente relevante a informação financeira relacionada e acompanha a diminuição do custo

unitário dessa informação, em resultado do desenvolvimento das tecnologias de informação;

Globalização – O aumento da competição entre as empresas, com a redução de barreiras comerciais e crescente globalização da economia, torna resposta eficiente às solicitações dos *stakeholders*.

Os mesmos autores referem que até ao início dos anos 90, os sistemas de informação da maioria das empresas não registavam os custos associados à proteção ambiental, bem como os próprios impactes ambientais, pois não eram considerados relevantes para a atividade da empresa.

No que toca à investigação, o interesse pela Contabilidade Ambiental remonta aos finais da década de 1960, nesta época a Contabilidade estava no auge e por isso assumia maior relevância. Mas este tema começou a ter grande enfoque para os cientistas só a partir da década de 1990. Alguns autores afirmam mesmo considerar que o ano de 1993 foi o que marcou o início da maturidade da Contabilidade Ambiental (Gray *et al*, 1993).

A Contabilidade fornece informação que constitui uma medida fundamental do sucesso das empresas, assim é óbvio que não incorporando os aspetos ambientais se está a deturpar a imagem correta da empresa. Deste modo, ao introduzir as considerações ambientais na Contabilidade convencional, a Contabilidade Ambiental é um instrumento fundamental no desenvolvimento sustentável do negócio, uma vez que fornece informação necessária para melhorar as práticas de gestão ambiental e ainda favorece uma perspetiva de longo prazo na tomada de decisões (Gray *et al*, 1993).

I.2 - Contabilidade Ambiental e sua Importância

A contabilidade ambiental tem como objetivo identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações económico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos num determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade (Uehara e Tavares, 2007).

Associado à responsabilidade social e ambiental está a divulgação ambiental. Vários estudos já foram feitos em relação à divulgação da informação ambiental das empresas, tendo-se chegado a uma conclusão geral de que esta divulgação tem vindo a aumentar, até porque as empresas têm responsabilidade social e ambiental, chegando mesmo a ser obrigadas a apresentar contas ambientais consoante o país assim obrigue ou não. Contudo, tem aumentado significativamente o número de empresas que tem vindo a introduzir nos seus relatórios este tipo de informações, uma vez que também tem vindo a aumentar a legislação a este respeito. Assim, Adams (2004) refere que dada a crescente importância atribuída ao ambiente, muitas empresas passaram a relatar mais informação ambiental, aparecendo relatórios autónomos que refletiam apenas sobre o assunto do meio ambiente. Para esta situação pode ter contribuído o aumento de legislação que muitas vezes obriga à divulgação de informação ambiental por parte das empresas.

O tema de Contabilidade Social e Ambiental tem sido alvo de várias publicações de diversos autores, como Rob Gray, Jan Bebbington, Carlos Larrinaga, Craig Deegan, M. Mathews, James Guthrie entre muitos outros (Eugénio, 2010). A partir da década de 90, o tema ambiente é um dos mais procurados para estudos de investigação desta área, tendo sido criados centros de investigação em Contabilidade Social e Ambiental como o CSEAR – *Centre for Social and Environmental Accounting Research*, fundado em 1991 por Rob Gray. Este centro tem apoiado várias conferências realizadas em países como Portugal, Espanha, UK, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Itália, entre outros.

No estudo de Eugénio (2010), a autora refere várias organizações nacionais que têm publicado documentos importantes, a OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de contas, a CNC – Comissão de Normalização Contabilística e a CTOC – Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. A nível internacional, entre outros temos o GRI – *Global Reporting Initiative* que publicou as normas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade e *The Institute for Social and Ethical Accountability*.

Cada vez mais, as empresas adotam atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente devido, não só à consciencialização das sociedades como também da globalização. A implementação de um Sistema de Contabilidade Ambiental significa aliar a melhoria no processo industrial com a preservação do meio ambiente, uma vez que os problemas que

lhes são causados decorrem da ação humana. Deste modo, tornou-se fundamental que o ser humano preservasse o meio em que vive. Franco (1999) refere que “as empresas que protegem o meio ambiente são bem vistas pelo consumidor e pelos investidores”, já havendo, em alguns países, fundos especializados em investir em empresas que protegem o ambiente (Kraemer, 2004.). Contudo, para uma empresa implementar um sistema de contabilidade ambiental tem de estar consciente uma vez que nem todos os aspetos são positivos, existem aspetos menos bons, tais como: as medidas de proteção ambiental que envolvem custos elevados e não induzem poupanças a médio ou longo prazo e ainda uma atitude de grande transparência pode obrigar a gestão a alterar o comportamento ambiental da empresa, pois para manter a mesma vantagem competitiva os custos económicos são significativos (Gray *et al*, 1993; Schaltegger e Burritt, 2000).

Segundo Tinoco e Kraemer (2004) a contabilidade ambiental é definida como: "o veículo adequado para divulgar informações sobre o meio ambiente. Esse é um fator de risco e de competitividade de primeira ordem. A não-inclusão dos custos, despesas e obrigações ambientais distorcerá tanto a situação patrimonial como a situação financeira e os resultados da empresa".

A contabilidade tem contribuído para a preservação do meio ambiente procurando demonstrar o equilíbrio entre o crescimento da economia e a exploração dos recursos naturais, fazendo a mensuração da situação económico-financeira da empresa com relação aos impactos por ela causados. É assim que a contabilidade ambiental apresenta diversas vantagens, isto é, as obrigações ambientais não são vistas como uma desvantagem financeira e sim oportunidades competitivas na preservação do meio ambiente. De acordo com Martins, Bello e Oliveira (2004), a contabilidade ambiental identifica os custos, despesas e possíveis receitas ambientais relacionados com a atividade da empresa e demonstra todo o património ambiental da mesma, ou seja, ativos e passivos.

Atualmente, tanto a gestão ambiental como a contabilidade ambiental já começam a ser encaradas como um assunto estratégico dentro das entidades o que se tem tornado um fator importante de competitividade.

Zancula (2001), apresenta algumas das vantagens da utilização da contabilidade ambiental:

- identificar custos ambientais, de forma a que as decisões de investimentos estejam baseadas em custos e benefícios medidos adequadamente;
- aferir, economicamente, as reduções de gastos com água, energia e outros recursos, renováveis ou não;
- gerar informações sobre a eficácia e viabilidade económica das acções ambientais;
- a publicação do balanço ambiental gera transparência da gestão e uma melhoria de imagem da entidade produtora perante o público;
- a contínua correção das acções ambientais contribui para a sociedade como um todo, pois haverá redução do nível de agressão à natureza na elaboração de produtos e serviços indispensáveis.

I.3 - Normalização contabilística ambiental em Portugal

Em relação à regulação contabilística das matérias ambientais em Portugal, a sua grande propulsora foi a Recomendação da Comissão Europeia, de transposição não obrigatória, publicada em 2001 e que resultou da necessidade de haver uma maior harmonização no que respeita às divulgações de matérias ambientais. A Comissão de Normalização Contabilística (CNC) desenvolveu então um normativo contabilístico específico que ia de encontro às orientações da Recomendação, uma vez que esta pretendia melhorar a quantidade, a transparência e a comparabilidade da informação ambiental nas contas anuais e relatórios de gestão. Foi assim que a Comissão pretendeu clarificar as regras e linhas de orientação no que respeita ao reconhecimento, à valorimetria e à divulgação das matérias ambientais nas contas anuais e nos relatórios de gestão das sociedades (Comissão de Normalização Contabilística, 2002).

Tal como Eugénio (2004) refere, a Recomendação tomou por referência várias Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards - IAS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Committee (IASC)* que atualmente se designa por *International Accounting Standards Board (IASB)*. Essas normas estabelecem disposições e princípios contabilísticos que se aplicam ao tratamento de matérias ambientais.

Foram vários os países da União Europeia que tentaram transpor para a sua normalização nacional, a Recomendação da Comissão Europeia. É neste contexto que, tal como refere Eugénio (2010), em Portugal foi aprovada em 5 de Junho de 2002, através da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), a Diretriz Contabilística (DC) n.º 29 – Matérias Ambientais, dizendo respeito “aos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação dos dispêndios de carácter ambiental, dos passivos, dos riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados, resultantes de transações e acontecimentos que afetem, ou sejam suscetíveis de afetar, a posição financeira e os resultados da entidade relatada. A DC n.º 29 aplica-se às informações ambientais a constarem no relatório e contas das empresas, sendo aplicada tanto às contas individuais como às contas consolidadas a todas as entidades abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade.” Esta diretriz significou um passo muito importante no que respeita à normalização nacional.

Deste modo, a DC n.º 29 representou o início do processo de normalização contabilística das matérias ambientais em Portugal, nesta diretriz consta o normativo, as práticas de elaboração e a apresentação da informação ambiental. Tal como dito anteriormente, a DC n.º 29 foi aprovada pela CNC em 2002, mas apenas em 25 de Junho de 2004, foi homologada pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e só a 18 de Abril de 2005 foi publicada no Diário da República. Assim, é através do Despacho n.º 1336/2006, de 19 de Janeiro – II Série, n.º 14, que pode verificar-se a obrigatoriedade da mesma diretriz para os exercícios que se iniciassem a partir de Janeiro de 2006.

Já em Maio de 2006, foi publicada pela CNC a Interpretação Técnica n.º 4 – Direitos de Emissão de Gases com Efeito de Estufa: Contabilização das Licenças de Emissão. Uma vez que até esta data não havia regras contabilísticas sobre estas matérias, esta IT n.º 4 era direcionada a todas as entidades sujeitas ao POC.

Mais recentemente deu-se uma reforma no sistema contabilístico português no sentido de seguir as adaptações do normativo contabilístico do *International Accounting Standards Board* (IASB), de forma a haver uma harmonização contabilística internacional. Deste modo, foi publicado no Diário da República de 13 de Julho de 2009, o Decreto-Lei n.º 158/2009 que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2010, este sistema veio substituir o Plano Oficial de

Contabilidade (POC) e toda a sua legislação complementar, incluindo as diretrizes contabilísticas.

Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as matérias ambientais passaram a ser regulamentadas pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro 26 – Matérias Ambientais (NCRF 26), norma esta muito próxima da DC n.º 29, verificando-se apenas pequenas diferenças ao nível de linguagem e relato financeiro.

Assim, a Interpretação Técnica n.º 4 respeitante à contabilização de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, passou a constar no Apêndice à NCRF n.º 26. Esta norma tem como objetivo a introdução de informação ambiental no relatório e contas das empresas e é a única norma do SNC que não tem correspondências com as normas do IASB, pois resulta de uma adaptação direta do normativo anterior, DC n.º 29.

A figura que se segue apresenta uma análise esquemática do processo de normalização contabilística em Portugal no que respeita a matérias ambientais.

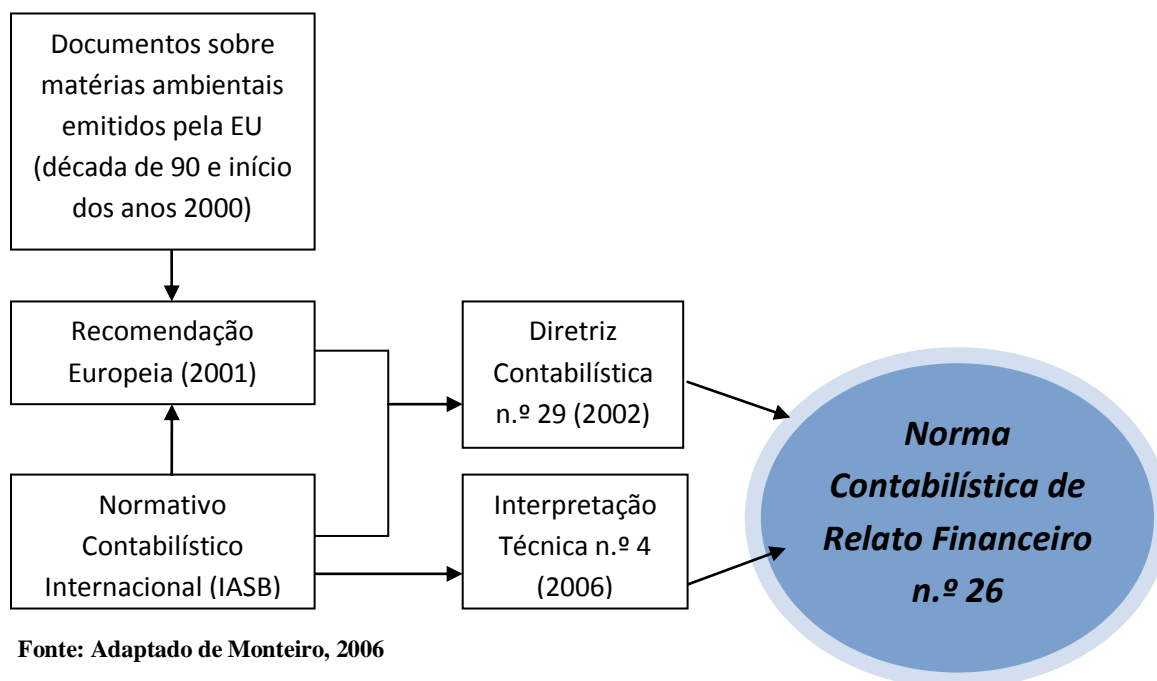


Figura I.1 – Normalização contabilística em Portugal

A NCRF n.º 26 tem como objetivo “prescrever os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação relativos aos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados resultantes de transações e acontecimentos que afetem, ou sejam suscetíveis de afetar, a posição financeira e os resultados da entidade relatada”. Esta Norma identifica não só o tipo de informação ambiental a publicar, mas também o comportamento ambiental da entidade que possa ter consequências para a sua posição financeira e deve ser aplicada às informações que dizem respeito a matérias ambientais e que devem constar nas demonstrações financeiras e no relatório de gestão das entidades que estejam obrigadas a aplicar o SNC. Contudo, esta norma não se aplica a relatórios elaborados com fins específicos, tais como os relatórios ambientais ou os de sustentabilidade, a menos que se considere necessário articular estes últimos com as demonstrações financeiras e os relatórios de gestão.

A NCRF 26 está organizada da forma que se apresenta no próximo quadro:

Quadro I.1 – Forma Organizada da NCRF n.º 26

| |
|---|
| Objetivo |
| Âmbito |
| Definições - <i>Definições de carácter genérico;</i> - <i>Definições de carácter específico.</i> |
| Reconhecimento - <i>Reconhecimento de Passivos de carácter ambiental;</i> - <i>Reconhecimento dos dispêndios de carácter ambiental.</i> |
| Mensuração |
| Apresentação e divulgação - <i>Divulgações no Relatório de Gestão;</i> - <i>Divulgações no Anexo.</i> |
| Data da eficácia |
| Apêndice - <i>Definições Eurostat de dispêndios ambientais.</i> |

Fonte: Elaboração própria

A NCRF 26 inclui ainda, em Apêndice, definições pormenorizadas de dispêndios ambientais por domínios ambientais. A norma recomenda que as entidades tenham em conta estas definições aquando da divulgação dos dispêndios de carácter ambiental. De seguida apresenta-se a caracterização dos domínios ambientais constante na referida norma.

Domínios ambientais:

- Protecção do ar e clima;
- Gestão de águas residuais;
- Gestão de resíduos;
- Protecção dos solos e águas subterrâneas;
- Protecção contra ruído e vibrações;
- Protecção da natureza.

Para além da NCRF 26, existem outras normas que referem aspetos ambientais:

NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras

NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

NCRF 19 – Contratos de construção

NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

I.4 - Evolução do conceito de Sustentabilidade

O termo de sustentabilidade entrou no nosso vocabulário associado à necessidade de encontrar soluções para os problemas ligados ao desenvolvimento, na sequência das assimetrias cada vez mais profundas entre pessoas, povos, países e regiões originadas pelo processo de globalização que nos afeta a todos. É assim que surge então o conceito de desenvolvimento sustentável, cuja definição aparece pela primeira vez em 1987. Este “dá resposta às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades”, o que implica um equilíbrio entre o crescimento económico e a proteção ambiental, isto é, entre as atividades humanas e o mundo natural. É importante que se criem novos estilos de vida e novos caminhos para o desenvolvimento menos centrados no bem-estar pessoal e no lucro, mas sim mais centrados no bem-estar coletivo e no respeito pela dignidade humana e sobretudo pela natureza.

O conceito global de sustentabilidade tem sido alvo de vários debates em todas as ciências sociais e trata-se de um conceito evolutivo, criativo e que é cada vez mais valorizado pelos investidores e consumidores, uma vez que os aspetos sociais e ambientais já são tidos em conta nos seus processos de decisão. Deste modo, as empresas também vão tomando nota de que a sustentabilidade pode gerar valor económico direto, o que faz com que divulguem os seus valores, princípios e desempenho que respeitam ao seu desenvolvimento sustentável (Dias, 2009).

O conceito de sustentabilidade está relacionado com a continuidade dos aspetos económicos, sociais e ambientais da sociedade. Assim, quando aplicada à atuação humana

no que diz respeito ao meio ambiente, refere que deve ser compreendido e respeitado. Pode ainda entender-se como sustentabilidade a capacidade de um indivíduo, grupo de indivíduos ou empresas e aglomerados produtivos em geral, têm de se manter inseridos num determinado ambiente sem violar esse meio. Trata-se da capacidade de usar recursos naturais e, de alguma forma, devolvê-los ao seu meio através de práticas ou técnicas desenvolvidas para esse fim.

A *World Commission on Environment and Development* (WCED), elaborou em 1987 o relatório “*Our Common Future*”, também conhecido por Relatório de Brundtland, que introduziu o conceito de sustentabilidade como aquele que “procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” e reconhece como fundamental a resolução dos “problemas de pobreza e subdesenvolvimento”. Este conceito implica a existência de limites na utilização de recursos (WCED, 1987). Este relatório contribuiu para o sucesso da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, também designada por Cimeira da Terra, que se realizou no Rio de Janeiro em 1992.

Esta Cimeira, através do plano de Sustentabilidade para o século XXI, fixou os três pilares do Desenvolvimento Sustentável, representados na figura que se segue, também conhecidos pela expressão *Triple Bottom Line*.



Figura I.2 – Triple bottom line

Dimensão Ambiental

Está relacionada com a capacidade que o ambiente natural tem de manter as condições de vida para as pessoas e para outras espécies, tendo em conta a habitabilidade e a beleza do ambiente, uma vez que é contemporânea das primeiras perceções de risco ambiental e ameaças à vida no planeta. Deste modo, uma empresa socialmente responsável assume a responsabilidade pelos impactes ambientais, divulgando o esforço contínuo e persistente em minimizá-los, e atribui também uma grande prioridade não só à redução contínua da produção de resíduos, de emissão de poluentes gasosos, efluentes líquidos, como também às iniciativas para otimizar a gestão de energia e o consumo de água.

Assim, os princípios associados à sustentabilidade ambiental a ter em conta são: integração dos princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reversão da perda de recursos ambientais; redução de forma significativa da perda da biodiversidade; redução da população sem acesso a água potável e saneamento básico; restrição ao uso de energias não renováveis; os riscos e o perigo para a vida humana provocados pelo Homem devem ser evitados; entre outros.

Dimensão Económica

Este conceito vai-se tornando redutor uma vez que os recursos económicos têm de ser preservados e aborda diversos aspetos como a rentabilidade, os salários, a utilização de recursos, a produtividade laboral, a criação de emprego, entre outros. A dimensão económica inclui a informação financeira mas não se limita a este aspeto. Está assim relacionada com os impactes das organizações sobre as condições económicas das suas partes interessadas e sobre o sistema económico a todos os níveis. Assim, a sustentabilidade só é alcançada caso a sociedade desenvolva comportamentos economicamente sustentáveis. Os princípios para tal são: organização as estruturas económicas de longo prazo que devem responder às exigências de sistemas estáveis; preservação das infraestruturas assim como edifícios; o uso eficaz dos recursos; estabilização do valor monetário, de forma a prevenir a inflação; entre outros.

Dimensão Social

Nesta dimensão encontra-se uma forte ligação do papel dos indivíduos e da sociedade com a noção de bem-estar. Esta dimensão relaciona-se com aspetos como a saúde e segurança no local de trabalho, as relações com as comunidades envolventes, as práticas laborais, a ética empresarial, as condições de trabalho, os direitos humanos, entre outros. Para uma empresa ser socialmente responsável tem de fazer compromissos de modo a respeitar o equilíbrio entre o trabalho e a vida privada dos colaboradores, mas no que toca aos fornecedores, uma empresa tem de lutar contra determinadas práticas, como por exemplo, o trabalho infantil ou o trabalho forçado. Outra das práticas que uma empresa tem de implementar: medidas contra a corrupção. Deste modo, devem ser tidos em conta princípios como: garantia da autodeterminação e dos direitos humanos dos cidadãos; garantia de segurança e justiça através de um sistema judicial fidedigno e independente; promoção de igualdades; entre outros. Estes princípios clarificam o papel dos indivíduos e a organização da sociedade e têm como objetivo a estabilidade social que beneficia as gerações futuras. (BCSD, 2007)

O tema da Sustentabilidade tem sido abordado com muita frequência entre empresas, académicos, entidades governamentais e a sociedade civil e surge assim com ligação a conceitos essenciais da sociedade (crescimento económico, justiça social e preservação do ambiente), que só será possível se todos na nossa sociedade se unirem e formarem parcerias entre si: sector público, privado e a sociedade civil.

Para a implementação do conceito de sustentabilidade, o reconhecimento do papel das empresas para tal foi assumido em 1990, na constituição do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD). A sua missão atualmente é fazer com que a liderança nos negócios seja catalisadora de uma mudança rumo ao desenvolvimento sustentável e promover nas empresas e eco-eficiência, a inovação e a responsabilidade social (www.wbcsd.org). O WBCSD defende que a adoção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável por parte das empresas constitui um importante trunfo de marketing, fazendo com que o valor das marcas aumente e que vá de encontro às expectativas dos consumidores finais, aumentando a rentabilidade das empresas (www.wbcsd.org).

Para Beni (2004), a palavra sustentabilidade pretende mostrar políticas e estratégias de desenvolvimento económico e social, sem prejudicar o ambiente e os recursos naturais, dos quais a qualidade depende da continuidade da atividade humana. Outros autores descrevem a sustentabilidade em termos dos impactes gerados no ambiente natural, como sistemas atuais de tecnologia ou como a procuram por parte dos países subdesenvolvidos, em encontrar posições no âmbito do desenvolvimento, comparáveis com os países desenvolvidos (Moore e Johnson, 1994).

Outro documento que define as bases para a compreensão do mesmo conceito é a Agenda XXI, pois trata-se de um documento que constitui um plano de ação composto por 40 capítulos, discutido e adotado por diversos países durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu em Julho de 1992 no Rio de Janeiro.

Na Agenda XXI não são tratadas questões que só digam respeito à preservação e conservação da natureza, são também consideradas questões estratégicas ligadas à geração de emprego e rendimento, adoção de novos instrumentos de gestão, entre outros. Não se pode basear o desenvolvimento sustentável apenas no ambiente, na economia e no social, é necessário levar a sociedade a intervir, cada um de nós de uma maneira individual, organizações governamentais e não governamentais, associações empresariais e associações de cidadãos, (Borrego, 2002).

Segundo Bebbington *et al.* (2008) citado por Dias, “alguns autores chegam mesmo a sugerir que o principal objetivo das empresas que publicam relatórios de sustentabilidade é ganhar ou manter a sua reputação” (Dias, 2009). De grande importância, para as empresas seguirem o bom caminho da sustentabilidade, têm de ter em conta os seus três pilares fundamentais, o económico, o social e o ambiental, sem nunca descurar a relevância de cada um.

A sustentabilidade é um tema bastante atual e urgente, uma vez que tem como uma das principais causas, o desgaste da modernização. A sustentabilidade tem três principais dimensões: a sustentabilidade económica, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social.

Já decorreram alguns anos desde que, em Portugal, a sustentabilidade começou a dar os primeiros passos e que passou a ser distinguida entre as mais variadas matérias desta área, tais como a dimensão ambiental do relato e a análise do relato da responsabilidade social (Dias, 2009). Existem assim muitas partes interessadas numa empresa e no que respeita à sustentabilidade um dos meios mais importante das empresas comunicarem com essas partes é mesmo a Internet. Um dos pontos mais importantes da sustentabilidade, diz respeito ao facto de ser vista como parte estratégica das organizações, uma vez que o seu conceito está relacionado com o da responsabilidade social das organizações e ainda a possibilidade de existir vantagem competitiva. Deste modo, a sustentabilidade já permitiu a expansão de alguns mercados, como por exemplo, o da energia com o surgimento das energias renováveis. Esta sustentabilidade como vantagem competitiva é refletida, de uma forma expressamente declarada, na elaboração do “Relatório de Sustentabilidade.”

I.5 - Relato de Sustentabilidade

Tal como a Contabilidade Ambiental e sua divulgação, também o Relato de Sustentabilidade pode ser visto como um meio de competitividade das empresas. Este relato a nível nacional é voluntário uma vez que os relatórios de sustentabilidade das empresas em Portugal surgiram nos anos 2003/2004. Contudo, tem vindo a sofrer alterações noutros países.

Estes relatórios têm crescido progressivamente não só na sua produção, mas também no seu âmbito e na sua qualidade, o que se deve essencialmente ao estabelecimento das diretivas do GRI – *Global Report Initiative*, mas também à avaliação e credibilidade que se faz das empresas através da utilização desses relatórios. Assim, foi criado em 1997, o *Global Reporting Initiative* (GRI) na tentativa de colmatar as necessidades, trata-se de uma organização *multistakeholder*, independente e multidisciplinar, com o intuito de ser um guia de linhas orientadoras globais, linhas essas que estabelecem um conjunto de Indicadores, para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. No que se refere à Sustentabilidade, o GRI surgiu então com a missão de satisfazer a necessidade de comunicar de forma clara e transparente e também para oferecer uma estrutura que fosse de confiança para todas as organizações, assim pode dizer-se também que consiste em

desenvolver globalmente as diretrizes mais adequadas à elaboração de uma das peças fundamentais de comunicação das empresas nesta área: o Relatório de Sustentabilidade (RS). Deste modo, passou a ser possível a comparação de práticas entre empresas de todos os tamanhos, sectores e localidades.

Em 2006, foi publicada a 3ª versão dessas mesmas diretrizes (GRI3). Assim, uma das características das diretrizes que ajuda a promover uma distinção de qualidade entre os relatórios de sustentabilidade, é a autodeclaração da empresa no que respeita ao nível da aplicação GRI. Para fazer face aos graus de experiência na elaboração dos relatórios, existem neste sistema três níveis – principiante, intermédio e experiente – e são representados respetivamente pelas seguintes letras – C, B e A. Uma organização pode ainda autodeclarar um “sinal mais” (+) em cada nível, caso tenha recorrido a processos externos de garantia de fiabilidade (C+, B+, A+) (GRI, 2007).

Para além das diretrizes, existem também alguns suplementos sectoriais que incluem interpretações e orientação sobre como aplicar as diretrizes num determinado sector, incluindo ainda indicadores de desempenho específicos de certos sectores. Deste modo, estes suplementos não devem ser utilizados em substituição das diretrizes, mas sim em conjunto com as mesmas (GRI, 2007).

Apesar do relato de sustentabilidade ser voluntário ou não, o GRI não descarta que o processo de relato e o seu formato assim como o conteúdo do relatório, sejam claros, rigorosos e comparáveis, tal como é necessário para a elaboração do relatório e contas. O GRI emitiu então as diretrizes que apoiam as empresas e dão orientações para a elaboração e conteúdo dos relatórios, mas existem outras instituições internacionais com este mesmo fim.

Em 1982, Benston afirmou que os relatórios de sustentabilidade eram efetuados com uma tentativa dos gestores maximizarem a qualidade das suas relações com os *stakeholders* mesmo com intenção de aumentarem a reputação das empresas (Mendes, A. e Sardinha, I, 2009). Contudo, o GRI (2006) refere que o relatório de sustentabilidade é uma prática de medição, comunicação e prestação de contas para os *stakeholders* internos e externos, do desempenho de uma organização no sentido de atingir o objetivo do desenvolvimento

sustentável, descrevendo os seus impactes ambientais, económicos e sociais. Sendo este processo de grande complexidade, é um entrave que leva à não adesão de muitas empresas. Um desafio muito importante para as empresas é a variedade de partes interessadas no Relatório de Sustentabilidade pois todas têm necessidades específicas de informação. Das partes interessadas podem fazer parte os acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades locais, ONG's, entre outros.

A publicação dos relatórios de sustentabilidade pode estar associada aos desafios que possam estar implícitos nas suas três dimensões. Quanto aos desafios que se referem à dimensão ambiental, têm a ver com os aspetos negativos que a atividade humana causa no meio ambiente e é através da pressão causada pela mesma publicação, que as empresas começam a dar o seu contributo cada vez mais positivo. Assim, Mendes e Sardinha (2009) referem que Cerin (2002) afirmava que tanto o bom desempenho ambiental como a produtividade de recursos eram encarados como uma vantagem na competição empresarial dinâmica. No que respeita aos desafios da dimensão social, Daub (2005) diz que a pressão pública forçou as empresas a terem responsabilidade com a sociedade, essencialmente com os seus *stakeholders* (Mendes e Sardinha, 2009). Tendo em conta o desafio referente à dimensão económica, uma das mais importantes que a literatura menciona, pode dizer-se que o aumento da eco-eficiência e da sócio eficiência são os principais desafios. Os mesmos autores afirmam que Cerin (2002) referiu que os índices financeiros de sustentabilidade têm contribuído para aumentar o interesse dos *stakeholders*.

A comunicação da sustentabilidade tem sido alvo de sucesso, devido à dependência das mensagens sócio-ambientais e à capacidade dos seus utilizadores compreenderem a informação que lhes é prestada. Mas a publicação de relatórios ambientais externos, pode ter efeitos mais positivos na própria empresa que relata, uma vez que obtém benefícios devido ao processo de recolha interna de informação e da motivação dos colaboradores (Mendes e Sardinha, 2009: 15).

Num estudo efetuado pelos autores Mendes e Sardinha (2009), que tem como base as 20 maiores empresas portuguesas, membros do BCSO Portugal, os autores recorreram a questionários com o intuito de obterem os impactes internos e externos e dos seus determinantes, no que respeita à elaboração dos relatórios de sustentabilidade. É de

salientar que os benefícios que foram obtidos pelas empresas com o processo de relato são difíceis de medir, pelo que, os resultados deste estudo mostram que os principais benefícios internos da elaboração destes relatórios estão associados ao alargamento de uma visão integrada da empresa e também ao processo de relato ambiental, social e económico de, ambos, se apresentarem como um instrumento de gestão. Quanto aos benefícios externos, podem destacar-se a melhoria da reputação e da credibilidade da empresa (Mendes e Sardinha, 2009).

Contudo, estudos recentes comprovam que as empresas espanholas defendem que as de maior dimensão são as que mais publicam, tal como está referido no estudo de Mendes e Sardinha (2009), essencialmente as pertencentes ao sector industrial e de construção, que são as que relatam mais dados.

Segundo Dias (2009), autores como Hogner (1982), Guthrie e Parker (1989), referem que as empresas divulgam informação voluntária de carácter social e ambiental nos seus relatórios já desde os finais do século XIX, mas só no final dos anos 60 é que as primeiras referências sobre estas matérias apareceram. Mas, pode dizer-se que a nível mundial, foi a partir dos anos 90 que houve um grande aumento da divulgação da informação social e ambiental.

No estudo de Dias (2009), vários autores afirmam que o Relato de Sustentabilidade Empresarial ou o *Triple Bottom Line* são o novo desafio da contabilidade e dos relatórios empresariais. Estes relatórios podem ser vistos como uma nova forma de comunicar as questões sociais e ambientais, o que faz com que o número de empresas que divulgam estas informações tendem a aumentar, existindo uma grande variedade de estudos que comprovam este aumento. Contudo, são as empresas de maior dimensão que são as responsáveis por uma maior quantidade e qualidade de informação ambiental e social divulgada. Já Hughes *et al.* (2001) referido por Mendes e Sardinha (2009) concluiu que as empresas socialmente responsáveis têm um melhor desempenho que as que não o são, o que faz com que tenham também um melhor relato.

Segundo Mendes e Sardinha (2009), o primeiro relatório de sustentabilidade publicado em Portugal foi no ano de 2003 pelo BES. E desde essa altura que o número de publicações de

empresas portuguesas tem vindo a crescer, tanto que no ano de 2006 foram contabilizados 33 relatórios de sustentabilidade e em Setembro de 2007 já totalizavam 40, números estes que têm vindo a crescer.

Capítulo II – A Rectimold

O capítulo II trata-se de um pequeno capítulo introdutório à empresa do estudo de caso.

Em primeiro lugar será feita uma breve introdução/evolução da história sobre o setor dos moldes, falando do seu surgimento ao seu desenvolvimento, passando pelo surgimento da Associação Nacional da Indústria de moldes, a CEFAMOL e ainda pelo Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais, o CENTIMFE.

Posteriormente vai ser apresentada a empresa do estudo de caso, a Rectimold – Retificação de moldes, S.A.. Vamos proceder à análise de alguns pontos que, direta ou indiretamente, tenha algum contacto com os temas abordados no presente projeto, como por exemplo, a política de controlo e qualidade ou a segurança, higiene e saúde no trabalho, entre outros.

Mais à frente no capítulo III pode encontrar-se no ponto 3 mais informações sobre o negócio dos moldes.

II.1 – Breve Introdução histórica sobre o Setor dos moldes

A indústria portuguesa de moldes surgiu através da evolução da indústria do vidro e os primeiros moldes para vidro já foram produzidos no século XX. Mais tarde, em 1946 apareceram os primeiros moldes para a injeção de plásticos. E foi assim que nos finais dos anos 50 se deu início ao desenvolvimento da Indústria de Moldes no território nacional. À medida da exigência dos mercados, foi-se desenvolvendo melhorias no que respeita à qualidade dos moldes. Em 1969 surge a CEFAMOL – Associação Nacional da Indústria de Moldes com o intuito de contribuir para o desenvolvimento deste setor. Em 1991 com o objetivo de dar apoio técnico e tecnológico a este mesmo setor, foi criado o CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais.

De acordo com dados disponibilizados pela CEFAMOL (2011), o Sector Português de Moldes possui cerca de 250 Pequenas e Médias Empresas, dedicadas ao fabrico de moldes e ferramentas especiais e emprega cerca de 7500 pessoas. Em relação à distribuição geográfica das empresas de moldes a nível nacional, estas situam-se na sua grande maioria, nos concelhos da Marinha Grande e de Oliveira de Azeméis.

Entre os maiores fabricantes de moldes a nível mundial, encontra-se Portugal, nomeadamente na área dos moldes para plásticos, exportando cerca de 90% da produção total.

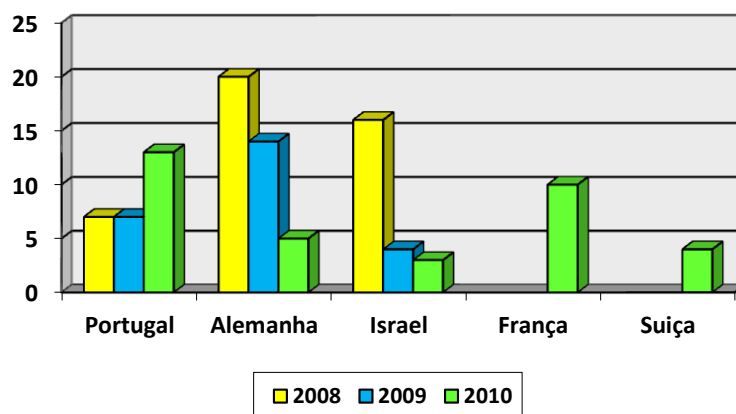
II.2 – A empresa em estudo – Rectimold

O estudo de caso será realizado numa Pequena e Média Empresa situada no concelho de Porto de Mós, distrito de Leiria, próximo do perímetro deste setor, a RECTIMOLD – RECTIFICAÇÃO DE MOLDES, S. A..

A Rectimold é uma empresa com largos anos de experiência, que começou por se dedicar à retificação de moldes para empresas produtoras dos mesmos, começando a sua atividade em Junho de 1989. É uma empresa inovadora e com o decorrer dos anos foi alargando as suas capacidades e os seus horizontes, passando à fabricação dos próprios moldes e começando a expandir-se para o exterior, começando pelo Canadá para onde exportou o

seu primeiro molde. Com estas inovações e a empresa já implantada neste ramo, sentiu necessidade de alargar a empresa, o que se deu em Janeiro de 1999 com a inauguração de novas instalações com todo o material e pessoal necessário, empregando cerca de 30 pessoas, como se pode verificar no organigrama no anexo 2.

A empresa fabrica anualmente entre 45 a 50 moldes que se destinam para indústrias automóvel, elétrica e eletrónica, irrigação e outras. Atualmente, 95% da sua produção, além de ficar em Portugal, é direcionada para a exportação: Alemanha, Israel e França.



Fonte: Declaração Ambiental 2010 - Rectimold

Gráfico II.1 – N.º de moldes fabricados

A empresa foi considerada PME Líder em 2009 e foi-lhe atribuído o Estatuto PME Excelência 2010, numa iniciativa do IAPMEI, em parceria com os principais bancos, que tem como objetivo distinguir as pequenas e médias empresas que evidenciam os melhores desempenhos e indicadores de gestão, no contexto da estrutura empresarial nacional.

Nos últimos anos a empresa tem vindo a efetuar vários investimentos para melhorar a sua capacidade tecnológica produtiva e poder desta forma, suportar e superar mesmo a ameaça externa dos parceiros de atividade.

II.2.1 - Política de manutenção

Sendo o processo produtivo altamente especializado e executado em equipamentos altamente tecnológicos há uma preocupação constante com a manutenção preventiva dos

mesmos, sendo esta efetuada periodicamente e assente em contratos de manutenção com as várias empresas representantes dos equipamentos em Portugal.

II.2.2 - Política de controlo e qualidade

Como a empresa trabalha com produtos de alta precisão, é necessária uma preocupação redobrada com a qualidade do produto fabricado. Tal começa no planeamento, definição e quantificação das operações a efetuar. Continua com o fabrico especializado dos eléctrodos que vão ser usados na erosão do aço e termina com as medições efetuadas a todas as peças que compõem o molde e ao seu ajustamento e folgas permitidas, tendo em atenção que as peças de plástico que irão ser fabricadas ao arrefecerem têm uma contração natural e que tem que ser prevista na feitura do molde para que o produto final, tenha a qualidade e as medidas pretendidas.

II.2.3 - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Há uma preocupação permanente da Administração quanto às matérias relacionadas com a segurança, higiene e saúde no trabalho porquanto toma todas as medidas no sentido de ser cumprida a legislação sobre qualquer assunto, nomeadamente através duma identificação clara e precisa de todos os pontos das instalações relacionadas, como seja a identificação dos locais dos extintores de fogo, portas alternativas de saída em caso de incêndio, medidas a tomar em situações de contingência, controlo periódico por médico do trabalho, primeiros socorros, etc.

A empresa é certificada no âmbito das ISO 9001 e 14001 e do EMAS.

II.2.4 - Gestão de impacto ambiental

O impacto ambiental é uma constante preocupação dos responsáveis da empresa, tendo neste âmbito procedido à certificação da mesma quanto à qualidade, segundo a norma ISO 9001:2008 e quanto à segurança ambiental, a norma ISO 14001:2004 e sendo certificada pela Agência Portuguesa do Ambiente, o que lhe permite usar o logotipo EMAS. Procede à elaboração anual da declaração ambiental na qual faz um desenvolvimento das medidas tomadas na salvaguarda do ambiente, bem como dos cuidados tipos quanto à redução de utilização de elementos negativos para o ambiente e também à recuperação, via reciclagem dos materiais consumidos na atividade, como sejam aços, cobre e outros componentes.

II.2.5 - Missão

A missão da Rectimold é satisfazer os clientes produzindo moldes com qualidade, cumprindo os prazos estabelecidos e mantendo a competitividade dos seus preços. Para além da satisfação dos clientes, também procura exceder as suas necessidades e expectativas, através do rigor, envolvimento e motivação de todos os seus colaboradores, assim como alcançar uma confiança acrescida por parte dos clientes, colaboradores, comunidade envolvente e sociedade, através da demonstração do comprometimento voluntário com a melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

Nota: O anexo 1 contém mais informações sobre a identificação da Rectimold.

Capítulo III – Contabilidade Ambiental na Rectimold

A Rectimold não se encontra em situação de desconhecimento em relação a este projeto, pois já tem implementado um Sistema de Gestão Integrado na Qualidade e no Ambiente, sistema este que já contém alguns pontos em comum com o SCA. Assim não se considera necessário proceder a um projeto prévio destinado a chamar a atenção da gestão.

Considera-se então que a empresa está consciente da necessidade de implementar um Sistema de Contabilidade Ambiental e propõe-se assim que seja implementado de acordo com as fases propostas por Eugénio (2011).

Neste capítulo são analisados os componentes ambientais identificados pela Rectimold em todo o seu processo de funcionamento, uma vez que a informação ambiental foi levantada através do fluxograma de fabrico da empresa e através de entrevistas elaboradas a alguns colaboradores da Rectimold. O guião das entrevistas encontra-se no apêndice 1. Foi feito um levantamento de todos os componentes ambientais que incluem os gastos, rendimentos, ativos e passivos, estes foram posteriormente agrupados por domínios ambientais seguindo os requisitos da NCRF 26. Para este levantamento teve de ser constituída uma equipa que irá trabalhar na implementação deste projeto.

Foi proposta a criação de subcontas para o tratamento contabilístico para os componentes ambientais e também a criação de um centro de custos de modo a facilitar a análise ambiental e foram ainda definidas as regras de mensuração a ter em conta. Posteriormente foi feita uma análise de divulgação de informação financeira ambiental onde foi explicado o que deve ser divulgado no Relatório de Gestão e também no Anexo.

Foram ainda feitas propostas de alteração ao sistema de informação e proposta de formação a colaboradores da empresa.

A proposta de implementação de um Sistema de Contabilidade Ambiental para a Rectimold foi adaptada de Eugénio (2011), onde são apresentadas dez fases consideradas fundamentais e que constam no quadro seguinte.

Quadro III.1 - Fases de Implementação do Sistema de Contabilidade Ambiental

Fase 1: Aprovação do projeto
Fase 2: Constituição da equipa
Fase 3: Conhecimento do negócio
Fase 4: Levantamento detalhado sobre a atividade da empresa
Fase 5: Identificação da informação financeira ambiental
Fase 6: Análise da divulgação financeira ambiental
Fase 7: Elaboração de documentos de apoio (recomendações)
Fase 8: Alterações ao sistema de informação
Fase 9: Formação
Fase 10: Entrada em funcionamento

Fonte: Eugénio (2011)

III.1 - Fase 1: Aprovação do projeto

A fase de Aprovação do projeto inicia-se com o interesse da empresa no projeto de implementação de Contabilidade Ambiental no seu sistema contabilístico. A Rectimold tem incluído no seu processo decisório questões de âmbito ambiental e é deste modo que cresce a preocupação de utilizar recursos naturais com contenção, uma vez que o ambiente é um recurso escasso.

Assim, é necessário definir os objetivos a atingir, estes que devem ser definidos pela gestão de topo da empresa, devendo ter em atenção a implementação do sistema de Contabilidade Ambiental e o prazo para a execução do projeto. Para que este projeto se concretize com sucesso, a equipa da Rectimold necessita estar unida e motivada de modo a que o seu empenho seja geral obtendo posteriormente, resultados positivos.

A administração da empresa estima dar início a este Sistema de Contabilidade Ambiental em Abril de 2012 e espera finalizar em Setembro de 2012.

III.2 - Fase 2: Constituição da equipa

De forma a promover um envolvimento ativo e manter a informação e colaboração entre os vários elementos da entidade considerados imprescindíveis neste projeto, constitui-se uma equipa ambiental. Esta equipa deve ser multidisciplinar e é a responsável pela execução do projeto desde o início até ao seu funcionamento. Deve ser composta de acordo com a estrutura da empresa, sendo proposta uma equipa ambiental constituída pelos seguintes elementos:

- Responsável Ambiente – Nancy Pereira
- Gerência – José Carlos Costa
- Responsável Secretariado – Ana Pereira
- Responsável Produção – Fernando Torres
- Responsável Contabilidade – Paulo Ruivo
- A Rectimold já possui um contrato de prestação de serviços jurídicos, que em caso de necessidade irá requerer os seus serviços – João Paulo Repolho

Os elementos da equipa reunir-se-ão na fase de elaboração e implementação dos programas ambientais, e de procedimentos e instruções de trabalho assim como emergências, antes e após a revisão do sistema pela Gerência e aquando da elaboração da Declaração Ambiental. As reuniões devem ser acompanhadas da elaboração de atas.

III.3 - FASE 3: Conhecimento do negócio

Nesta fase obtém-se o conhecimento do negócio do setor dos moldes, de modo a fazer uma ligação de impactes ambientais que lhe esteja subjacente.

III.3.1 - Questões Ambientais no setor da entidade

No processo de implementação do Sistema de Contabilidade Ambiental, é importante que a equipa ambiental da Rectimold, identifique os aspetos ambientais associados à atividade da empresa, através de balanços ambientais que consistem na identificação das entradas (inputs) e saídas (outputs), associadas a cada atividade (tarefa / secção / máquina).

Esta análise tem em consideração o normal funcionamento de uma empresa dentro do setor, o funcionamento em situações anómalas (avarias e/ou mau funcionamento) e ainda nas condições de emergência, razoavelmente previsíveis e são ainda tidas em conta as atividades passadas, presentes e planeadas, bem como os aspetos diretos e indiretos.

Após a identificação dos aspetos ambientais, é lhes atribuído um ou mais impactes ambientais, numa relação de causa/efeito, considerando sempre para efeitos de classificação o impacte de valor mais elevado. São considerados tanto os aspetos com impactes negativos quanto positivos.

O quadro apresentado no anexo 5 não indica todos os aspetos e impactes ambientais possíveis, mas apenas os considerados de maior relevância. Deste modo, tendo em conta os aspetos ambientais, a Rectimold agrupou-os em gravidade e benefício e dentro de cada um destes dividiu-os em graus, como se pode analisar no anexo 6.

III.3.2 - Leis e Regulamentos que são aplicáveis à entidade

Existem diversas leis e regulamentos que são aplicáveis à Rectimold, tal como constam no anexo 3. Uma vez que os resíduos são o fator considerado mais importante pela entidade, esta deve separar adequadamente todos os seus resíduos e enviá-los a empresas devidamente licenciadas para a sua receção e tratamento juntamente com as guias de acompanhamentos de resíduos. Para isso a empresa tem de aplicar a Portaria nº 335/97 de 16 Maio e a Portaria nº 209/2004 de 3 Março que auxilia a empresa a classificar e a identificar os resíduos segundo os códigos da Lista Europeia de Resíduos (LER). Já o DL nº 230/2004 de 10 Dezembro, trata da gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) procedendo à sua separação para o destino final adequado. A Rectimold deve aderir à Sociedade Ponto Verde e ao preenchimento da Declaração Anual Simplificada que dizem respeito ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens através do DL nº 366-A/97 de 20 Dezembro.

Uma vez que se trata de um sector de atividade que com o seu funcionamento normal pode incomodar com o seu ruído, o DL nº 9/2007 de 17 Janeiro aprova o Regulamento Geral do Ruído, o qual a empresa deve adotar de modo a proceder à medição do ruído.

III.3.3 - Responsabilidade no Sistema de Contabilidade Ambiental da Rectimold

No âmbito do Sistema de Contabilidade Ambiental, a gestão de topo da Rectimold tem diversas responsabilidades que lhe estão impostas. Tem de providenciar os recursos necessários para a implementação e o controlo do sistema de contabilidade ambiental, tem de definir a Política Ambiental da Empresa, tem de aprovar os documentos do Sistema de Contabilidade Ambiental assim como proceder à revisão anual do mesmo sistema.

Em relação à pessoa responsável pelo Ambiente, compete-lhe assegurar que os requisitos do SCA são definidos, implementados e mantidos em conformidade com a norma NP EN ISO 14001:2004 e o Regulamento (CE) 1221/2009 (EMAS II), e ainda relatar à Gerência o desempenho do SCA para revisão ou com base para a melhoria do sistema de contabilidade ambiental.

III.3.4 - Seguro de Responsabilidade Ambiental da Rectimold

De acordo com o DL 147/2008 de 29 de Julho, a Responsabilidade Ambiental da empresa é aplicável à prevenção e reparação de danos ambientais. Assim, a Rectimold tem um seguro com apólice n.º 0095.10.0000004990, onde se inclui a reparação por danos ambientais.

III.4 - FASE 4: Levantamento detalhado sobre a atividade da empresa

III.4.1 - Política Ambiental

A Rectimold espera ser uma empresa de referência, conhecida, respeitada e requisitada para a fabricação de moldes para a injeção de plástico, tanto a nível nacional como internacional. Assim, estabeleceu pela primeira vez a sua política ambiental no ano de 2002 que consta na Declaração Ambiental e no Manual do Sistema de Gestão de Gestão integrado na Qualidade e Ambiente, sendo atualizada anualmente. De seguida a Rectimold estabeleceu a política Ambiental de acordo com os seguintes pressupostos:

- * Cumprir com os requisitos legais e outros requisitos aplicáveis à empresa, bem como os requisitos das normas implementadas;
- * Estabelecer objetivos e proceder à sua revisão de modo a melhorar continuamente o Sistema;

- * Cumprir com as disposições impostas pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, minimizando o impacte da nossa localização no mesmo;
- * Reciclar, reutilizar e reduzir os resíduos gerados e optar pelos tratamentos mais ambientalmente favoráveis;
- * Reduzir e controlar os impactes ambientais e prevenir a poluição da atividade da empresa;
- * Desenvolver e implementar tecnologias com o mínimo impacte ambiental, sempre que possível;
- * Comunicar a Política da Empresa e toda a informação ambiental, Declaração Ambiental, às partes interessadas.

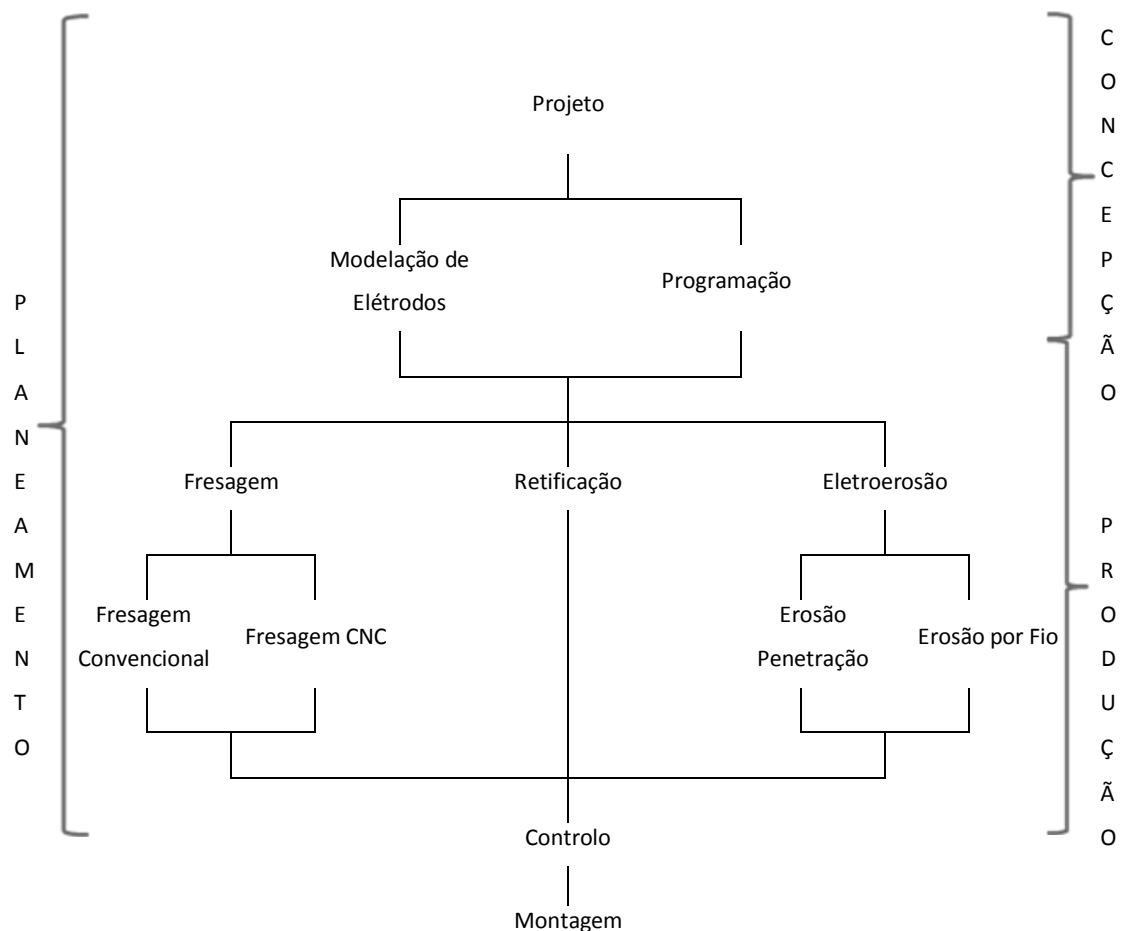
III.4.2 – Processo Produtivo

A linha de produção da Rectimold inicia-se com a aceitação do orçamento, por parte do cliente, de seguida desenvolve-se o projeto elaborando, em computador, os desenhos a duas e três dimensões, decompondo o molde nos vários componentes. Segue-se a fabricação do mesmo. Após esta etapa concluída, o projeto do molde segue para a secção de Planeamento, onde se prepara informaticamente o trabalho a efetuar. Nesta secção serão divididas as diversas operações a efetuar, atribuindo-lhes prazos previstos de execução.

Enquanto a fase anterior decorre, noutra secção são cortados os blocos de aço necessários que vão para a fase da erosão, ou seja, onde o aço é desgastado com vista a obter as várias partes do molde. Ao mesmo tempo vão sendo feitos eléctrodos que irão ser utilizados na erosão do aço. Estes eléctrodos são normalmente feitos em cobre, através de máquinas de corte e de furar de alta precisão. Nas diversas máquinas de erosão, quer por fio, quer por indução – desgaste elétrico provocado pelo contacto do cobre no aço – vão sendo retirados do aço o que não interessa, para que fiquem as furações e orifícios necessários para o bom funcionamento do molde.

De seguida as peças são encaminhadas para o centro de maquinação, designado por CNC (*Central Numeric Control*) que também é programado informaticamente e onde são efetuados trabalhos previamente delineados. Segue-se um período em que todas as peças passam pela secção de retificação aonde são feitos todos os acertos, pois tratam-se de peças que não comportam falhas superiores a frações milimétricas do milímetro.

Por último, o molde é entregue ao cliente e por vezes é acompanhado o seu começo de atividade com a deslocação de técnicos às instalações onde o molde vai trabalhar. Na figura abaixo pode visionar-se o descrito até então, através do esquema do fluxograma de fabrico, no entanto, no anexo 4 apresenta-se o processo produtivo da Rectimold com mais detalhe.



Fonte: Manual do Sistema de Gestão integrado Qualidade e Ambiente - Rectimold

Figura III.1 – Fluxograma de fabrico

III.4.3 – Levantamento de Resíduos, Fontes geradoras e Destino

De seguida um levantamento dos resíduos resultantes da atividade da Rectimold, definindo também a forma como deve ser dado um destino adequado aos mesmos resíduos, que deve ser aplicada por todos os seus colaboradores. Nas páginas seguintes são também apresentadas as fontes geradoras dos resíduos.

No anexo 7 encontra-se a designação das siglas da coluna do Destino/Tratamento, que consta na tabela seguinte, que a Rectimold dá aos seus resíduos. Estas siglas são retiradas das tabelas de operações de eliminação e de valorização mencionadas no anexo II A e B da Decisão da Comissão n.º 96/350/CE, de 24 de Maio.

Quadro III.2 – Levantamento de Resíduos, Fontes Geradoras e Destino

| Seção Resíduos | Recetor | Transportador | Destino/ Tratamento | Embalagem / Acondiciona. | Produção | | | Escrit./ Desenho/ Model./ Progr. | Armaz. | Exaustão e Extração Gases | Compres. | Refeit. | Fossa Séptica |
|--|----------------------|----------------------|------------------------|--|----------|--------|--------|---|--------|------------------------------------|----------|---------|------------------|
| | | | | | Fresagem | Retif. | Erosão | | | | | | |
| Plástico / Metal | Valorlis | Rectimold | R3 | Contentor Amarelo | X | X | X | X | X | | | X | |
| Emb. Plástico | | | | | | | | | | | | | |
| Papel/Cartão | João Vieira Cordeiro | João Vieira Cordeiro | R3 | Papelão | X | X | X | X | X | | | | |
| Emb. Cartão | | | | | | | | | | | | | |
| Vidro | Valorlis | Rectimold | R3 | Contentor Verde | | | | | | | | X | |
| Pilhas | Valorlis | Rectimold | R3 | Recipiente entre secção erosão - desenho | | X | X | X | X | | | | |
| Tinteiros/Toners | Biorecuperação | Biorecuperação | R13 | Caixote – Arrecadação | | | X | X | X | | | | |
| Lâmpadas Fluorescentes | Auto-Vila | Auto-Vila | D15 | Caixote – Arrecadação | X | X | X | X | X | | | X | |
| Bobines | Valorlis | Rectimold | R3 | Bidon - Parque Resíduos | | | X | | | | | | |
| Amostras Plástico | Revalor | Rectimold | R13 | Separado por Tipo - Junto ao Refeitório | X | | | | | | | | |
| Fio de Latão / Cobre | João Vieira Cordeiro | João Vieira Cordeiro | R4 | Bidon – Parque de Resíduos | | | X | | | | | | |
| Limalhas/Buris/ Folhas Serrote/ Plaquetes/Fresas | João Vieira Cordeiro | João Vieira Cordeiro | R4 | Parque de Resíduos | X | X | | | X | | | | |
| Filtros(Água / Óleo /Carvão /Ar) | Auto-Vila | Auto-Vila | R9 | Bidon – Parque de Resíduos | | | X | | | X | X | | |
| Resinas | Auto-Vila | Auto-Vila | D15/D5 | Bidon – Parque de Resíduos | | | X | | | | | | |

“RELATO DE SUSTENTABILIDADE E CONTABILIDADE AMBIENTAL NA EMPRESA RECTIMOLD”

| Secção Resíduos | Recetor | Transportador | Destino/ Tratamento | Embalagem / Acondiciona. | Produção | | | Escrit./ Desenho/ Model./ Progr. | Armaz. | Exaustão e Extração Gases | Compres. | Refeit. | Fossa Séptica |
|--|---------------|---------------|------------------------|--------------------------------------|----------|--------|--------|---|--------|------------------------------------|----------|---------|------------------|
| | | | | | Fresagem | Retif. | Erosão | | | | | | |
| Materiais Absorventes (Panos / Filtros Papel / Esponjas/ Areia) | Auto-Vila | Auto-Vila | D15/D5 | Bidon – Parque de Resíduos | X | X | X | | X | | | | |
| Embalagens Contaminadas | Auto-Vila | Auto-Vila | D15/D5 | Bidon – Parque de Resíduos | X | X | X | | X | | X | | |
| Óleos Usados | Sogilub | Sogilub | R9 | Bidon – Parque de Resíduos | | X | | | | | X | | |
| Águas Oleosas | Auto-Vila | Auto-Vila | D15 | Bidon – Parque de Resíduos | X | X | | | | | X | | |
| Resíduos Contendo Hidrocarbonetos | Auto-Vila | Auto-Vila | D9 | Bidon – Parque de Resíduos | X | | | | | | | | |
| Mós / Discos Corte / Lixas / Pedras | Resilei | Rectimold | D1 | Bidon – Cabine Compressor | | X | | | | | | | |
| Chapas Térmicas | Resilei | Rectimold | D1 | Recipiente – Cabine Compressor | X | | | | | | | | |
| Disquetes / CD's/ Tapes | Valorlis | Rectimold | R3/R4 | Caixote – Arrecadação | | | X | X | | | | | |
| Material Informático / Electrónico | Valorlis | Rectimold | R5 | Arquivo | | | X | X | | | | | |
| Lamas da Fossa Séptica | Simlis | Silimpa | D6 | Fossa Séptica | | | | | | | | | X |
| Resíduos Domésticos | Suma/ SMPM | Suma | - | Contentor Branco | X | X | X | X | X | | | X | |

Fonte: Gestão de Resíduos da Rectimold

III.5 - FASE 5: Identificação da informação financeira ambiental

Para ter um controlo de contabilidade ambiental, a Rectimold tem de conhecer todos os itens que estão relacionados com o meio ambiente, pois torna-se fundamental este conhecimento no sentido de conseguir ter a perceção correta da significância de cada item. É neste contexto que nesta Fase 5 se procede ao levantamento de todos os gastos, rendimentos, ativos e passivos existentes na empresa de carácter ambiental com objetivo de termos todos os elementos agrupados dentro do seu respetivo item.

Após esse levantamento, é importante agrupar todos os itens por domínios ambientais e por fim sugere-se a utilização de subcontas aquando o lançamento na contabilidade de todos estes gastos, rendimentos, ativos e passivos. Além disso pretende-se criar um centro de custos afeto ao ambiente de modo a facilitar o acesso apenas aos resultados ambientais.

III.5.1 - Gastos Ambientais

Para que uma empresa possa fornecer informação contabilística fiel e verdadeira é fundamental que os gastos ambientais estejam incluídos nos gastos totais. Atualmente, na literatura, não existe nenhuma definição única e precisa sobre gasto ambiental, as empresas adaptam definições que devem ser coerentes com os objetivos específicos que pretendem atingir.

Assim, a Rectimold pode adotar a seguinte definição de gasto ambiental:

***Gastos ambientais** são os gastos adicionais, diretos e indiretos, suportados pela empresa com as medidas cujo objetivo principal é evitar, reduzir ou reparar os efeitos negativos causados pelas suas atividades no ambiente exterior ou contribuir para melhorar, de uma forma geral, a sua qualidade. Inclui reparação de danos ambientais, controlo da poluição, gastos de atividades de proteção ambiental, investimentos em equipamento de proteção ambiental, remuneração de pessoal relacionado com a área do ambiente, gastos adicionais de tecnologias ou produtos com benefícios ambientais, multas e gastos de reparação de danos ambientais.*

III.5.2 - Rendimentos Ambientais

Pode sugerir-se que a Rectimold classifique os seus rendimentos ambientais através da classificação sugerida por Muralha (1997):

- ♦ *Diminuição de gastos:* em prémios de seguro, em gastos de manutenção, em segurança e assistência médica e medicamentosa a trabalhadores por diminuição de riscos;
- ♦ *Melhor gestão de resíduos:* poupança de materiais por reutilização e reciclagem de resíduos, diminuição de gastos de armazenamento, redução de gastos de transporte;
- ♦ *Redução de indemnizações:* por diminuição de riscos de contaminação, destruição, etc.;
- ♦ *Poupanças em gastos operativos:* menor consumo de matérias-primas, materiais de consumo e embalagens, água, combustíveis e energia;
- ♦ *Aumento das vendas por melhoria de imagem pública:* uso de eco etiquetas, eco auditorias, logótipo, informação geral favorável;
- ♦ *Recebimentos efetivos:* por venda de estudos, diagnósticos, serviços de tratamento de resíduos, tecnologias limpas, royalties, aluguer de ativos meio ambientais, subsídios, prémios, etc.

III.5.3 - Ativos Ambientais

De Luca e Martins (1994) defendem que Ativos Ambientais são fatores de produção a serem consumidos visando a preservação ambiental, ou seja, bens de longa vida útil empregues para a preservação ambiental, investimentos em tecnologia de reparação ambiental, “reservas” para desvalorização de bens sujeitos a ação ambiental e parcelas dos bens ou direitos intangíveis da empresa relativos ao desempenho ambiental.

III.5.4 - Passivos Ambientais

Passivo Ambiental corresponde ao investimento que uma empresa deve fazer para que possa corrigir os impactos ambientais adversos gerados na decorrência das suas atividades e que não tenham sido controlados ao longo dos anos. Assim, pode dizer-se que Passivo Ambiental é todo o conjunto de obrigações que as empresas têm com a natureza, destinado exclusivamente a promover investimentos em benefícios ambientais, isto é, quando as empresas geram algum tipo de passivo ambiental, têm de gerar também investimentos para compensar os impactos causados na natureza.

No quadro abaixo, procede-se à apresentação de todos os Gastos, Rendimentos, Ativos e Passivos de carácter ambiental, que foi possível apurar do funcionamento normal da empresa.

Quadro III.3 - Levantamento de Gastos, Rendimentos, Ativos e Passivos de carácter ambiental

| | | |
|--------------------------------------|---|--|
| <i>Gastos Ambientais</i> | Depreciação | Dos investimentos em ativos |
| | Disposição dos resíduos poluentes | Bacias de retenção usadas em caso de derrame e Caixotes do lixo para a separação |
| | Prestação de serviços | Das atividades de controlo, preservação e recuperação do meio ambiente |
| | Custos com pessoal | Salário + Seg. Social da Eng. ^a do ambiente |
| | Licença de utilização do domínio hídrico e respetiva taxa | Fossa séptica |
| | Contratação de serviços de gestão de resíduos | Recolha e transporte, valorização e eliminação de materiais poluentes, como plásticos, cartão, vidros, óleos usados, ... |
| | Impermeabilização do solo | Previne a contaminação dos solos caso haja um derrame |
| <i>Rendimentos Ambientais</i> | Venda de resíduos | Limalhas, folhas de serrote, plaquetes, fresas, cobre, fio de latão, papel/cartão e embalagens de cartão |
| <i>Ativos Ambientais</i> | Separador de água/óleo para as purgas do compressor | Investimento em equipamento |
| | Parque de resíduos | Investimento em instalações |
| | Construção de uma cabine para os refrigeradores e isolamento da mesma | Redução do ruído |
| | Construção de um novo poço absorvente | De águas residuais devido ao mau funcionamento do antigo |
| | Aquisição de baterias de condensadores | Para reduzir/eliminar o consumo de energia reativa |
| | Aplicação de um silenciador | No sistema de exaustão – este apenas é considerado de carácter ambiental em 30% do seu valor |
| <i>Passivos Ambientais</i> | Reparação de danos no solo | |
| | Limpezas de derrames | |

Fonte: Elaboração Própria

III.5.5 - Classificação dos itens ambientais por domínio ambiental

Quadro III.4 – Registo de Resíduos por Domínios

| Domínio Ambiental | Gasto Ambiental | Rendimento Ambiental | Ativo Ambiental | Passivo Ambiental |
|--|---|--|---------------------------------|---|
| Emissões para a atmosfera (proteção do ar ambiente e do clima) | - Manutenção de equipamentos de refrigeração, bombas de calor e sistemas de proteção contra incêndios; | - Redução do consumo de energia; - Redução do consumo de gasóleo; | - | - |
| Gestão das águas residuais | - Tratamento e limpeza da fossa séptica; - Licença de utilização de recursos hídricos para descarga ; | - Redução do consumo de água; - Reutilização da água que sai do separador água/óleo; | - | - |
| Gestão de resíduos | - Zona de recolha e armazenamento temporário de resíduos; - Contratação de serviços de gestão de resíduos; - Ecopontos; | - Redução dos gastos com materiais pela reutilização de resíduos; - Redução do consumo de papel e outros consumíveis; | - Parque de resíduos; | - |
| Proteção dos solos e das águas subterrâneas | - Impermeabilização do solo; - Bacias de retenção de resíduos; | - | - | - Reparação de danos no solo; - Limpeza de derrames; |
| Diminuição do ruído e vibrações | - | - | - Sistemas de redução de ruído; | - |
| Proteção da natureza | - Contratação de consultoria externa; | - | - | - |

Fonte: Adaptado de Gomes, 2010

III.5.6 – Subcontas

De seguida surge a proposta de criação de subcontas que respeitam apenas ao ambiente e decidiu-se utilizar 009 para a introdução das matérias ambientais. No entanto, sempre que houver necessidade serão criadas outras subcontas que não constem na seguinte proposta. Além destas subcontas, pode criar-se também um centro de custos de modo a facilitar o acesso a resultados somente ambientais.

Classe 2 – Contas a Receber e a Pagar

29 – Provisões

295.009 – Matérias ambientais

295.009.1 – Impostos ambientais

295.009.2 – Processos judiciais em curso devido a questões ambientais

295.009.3 – Acidentes de trabalho e doenças profissionais por questões ambientais

295.009.4 – Provisões para responsabilidades por emissões de gases com efeito de estufa

295.009.5 – Recuperação paisagística e ambiental

Classe 4 – Investimentos

43 – Ativos Fixos Tangíveis

437.009 – Outros ativos fixos tangíveis ambientais

437.009.1 – Poço absorvente (águas residuais)

437.009.2 – Parque de resíduos

437.009.3 – Cabine para refrigeradores e isolamento para redução do ruído

437.009.4 – Separador de água/óleo para as purgas do compressor

437.009.5 – Baterias de condensadores (reduz consumo de energia reativa)

437.009.6 – Silenciador no sistema de exaustão

Classe 6 – Gastos

62 – Fornecimentos e Serviços Externos

622 – Serviços especializados

6221.009 – Trabalhos especializados ambientais

6221.009.1 – Auditorias ambientais

6221.009.2 – Consultoria – qualidade ambiental

6222.009 – Publicidade e propaganda ambiental

6224.009 – Honorários a auditores ambientais

6226.009 – Conservação e reparação de equipamento ambiental

623 – Materiais

6231.009 – Ferramentas e utensílios de desgaste relacionados com ambiente

6232.009 – Livros e documentação técnica relativos ao ambiente

626 – Serviços diversos

6263.009 - Seguros ambientais

6265.009 – Contencioso e notariado em questões ambientais

6268.009 – Outros serviços ambientais

6268.009.1 -

63 – Gastos com Pessoal afeto ao ambiente

632.009 – Remunerações do pessoal

635.009 – Encargos sobre remunerações

636.009 – Seguros de acidentes no trabalho

638.009 – Outros gastos com pessoal

638.009.1 – Formação sobre ambiente

638.009.2 – Outros gastos relacionados com ambiente

64 – Gastos de depreciação e de amortização de ativos afetos ao ambiente

642.009 – Ativos fixos tangíveis

68 – Outros Gastos e perdas

68881.009 – Multas e penalidades por incumprimento da legislação ambiental

Classe 7 - Rendimentos

71 – Vendas

713.009 – Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos

713.009.1 - Limalhas de metais ferrosos (Limalhas, Folhas Serrote, Plaquetes, Fresas)

713.009.2 - Limalhas de metais não ferrosos (cobre e fio de latão)

713.009.3 – Outros resíduos

Classe 8 - Resultados

8 – Resultados ambientais

81.009 – Resultados ambientais operacionais

82.009 – Resultados ambientais financeiros

83.009 – Resultados ambientais correntes

84.009 – Resultados ambientais extraordinários

85.009 – Resultados ambientais antes de impostos

III.5.7 – Regras de Mensuração

Para as ocorrências de carácter ambiental, devem ser adotadas as seguintes propostas de mensuração:

- Sempre que possível mensurar a Custo de Aquisição – os Gastos, os Ativos e os Passivos.
- A Custo Histórico - os Rendimentos que dizem respeito à venda de resíduos, uma vez que os valores são feitos por estimativas ou a peso;
- Em relação a Ativos que não sejam apenas de carácter ambiental, devem ser considerados em 30% do seu valor.

III.6 - FASE 6: Análise da divulgação financeira ambiental

Como toda a informação financeira em geral está sujeita a divulgação desde que relevante, também a informação financeira ambiental que seja materialmente relevante deve ser divulgada de acordo com a avaliação da posição financeira da Rectimold. Assim, vamos analisar toda essa informação financeira ambiental e verificar qual a que deve ser divulgada no Relatório de Gestão e no Anexo, pois estes elementos são obrigatórios, recorrendo à Norma Contabilística de Relato Financeiro 26.

Para já a Rectimold apenas vai divulgar onde é mesmo obrigatório, contudo caso sinta necessidade ao longo do tempo pode criar mapas internos e externos ou mesmo um relatório ambiental. Contudo, vai ser dada continuidade à realização de Declaração Ambiental anualmente de forma voluntária.

III.6.1 – Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão deve incluir uma descrição de todas as matérias relevantes com o desempenho e posição financeira e elaborar uma análise objetiva, fiel e clara da evolução

dos negócios e a situação da sociedade. A Norma Contabilística de Relato Financeiro 26 refere que o Relatório de Gestão deve incluir uma descrição das matérias ambientais sempre que sejam relevantes para o desempenho e posição financeira da empresa ou para o seu desenvolvimento. Assim, as informações financeiras ambientais relativamente à Rectimold que devem ser divulgadas segundo a Norma Contabilística de Relato Financeiro 26 são as seguintes.

Tipo de Informação a divulgar no Relatório de Gestão:

- Política ambiental, programas ambientais que contêm medidas de proteção ambiental e adoção do sistema de proteção do ambiente (no caso da Rectimold será o Sistema de Contabilidade Ambiental acompanhado pela respetiva certificação);
- Medidas de proteção ambiental implementadas ou em implementação em virtude da legislação atual ou de futuras alterações legislativas;
- Estratégias para redução de impacte ambiental – minimização do uso de produtos perigosos;
- Contaminação de recursos hídricos e solos pela potencial ocorrência de derrames de produtos químicos e águas residuais;
- Alteração da biodiversidade pela potencial ocorrência de derrames de produtos químicos, águas residuais e emissões gasosas;
- Tipos de problemas ambientais associados à atividade da empresa, como Ruído derivado da atividade produtiva;
- Informação sobre desempenho ambiental, como o consumo de matérias-primas, consumo de energia, consumo de água, emissões e remoção de resíduos;
- Objetivos e Indicadores ambientais;
- Envolvimento de todos os colaboradores na causa de proteção do ambiente e descrição da formação ambiental;
- Substituição de componentes de carácter ambiental;
- Impermeabilização do pavimento;
- Construção e manutenção da fossa séptica;
- Despesas com equipa de proteção ambiental, certificações e auditorias;
- Referência à Declaração Ambiental elaborada anualmente.

III.6.2 - Anexo

Eugénio (2004), refere que no Anexo devem ser divulgadas informações com objetivo de comentar e desenvolver quantias incluídas no Balanço e na Demonstração de Resultados e/ou divulgar factos ou situações que sejam importantes para os destinatários das contas por poderem vir a influenciar a posição financeira e os resultados da empresa. A apresentação da informação ambiental deve ser feita nas respetivas notas, de acordo com o tipo de informação a revelar, de modo a facilitar a sua compreensão por parte dos destinatários. Assim, as informações financeiras relativamente á Rectimold que devem ser divulgadas segundo a Norma Contabilística de Relato Financeiro 26 são as seguintes.

Informação a divulgar no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados:

- Discriminação da natureza e montante dos ativos ambientais reconhecidos no exercício. Se possível, discriminar os dispêndios capitalizados por domínio ambiental, tal como referido no apêndice da Norma Contabilística de Relato Financeiro 26, separando a quantia destinada ao tratamento da poluição da destinada à sua prevenção;
- Discriminação da natureza, montante e bases de cálculo para o valor dos gastos ambientais;
- Critérios de mensuração adotados e métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor, no que respeita a matérias ambientais;
- Incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental, recebidos ou atribuídos à empresa e especificação das condições associadas;
- Passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, que estejam incluídos em cada uma das rubricas do balanço;
- Descrição da natureza e das condições de liquidação de cada passivo de carácter ambiental. Explicação dos danos e das leis ou regulamentos que exigem a sua reparação e as medidas de restauro ou prevenção adotadas ou propostas;
- Quantia dos dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados e bases de cálculo dessa quantia. Se possível, discriminar os dispêndios por domínio ambiental, tal como referido no apêndice da Norma Contabilística de Relato Financeiro 26;
- Monitorização e tratamento de efluentes líquidos;

- Custos incorridos com multas e outras penalidades pelo incumprimento da regulamentação ambiental e indemnizações pagas a terceiros em resultado de perdas ou danos ambientais. Estes custos devem ser separados dos dispêndios de carácter ambiental pois não têm por objetivo prevenir, reduzir ou reparar danos no ambiente;
- Sistemas de gestão ambiental e certificações;
- Licença de utilização do domínio hídrico;
- Tratamento e destino de resíduos;
- Custos extraordinários de carácter ambiental imputados a resultados.

III.7 - FASE 7: Elaboração de documentos de apoio (recomendações)

Consideramos que é muito importante que a Rectimold deva ter alguns documentos de apoio que possa utilizar sempre que sinta essa necessidade, documentos estes que devem conter alguns pontos importantes e essenciais de carácter ambiental. De seguida vamos sugerir um documento que é considerado fundamental e no apêndice 2 é apresentado um esboço dos parâmetros que se poderão seguir:

✓ Manual de Procedimentos do Sistema de Contabilidade Ambiental

Este documento deve conter informação sobre o reconhecimento a dar aos gastos, rendimentos, ativos e passivos ambientais. Devem ainda estar mencionadas as regras de mensuração que devem ser seguidas e ainda as percentagens pelas quais devem ser mensuradas, por exemplo, deve conter informação sobre o silenciador, uma vez que consideramos que o silenciador é um ativo, mas apenas 30% de carácter ambiental;

III.8 - FASE 8: Alterações ao sistema de informação

Nesta Fase, é importante verificar a compatibilidade dos serviços informáticos de modo a perceber se terá de se proceder a alguma alteração de software. A empresa já trabalha com o software de gestão PHC Corporate 2010. Este software de gestão PHC é direccionado justamente para Micro e Pequenas Empresas, como é o caso da Rectimold. Assim, a

empresa pode gerir clientes e fornecedores, contas correntes e stocks, orçamentos e encomendas, propostas e folhas de obra, faturação e compras, recibos e pagamentos, adiantamentos, tesouraria e bancos, enfim todas as áreas principais da empresa.

Assim a Rectimold considera que, uma vez que realizou a última atualização em Março de 2010 deverá apenas proceder a algumas alterações no sistema de informação, uma vez que a introdução da Contabilidade Ambiental exige que a informação contabilística esteja preparada para receber elementos de carácter ambiental e que todos os procedimentos estejam adequados e harmonizados em toda a empresa. É deste modo que a Rectimold apenas deverá fazer adaptações ao seu sistema de informação, onde deve constar:

- Criação de uma estrutura de contas ambientais criando subcontas próprias;
- Codificação de contas específicas de ativos ambientais;
- Codificação de contas específicas de gastos ambientais;
- Codificação de contas específicas de rendimentos ambientais;
- Codificação de contas específicas de passivos ambientais;
- Registo de gastos com pessoal;
- Registo de horas gastas em atividades ambientais.

III.9 - FASE 9: Formação

A Rectimold privilegia o acesso das ações de formação e das ações de sensibilização a todos os seus colaboradores, desde trabalhadores internos, externos (contratos de prestação de serviços), fornecedores, clientes e visitantes, de modo a dar a conhecer os métodos que a empresa adota dando o seu contributo na redução de resíduos e de poluição para o meio ambiente.

III.9.1 - Ações de Sensibilização

A Rectimold já dispõe das seguintes ações de sensibilização:

✓ *Sensibilização Interna*

Jornal do Ambiente

Sugestões

Painel Informativo

Auditorias Ambientais Internas

Guia do Trabalhador

Formação / Sensibilização

✓ ***Sensibilização Externa***

www.rectimold.pt

Folheto de Boas Práticas Ambientais a Fornecedores

Folheto de Boas Práticas Ambientais e Segurança a Visitantes

Inquérito às Entidades Locais e Moradores

III.9.2 - Ações de Formação

A Rectimold dispõe de diversas ações de formação destinadas, tanto aos colaboradores em geral como a colaboradores de secções específicas:

Gestão de Resíduos

Gestão das Emissões Gasosas

Gestão da Água e Águas Residuais

Derrames

Produtos Perigosos

Incêndios e Explosões

Boas Práticas Ambientais para Subcontratados

Monitorização e Medição Ambiental

No entanto, no que toca à fase da formação incluída no Sistema de Contabilidade Ambiental e após um estudo feito do que seria essencial, apresenta-se no quadro seguinte algumas ações de formação que, consideradas importantes, devem ser orientadas especificamente para os seus utilizadores.

Quadro III.5 – Ações de Formação

| Ação de Formação | Conteúdos Programáticos | Destinatários |
|---|---|--|
| Perícia Ambiental | Noções básicas | Todos os colaboradores |
| Educação Ambiental | História da educação ambiental | Todos os colaboradores |
| Contabilidade Ambiental | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contabilidade Ambiental – novos conceitos; ▪ NCRF 26 – Matérias Ambientais; ▪ Contabilização dos efeitos ambientais; ▪ Divulgação da informação ambiental. | <p>Gestores</p> <p>Técnicos</p> <p>Engenheiros</p> |
| Avaliação de Impacto Ambiental | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecimento da legislação virada para a avaliação dos impactos; ▪ Estudos de caso em atividades sujeitas à realização de estudo de impacto ambiental. | <p>Técnicos</p> <p>Engenheiros</p> |
| Contabilidade Ambiental como Sistema de Informações | <ul style="list-style-type: none"> ▪ A empresa e a questão ambiental; ▪ Como deverá ser a contabilidade ambiental; ▪ Ativos e Passivos ambientais; ▪ Gastos e Rendimentos ambientais; ▪ Auditoria Ambiental. | <p>Técnicos</p> <p>Engenheiros</p> |

Fonte: Elaboração Própria

III.10 - FASE 10: Entrada em Funcionamento

Com a passagem por todas as fases e com o desempenho exemplar de toda a equipa da Rectimold, a Rectimold deve estar apta a introduzir o funcionamento deste Sistema de Contabilidade Ambiental dentro dos prazos previstos (Abril 2012 a Setembro 2012). Nesta fase como já está tudo a postos e com o funcionamento do Sistema de Contabilidade Ambiental podem surgir alguns problemas pelo que se deve proceder a alguns ajustes que devem ser feitos o quanto antes. Ao longo do funcionamento do sistema a empresa deve realizar ações de revisão e melhoria dependendo da necessidade.

Capítulo IV –Sustentabilidade na Rectimold

O principal objetivo deste capítulo é recolher informações de modo a ser possível elaborar um Relatório de Sustentabilidade de nível C de acordo com as normas do GRI “*Global Reporting Initiative*”. O GRI é uma rede internacional que elaborou o modelo para relatórios de sustentabilidade e trata-se de uma referência mundial, uma vez que é o modelo mais utilizado no mundo. O conjunto de princípios, protocolos e indicadores desenvolvidos pelo GRI torna possível gerir, comparar e comunicar o desempenho das organizações nas dimensões: Económica, Ambiental e Social.

Estando o tema da sustentabilidade no auge de todos os tempos, o desenvolvimento sustentável é atualmente o mais importante desafio global, o que leva a que o sucesso das empresas dependa de uma nova forma de pensar e de um novo modo de gerir, pois os resultados económicos estão cada vez mais envolvidos nos impactos sociais e ambientais. O relatório de sustentabilidade é o resultado de um processo que visa identificar, mensurar, divulgar e prestar contas sobre as ações das empresas com vista à sustentabilidade. A Rectimold já deu os seus primeiros passos nestas matérias e está na altura de os divulgar, mostrando a evolução do seu desempenho.

Neste capítulo é analisada a documentação, as normas do GRI e ainda alguns relatórios de sustentabilidade já divulgados por outras empresas. Após esta análise, vamos comprimir a informação conseguida e com ela elaborar uma proposta de um futuro relatório de sustentabilidade de nível C, apresentando assim todas as informações consideradas relevantes a constar no relatório. Consideramos que o futuro relatório de sustentabilidade da Rectimold deve conter em primeiro lugar uma mensagem do Conselho de Administração, posteriormente deve conter informação sobre a empresa propriamente dita, onde é feita uma apresentação e uma caracterização mais profunda da mesma, passando para o perfil do relatório que deve conter o desempenho da empresa e os indicadores calculados e por fim, consideramos uma mais-valia para a Rectimold fazer planos para o futuro de modo a estabelecer e cumprir compromissos e metas que se pretendem atingir até ao ano 2014.

Assim, para que o relatório de sustentabilidade atinja os seus objetivos, é preciso um trabalho conjunto de todos os *stakeholders* tanto internos como externos, de modo a assegurar os impactos na sociedade, *stakeholders* esses considerados por nós e que apresentamos mais à frente neste capítulo.

IV.1 - Mensagem do Conselho de Administração

É com grande satisfação que apresentamos o nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade. A apresentação deste trabalho é o espelho do esforço que tem vindo a ser desenvolvido ao longo destes últimos anos por todos os colaboradores da Rectimold. Poder elaborar este relatório é para nós um passo muito importante, uma vez que nos é permitido refletir todo o trabalho estabelecido até então, bem como traçar metas para alcançar um caminho ainda mais sustentável.

Desde o seu surgimento, a Rectimold sempre acompanhou a evolução que se tem vindo a sentir na nossa sociedade, não tendo apenas em conta os fatores económicos, mas também dando especial atenção aos fatores ambientais e sociais.

Este relatório é encarado como o início de novos desafios, que nos irá permitir crescer e aumentar a nossa experiência, tendo em conta a comunidade que nos rodeia.

IV.2 – A Rectimold

IV.2.1 – Quem somos?



RECTIMOLD – RECTIFICAÇÃO DE MOLDES, S.A.

CAE: 25734 Fabricação de moldes metálicos

Atividade Principal: Produção de moldes para as indústrias, automóvel, elétrica, eletrónica e irrigação. Retificação de moldes.

A Rectimold trata-se de uma empresa já com largos anos de experiência que começou por se dedicar à retificação de moldes para empresas produtoras dos mesmos, começando a sua atividade em Junho de 1989.

É uma empresa inovadora e com o decorrer dos anos foi alargando as suas capacidades e os seus horizontes, passando à fabricação dos próprios moldes e começando a expandir-se para o exterior, começando pelo Canadá para onde exportou o seu primeiro molde.

Com estas inovações e a empresa já implantada neste ramo e muito bem no mercado, sentiu uma necessidade de alargar a empresa, o que se deu em Janeiro de 1999 com a inauguração de novas instalações com todo o material e pessoal necessário.

A Rectimold tem como forma jurídica Sociedade Anónima. O seu capital social é de 50.500 € distribuído por vários acionistas onde se destacam os três principais, António Marques Pereira, José Carlos Coelho da Costa e Maria Gorete Pires Vazão Pereira.

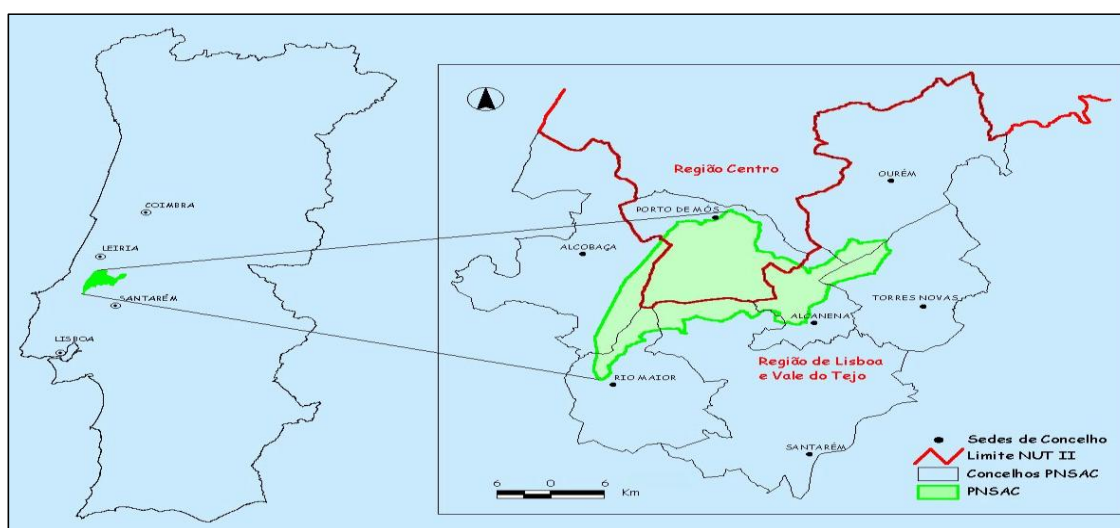
No ano em curso a Rectimold candidatou-se a PME Excelência, tendo-lhe sido atribuído o respetivo diploma, sendo que no ano anterior já lhe tinha sido atribuído o estatuto de PME Líder.



IV.2.2 – Onde estamos?

A Rectimold apenas tem uma infraestrutura em Portugal, sediada na freguesia de Pedreiras, concelho de Porto de Mós, cujo local está inserido no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), tendo obedecido às suas regras de construção, no que diz respeito à altura do edifício, cor da fachada e enquadramento paisagístico.

A sede da empresa sita na Estrada Real D. Maria, 2480-101 Pedreiras, concelho de Porto de Mós situado no distrito de Leiria.



Fonte: Declaração Ambiental 2010 - Rectimold

Figura IV.1 –Localização da Rectimold

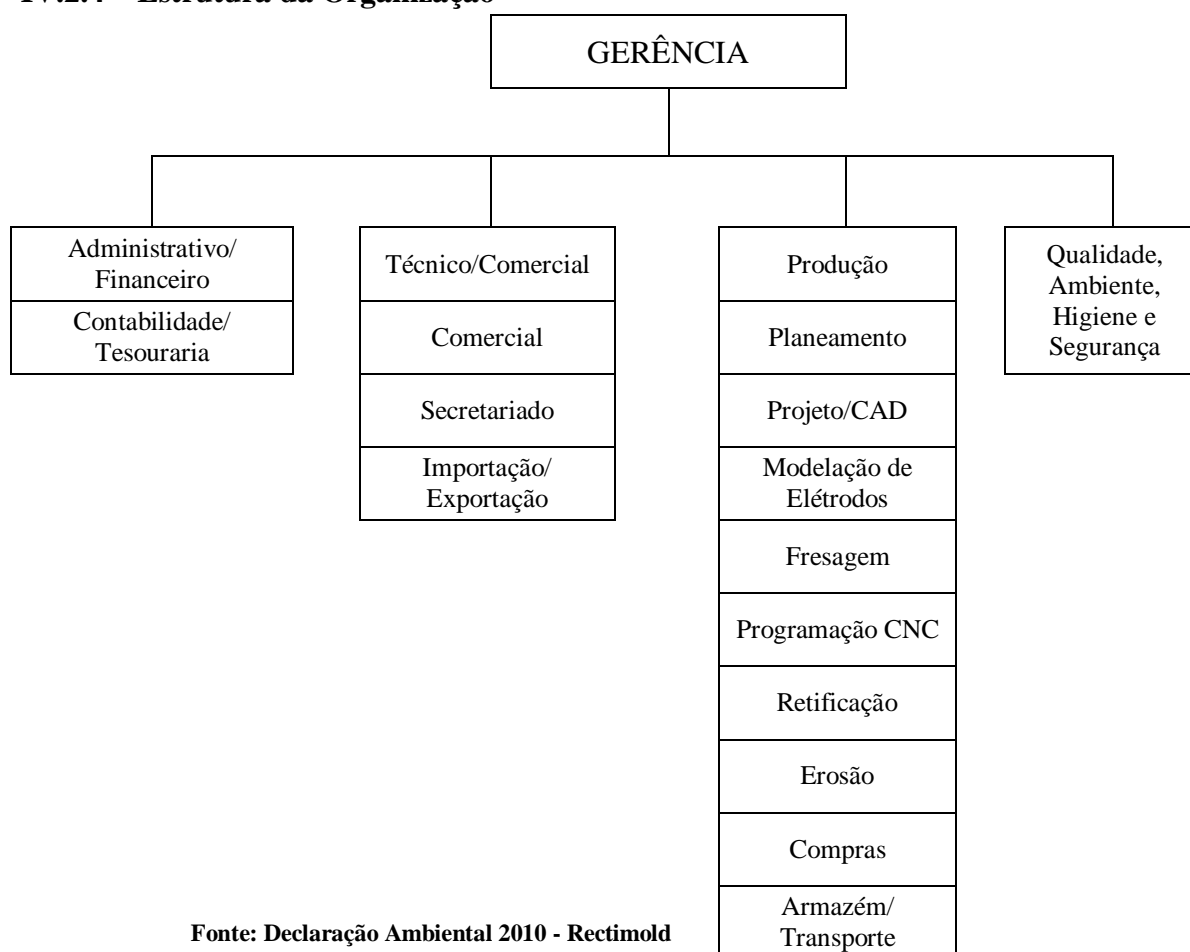
IV.2.3 - O Governo da Organização

Com foi dito anteriormente, a Rectimold é uma Pequena e Média Empresa, logo a sua estrutura de governação apenas é composta por um Conselho de Administração. Este Conselho de Administração inclui os dois principais acionistas António Pereira e José Costa, sendo o primeiro Presidente do Conselho de Administração.

As reuniões do Conselho de Administração têm como principais objetivos a aprovação da estratégia da Rectimold assim como a análise de resultados.

Relativamente ao ano em curso não houve mudanças referentes à estrutura da organização ou estrutura acionista. Contudo, e por ser o nosso primeiro relatório de sustentabilidade consideramos pertinente realçar a nossa última mudança efetuada no ano 2008. A natureza jurídica da Rectimold até 2008 tratava-se de uma sociedade por quotas (Lda.) tendo nesse ano sido alvo de um estudo sobre as vantagens de sociedade anónima, concretizando-se essa mudança no final desse ano.

IV.2.4 – Estrutura da Organização



A Rectimold está estruturada de acordo com o anterior Organigrama.

As funções de cada uma das entidades constantes do Organigrama, assim como os critérios de substituição e os requisitos mínimos para o seu desempenho no âmbito do sistema, encontram-se descritas num documento próprio – Ficha de Função.

IV.2.5 – Breve Descrição dos Produtos e Serviços

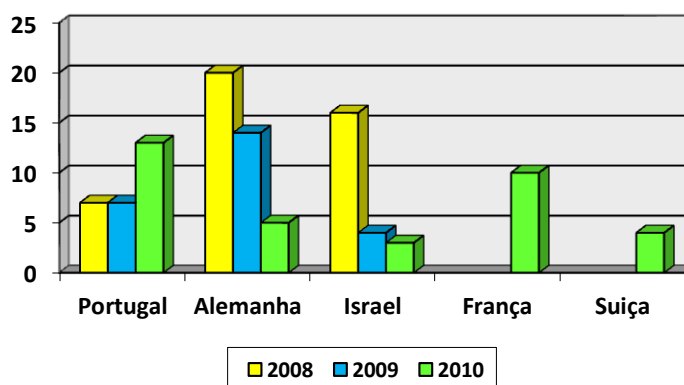
Trata-se de uma empresa especializada na produção de moldes em aço de alta precisão, com dimensões até 750×600×600mm e com um peso aproximado de 2000kg, destinados à produção de pequenas e médias peças em plástico. Estes moldes são produzidos essencialmente para as indústrias Automóvel, Elétrica e Eletrónica e Irrigação, mas também para a indústria de Brinquedos.



Usualmente, num molde, divide-se as buchas e as cavidades no maior número possível de posições, possibilitando mais facilmente a sua eventual substituição, em caso de dano. Todas as peças são cuidadosamente verificadas na secção de controlo, máquina de medir 3D após a sua maquinação, conseguindo, desta forma, ter uma garantia de um total controlo dimensional.

IV.2.6 – Mercados onde Atua

Além de produzirmos para o mercado português a Rectimold abrange ainda uma área de exportação extensa. Trabalhamos essencialmente com os seguintes países: Alemanha, Israel, França e Suíça, para onde atualmente direccionamos cerca de 95% da nossa produção.

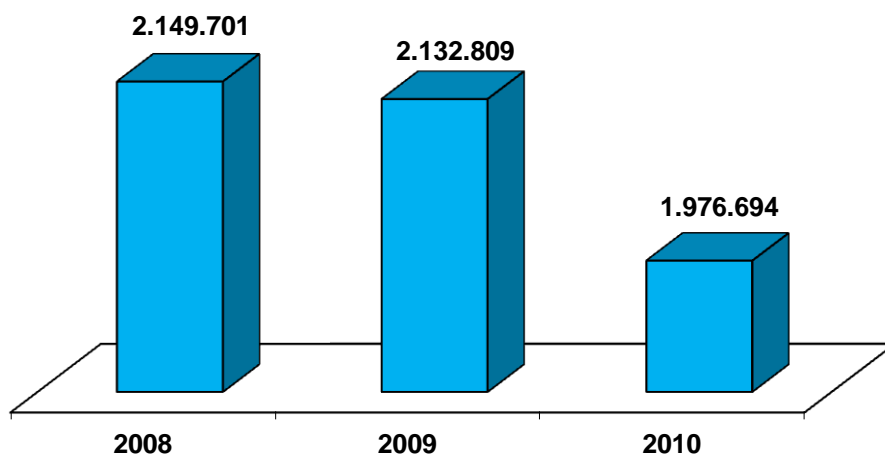


Fonte: Declaração Ambiental 2010 - Rectimold

Gráfico IV.1 – N.º de moldes fabricados

IV.2.7 – Dimensão da Empresa

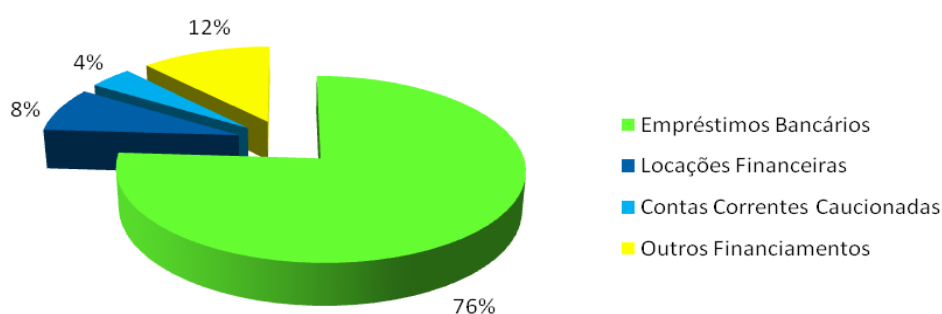
Em 2010 a Rectimold apresentou um volume de negócios cerca de 2 milhões de euros, conforme indica o seguinte gráfico.



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico IV.2 – Evolução do volume de negócios (Euros)

Em termos de dívidas, a Rectimold obteve durante o ano de 2010 um total de financiamento que ascendeu a 1.372.866 euros, repartidos como descrimina o gráfico abaixo.



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico IV.3 – Financiamentos obtidos

A oferta que a Rectimold disponibiliza aos seus clientes divide-se em duas vertentes distintas que por ventura podem estar associadas. Quanto à sua produção uma vez que trabalha por orçamento, não existe um leque de ofertas expostas, mas é feita consoante os

pedidos de cada cliente. Relativamente à retificação dos moldes trata-se de uma prestação de serviços que a Rectimold efetua.

IV.2.8 – Visão e Missão

A Rectimold espera ser uma empresa de referência, respeitada e requisitada para a fabricação de moldes para a injeção de plásticos, tanto a nível nacional e internacional.

A missão da Rectimold é satisfazer os clientes produzindo moldes com qualidade, cumprindo os prazos estabelecidos e mantendo a competitividade dos seus preços. Para além da satisfação dos clientes, também procura exceder as suas necessidades e expectativas, através do rigor, envolvimento e motivação de todos os seus colaboradores, assim como alcançar uma confiança acrescida por parte dos clientes, colaboradores, comunidade envolvente e sociedade, através da demonstração do comprometimento voluntário com a melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

IV.2.9 - Valores

Dedicação ao cliente: “Produzir moldes de alta qualidade”

Vocação de Excelência: “Analisamos o problema ao micron”

Confiança: “Garantimos a fabricação eficiente”

Ética e Responsabilidade: “Atuamos com sentido de responsabilidade”

Respeito pelas pessoas e instituições: “Trabalhamos para si e por si”

IV.2.10 - Certificações

O impacto ambiental é uma constante preocupação dos responsáveis da empresa, tendo neste âmbito procedido à certificação da mesma quanto à qualidade, segundo a norma ISO 9001:2008 e quanto à segurança ambiental, a norma ISO 14001:2004 e sendo certificada pela Agência Portuguesa do Ambiente, o que lhe permite usar o logotipo EMAS. Procede à elaboração anual da declaração ambiental na qual faz um desenvolvimento das medidas tomadas na salvaguarda do ambiente, bem como dos cuidados tidos quanto à redução de utilização de elementos negativos para o ambiente e também à recuperação, via reciclagem dos materiais consumidos na atividade, como sejam aços, cobre e outros componentes.



IV.2.11 - Estratégia

A estratégia da Rectimold assenta em 3 pilares: qualidade, confiança e valor, onde são definidas diversas prioridades que procuram “produzir moldes de alta qualidade”.

Uma gestão rigorosa de projetos, uma gestão dos orçamentos elaborada de forma cuidada, o estabelecer um elevado compromisso com os clientes com vista a alcançar os objetivos propostos e a valorização dos recursos através de tecnologias de vanguarda, são características que compõem a criação de valor na produção de moldes de alta qualidade. Atualmente a Rectimold considera também como um ponto fundamental da sua estratégia o conceito de sustentabilidade, uma vez que está relacionada com a sua responsabilidade social, tendo em conta a área protegida onde está situada.

IV.2.12 – Estratégias de Marketing

O produto é aplicável e específico a cada cliente pelo que a estratégia de marketing da empresa apenas passa pela qualidade e satisfação da necessidade do cliente, especializando-se cada vez mais no tipo de molde, o que implica o uso de alta tecnologia e carece de elevados conhecimentos intelectuais na sua concretização.

Sendo o produto fabricado específico, não é necessário ter uma atenção especial à gestão comercial uma vez que os moldes são colocados à disposição dos clientes nas instalações da Rectimold, assim que estejam concluídos, deixando o transporte à disposição dos clientes.

Contudo, existe sempre a preocupação constante com o evoluir dos mercados, sendo frequente a presença em feiras auscultando as necessidades do mercado e analisando as novidades que vão aparecendo.

Sendo a Rectimold uma pequena e média empresa torna-se mais fácil haver uma boa comunicação entre todos os que a rodeiam dando grande importância a recomendações que destes possam surgir. Torna-se acessível obter informações de modo a melhorar o seu desempenho uma vez que todos os colaboradores, clientes, fornecedores entre outros se sentem à vontade para expressar as suas opiniões.

Assim, já vem sendo habitual a Rectimold efetuar inquéritos aos moradores mais próximos bem como às entidades locais com o objetivo de saber as suas opiniões sobre a empresa, a

nível ambiental, e o modo como pode proceder a melhorias. Nas instalações da empresa existe também a “Caixa das Sugestões” onde qualquer *stakeholder* pode manifestar a sua opinião, bem como efetuar sugestões para o bom desempenho da empresa.

Periodicamente o responsável pelo Conselho de Administração analisa todas as sugestões que foram efetuadas ao longo desse tempo bem como os inquéritos atrás referidos para que nas reuniões seja possível fazer uma análise intensiva sobre todas as informações recolhidas. Após esta análise são feitas diversas propostas que vão a votações, onde as que forem mais votadas irão ser implementadas a curto prazo.

IV.3 – Perfil do Relatório

O presente Relatório de Sustentabilidade da Rectimold corresponde ao ano civil de 2010, abrangendo toda a sua estrutura envolvente, seguindo as diretrizes do *Global Report Initiative* “GRI G3” de modo a observar o nível C.

Durante os anos que se seguem a Rectimold tem como objetivo emitir este relatório anualmente. Caso consideremos pertinente alteramos a emissão do relatório para bienal.

IV.3.1 – Identificação dos *Stakeholders*

É fundamental para a Rectimold manter uma relação aberta, transparente e de confiança com todos os seus parceiros. Pois só assim nos é possível alcançar um serviço de excelência e sermos bem sucedidos nos projetos a que nos propomos no dia-a-dia. De seguida procedemos à identificação dos nossos *stakeholders* mostrando o modo como influenciam a nossa atividade.

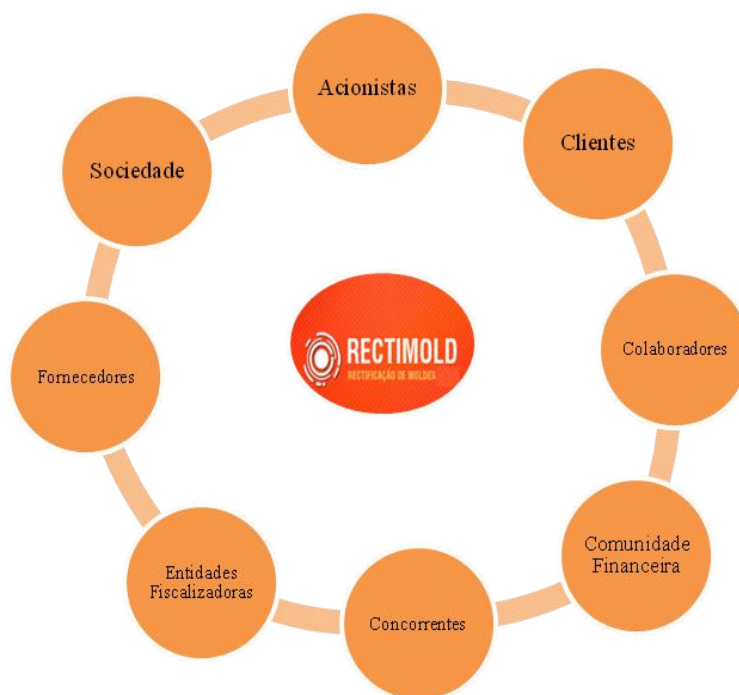
Quadro IV.1 – Influência dos *Stakeholders*

| Partes Interessadas | Porquê? | Aspetos Relevantes |
|---------------------------------|---|---|
| <i>Acionistas</i> | Donos da empresa - tomam as principais decisões | <ul style="list-style-type: none"> • Gabinete de relações com investidores/acionistas • Estudo da perceção setorial |
| <i>Clientes</i> | Originam a receita | <ul style="list-style-type: none"> • Estudo da satisfação dos clientes • Inquérito a clientes • Reuniões |
| <i>Colaboradores</i> | Parte fundamental da empresa | <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões periódicas • Acompanhamento dos sistemas de Gestão |
| <i>Comunidade Financeira</i> | Dependência do financiamento | <ul style="list-style-type: none"> • Consulta de entidades financeiras • Processo negocial • Reuniões periódicas |
| <i>Concorrentes</i> | Condicionam o nosso posicionamento no mercado | <ul style="list-style-type: none"> • Análise dos concorrentes, tendo em conta o planeamento estratégico • <i>Benchmarking</i> |
| <i>Entidades Fiscalizadoras</i> | Estabelecem regras de atuação | <ul style="list-style-type: none"> • Gestão das normas impostas |
| <i>Fornecedores</i> | Contribuem para a qualidade dos nossos serviços | <ul style="list-style-type: none"> • Negociação de contratos • Reuniões de acompanhamento |
| <i>Sociedade</i> | Impacto na imagem da empresa | <ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública ao nível de estudos ambientais |

Fonte: Elaboração Própria

A identificação das partes interessadas, nomeadamente das suas preocupações e expectativas, tem uma grande importância na definição de uma estratégia de sustentabilidade, bem como no conteúdo de um relatório de sustentabilidade. É deste modo que a gestão da Rectimold tem em consideração as expectativas de todas as partes interessadas.

Assim, a Rectimold identifica os *stakeholders* analisando a importância que tem para esses e vice-versa. Os *stakeholders* são entidades coletivas ou singulares que condicionam os pressupostos de valor para a Rectimold. Assim, temos vindo a desenvolver um processo interno para identificar e conhecer todos os nossos *stakeholders*, com o objetivo de criar com estes uma relação de transparência e confiança, de modo a melhorar o desempenho. Uma realidade bem assente na Rectimold é o diálogo com esses *stakeholders*, em que o assunto sustentabilidade é um assunto bem presente. Os *stakeholders* que de seguida apresentamos, são aqueles que identificámos como utilizadores do nosso relatório, uma vez que a Rectimold tem como objetivo em Novembro de 2012 promover o seu relatório, numa sessão de sensibilização de forma a mostrar o seu contributo a todos os *stakeholders*.



Fonte: Elaboração Própria

Figura IV.3 – Identificação dos *stakeholders*

IV.3.2 – Relação com os *Stakeholders*

Tendo em conta que os *stakeholders* que rodeiam a Rectimold são alguns e uma vez que procuramos sempre tomar medidas para melhorar o nosso desempenho, tentamos conhecer ao máximo estes, pois são as partes interessadas da nossa empresa.

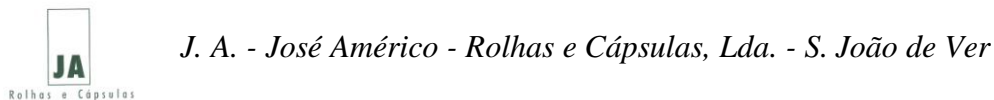
IV.3.2 – A) Acionistas

Os acionistas são considerados pela Rectimold como uma das principais partes interessadas uma vez que estes são os próprios donos da empresa tendo bastante influência nesta. São eles que tomam as principais decisões, dão apoio à Gestão condicionando a sua estratégia sempre com o objetivo em mente de alcançar o sucesso.

Os principais acionistas da Rectimold são António Marques Pereira, José Carlos Coelho da Costa e Maria Gorete Pires Vazão Pereira, sendo que a participação de ações de cada um deles difere.

IV.3.2 – B) Clientes

A Rectimold considera como principais clientes:



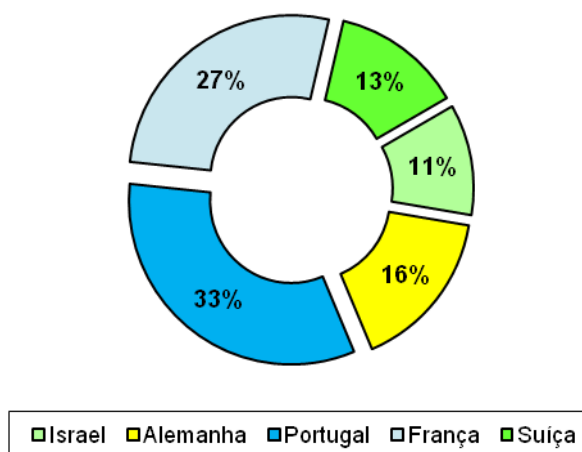
É natural que uma empresa para sobreviver necessite dos seus clientes, já que são eles que são a fonte das nossas receitas. A Rectimold prima por criar uma ligação forte e continuada com os seus clientes de modo a que eles sintam que também fazem parte da nossa equipa, já que estamos sempre abertos a novas sugestões e também a propostas de melhoria. Consideramos essencial um sistema de avaliação que demonstre o grau de satisfação dos

nossos clientes relativamente aos produtos e serviços que prestamos. De modo a sabermos os resultados desta satisfação, fazem parte do sistema de avaliação, por exemplo:

- Cumprimento do serviço;
- Transparência de preços;
- Resolução de problemas;
- Resposta às suas expectativas.

Para que a avaliação dos nossos clientes seja positiva, a Rectimold focaliza-se muito nestes, uma vez que trabalha por orçamentação e consequentemente por encomenda. Procuramos personalizar a relação com os clientes, oferecer produtos e serviços de qualidade, garantindo também a continuidade da prestação de serviços e ainda assegurar a transparência e honestidade com os mesmos.

Deste modo, a experiência de clientes é a grande iniciativa de orientação para o desenvolvimento de projetos e iniciativas que visem a melhoria da Rectimold. Assim os clientes com os quais a empresa trabalhou no ano 2010, apresentam a distribuição como o gráfico abaixo demonstra.



Fonte: Elaboração Própria

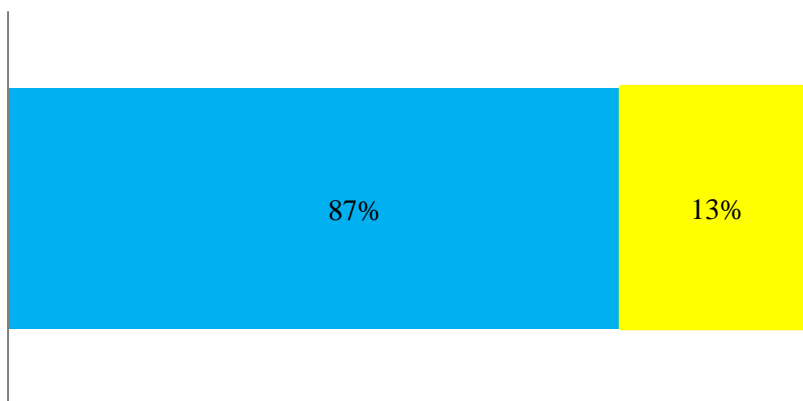
Gráfico IV.4 – Distribuição de clientes 2010

IV.3.2 – C) Colaboradores

Estamos conscientes que todo o trabalho realizado até então e a posição em que a Rectimold se encontra atualmente se deve à motivação, ao empenho e ao trabalho diário de todos os nossos colaboradores. Podemos considerar que estes são uma das mais importantes partes interessadas na nossa empresa, pois sentimos que todos “correm por gosto” e que só assim é possível atingir as nossas expectativas. Talvez devido à dimensão média da empresa, composta apenas por 30 trabalhadores, exista um conjunto de laços fortes entre os mesmos, permitindo que o trabalho além de ser feito em equipa seja também eficaz.

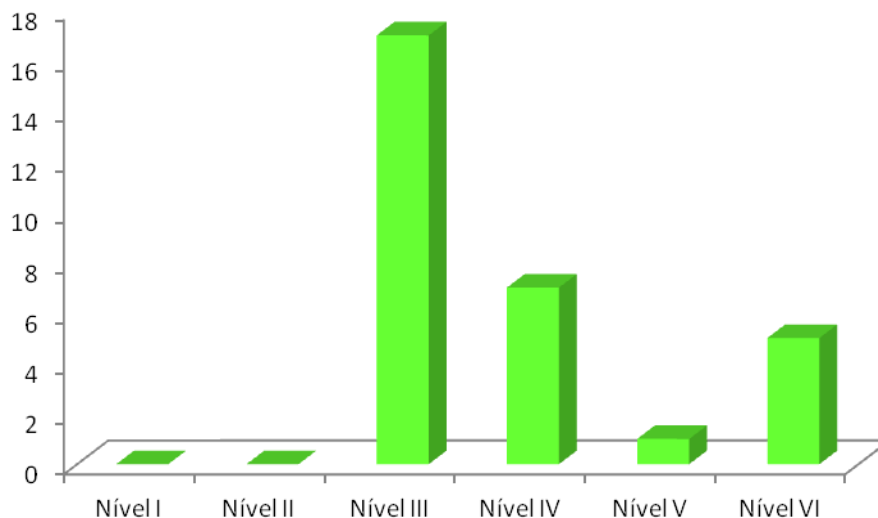
Assim, a Rectimold tem vários aspetos a ter em conta relativamente aos colaboradores, tais como:

- Condições de trabalho;
- Gestão de carreira;
- Desenvolvimento de competências;
- Sessões de Formação e de Sensibilização;
- Alterações organizacionais.



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico IV.5 - Distribuição de trabalhadores por sexo



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico IV.6 – Nível de habilitações de colaboradores

IV.3.2 – D) Comunidade Financeira

A comunidade financeira demonstrou um elevado interesse pela Rectimold nos anos anteriores, tendo-lhe sido proposto por esta a candidatura aos PME Líder e Excelência, que lhe foram atribuídos os respetivos diplomas mais tarde.

A nossa ligação à comunidade financeira é permanente e baseia-se no rigor e transparência da informação por esta prestada, quer se trate de informação económico-financeira ou mesmo de carácter social e ambiental.

IV.3.2 – E) Concorrentes

Relativamente aos concorrentes, estes condicionam o posicionamento da Rectimold no mercado, uma vez que nos localizamos numa área muito forte de oferta deste setor.

A Rectimold analisa os seus concorrentes no âmbito do processo de planeamento estratégico e faz um estudo de *benchmarking* de performance económico-financeira, com o intuito de se diferenciar no meio destes.

IV.3.2 – F) Entidades Fiscalizadoras

Estas entidades são também partes interessadas da Rectimold, pois estas certificam-se do cumprimento da legislação e regulamentação sectorial.

IV.3.2 – G) Fornecedores

O relacionamento entre a Rectimold e os seus fornecedores tem por base princípios de parceria e de promoção do desenvolvimento sustentável de modo a reforçar aspetos importantes para a estratégia de negócio. A Rectimold desenvolveu iniciativas de informação junto dos seus fornecedores relativamente a valores éticos aos quais dá bastante importância. Consideramos a prestação de um bom serviço por parte dos nossos fornecedores um fator extremamente importante, uma vez que a Rectimold procede à avaliação dos mesmos.

Relativamente aos fornecedores como partes interessadas na empresa, a Rectimold tem em conta:

- Cumprimento dos contratos;
- Transparência de preços;
- Equidade negocial.

Deste modo, a aquisição de bens e serviços representa, cada vez mais, uma maior responsabilidade para a Rectimold, uma vez que prima por fornecedores com uma boa qualidade, verificando os preços e os prazos de entrega.

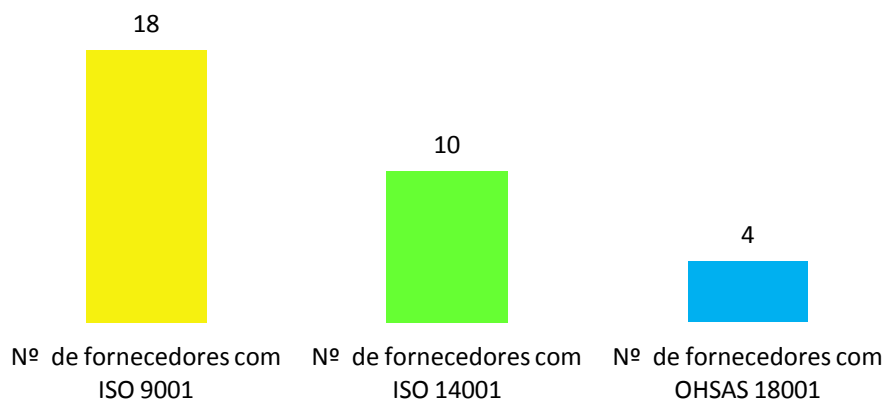
De seguida a Rectimold apresenta os seus principais fornecedores

Aços: Thyssen, F.Ramada, Eschmann, Universal (Böhler).

Sistema de injeção: Husky, Günther, MoldMasters, Syventive, Incoe, Ewikon, Hasco.

Cilindros Hidráulicos: Miller, Danfoss, HEB, SMC, Vega, Parker.

Acessórios Normalizados: Hasco, DME, Strack Norma, Progressive, Rabourdin, Wema.



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico IV.7 – N.º fornecedores certificados

IV.3.2 – H) Sociedade

Apesar de não termos nenhuma ligação direta com a sociedade que nos rodeia em termos de relacionamento ao nível do negócio, temos uma influência indireta na mesma. A Rectimold dá bastante importância a todo o seu meio envolvente, daí considerar também a sociedade como *stakeholder*, pois tem como grande responsabilidade o impacto no meio ambiental bem como o cumprimento da legislação.

- ❖ Assim e tendo em conta todas as intervenções dos *stakeholders*, a Rectimold conseguiu identificar os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças, como descritos na seguinte tabela:

| Pontos Fortes | Pontos Fracos |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Elevada qualidade na fabricação dos moldes • Rigor nos prazos de entrega | <ul style="list-style-type: none"> • Pequena dimensão da empresa • Venda por orçamentação |
| Oportunidades | Ameaças |
| <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento acentuado de novos mercados e setores emergentes como a energia, ambiente e medicina • Redução do ciclo de vida dos produtos • Desenvolvimentos ao nível dos novos materiais poderão estimular a inovação e o surgimento de novas áreas de mercado • A crescente miniaturização dos produtos eletrónicos | <ul style="list-style-type: none"> • Elevada concorrência • Crise económica Mundial • Excessiva dependência do setor automóvel • Crescente modernização dos competidores emergentes (China) |

Fonte: Elaboração Própria

Figura IV.4 – Análise SWOT

IV.3.3 - Materialidade

O conceito de sustentabilidade é bastante abrangente, pelo que consideramos que deve ser apresentado de forma clara no relatório de sustentabilidade as políticas e resultados relacionados com todos os aspetos económicos, ambientais e sociais, que sejam materialmente relevantes para o desempenho da Rectimold.

Como organização, a Rectimold, visa a proteção do meio ambiente, dado que neste setor uma má gestão dos processos operacionais pode levar a impactos ambientais com consequências graves, e por isso consideramos ser importante avaliar com especial atenção o nosso desempenho ambiental.

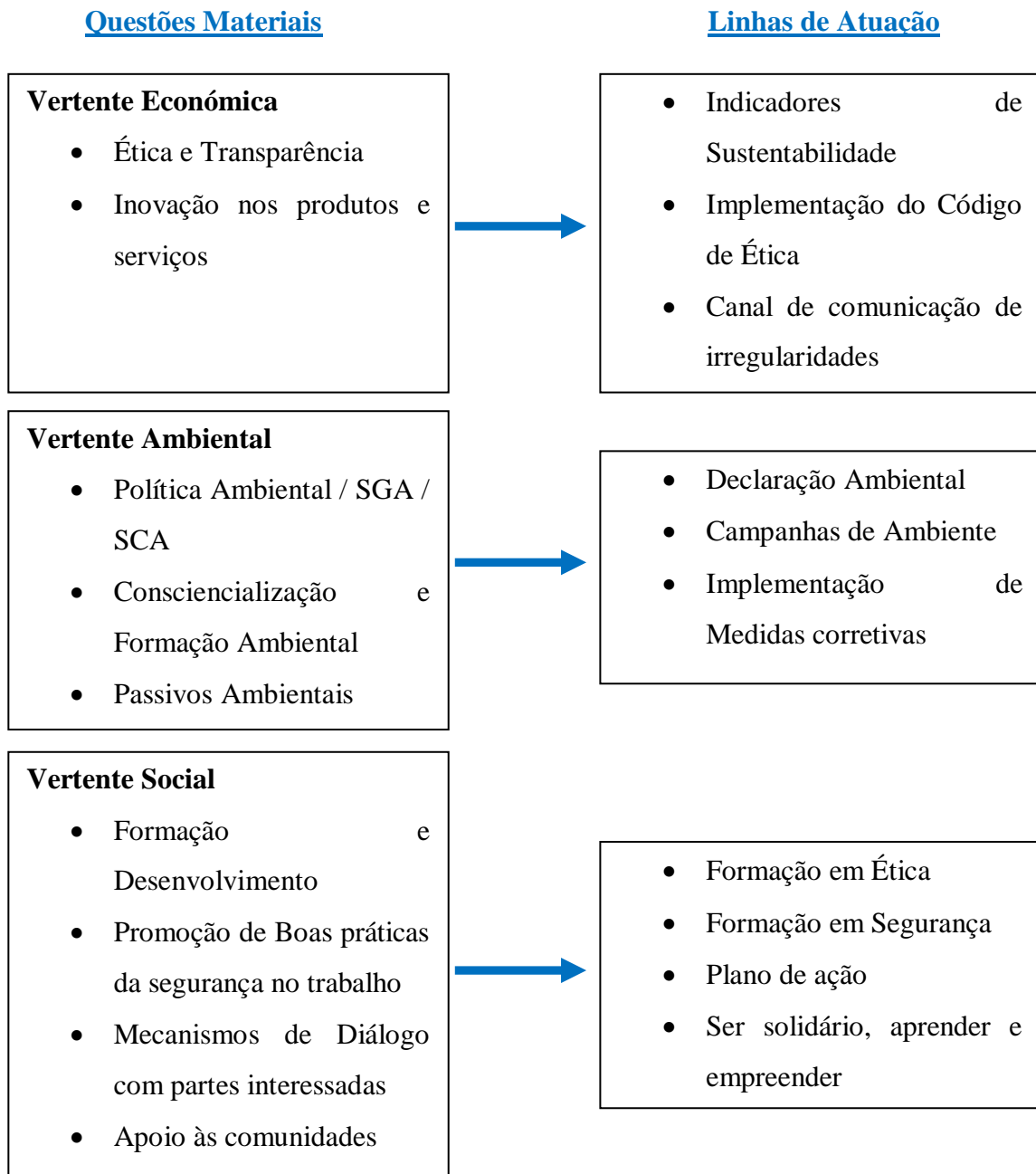
Todos os aspetos económicos, ambientais e sociais, são analisados de modo a conseguir identificar os que poderão ser mais importantes no dia-a-dia da empresa, para que, passo a passo a Rectimold seja cada vez mais sustentável. Da mesma forma que analisamos os aspetos positivos, analisamos também os aspetos negativos, de modo a conseguir tomar as medidas necessárias para diminuir o risco associado às várias atividades.

IV.3.3 – A) Questões materiais da Rectimold

Ao identificarmos as questões materiais da Rectimold conseguimos definir as linhas de atuação consideradas prioritárias, como abaixo descrevemos.

A nível interno podemos destacar a implementação do Código de Ética. Este é transmitido a todos os colaboradores da empresa através de ações de formação, que lhes dá um sentido de responsabilidade e os orienta de modo a respeitarem tudo o que envolva o ambiente de trabalho.

A nível ambiental foi dada sequência ao conjunto das medidas já efetuadas em anos anteriores, bem como a continuação com o processo de consciencialização e formação ambiental.



Fonte: Elaboração Própria

Figura IV.5 – Questões materiais

IV.3.4 - O Desempenho da Empresa

IV.3.4 – A) Desempenho Económico

Indicadores de Desempenho Económico

- Desempenho Económico

EC1 – Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para investidores e governos

Na tabela apresentada de seguida podemos verificar o resumo dos proveitos e pagamentos efetuados durante o ano a que este relatório respeita.

Quadro IV.2 –EC1 Valor Económico Direto Gerado e Distribuído

| | 2008 | 2009 | 2010 |
|------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| <i>Receita</i> | | | |
| <i>Vendas</i> | 1.905.542,00 | 1.921.972,60 | 1.181.446,16 |
| <i>Prestação de Serviços</i> | 244.248,51 | 210.836,00 | 519.831,56 |
| <i>Juros de Depósitos</i> | 4.478,72 | 7.514,03 | 10.922,00 |
| <i>Desconto de PP Obtido</i> | 9.195,76 | 10.448,39 | 5.125,94 |
| <i>TOTAL</i> | 2.163.464,99 | 2.150.771,02 | 1.717.325,66 |
| <i>Gastos</i> | | | |
| <i>FSE</i> | 572.706,46 | 510.861,73 | 575.754,16 |
| <i>Gastos c/ Pessoal</i> | 693.138,69 | 693.895,95 | 727.703,30 |
| <i>Pagamentos ao Estado</i> | | | |
| <i>IVA</i> | - | - | 63.956,76 |
| <i>IMI</i> | 614,56 | 593,12 | 602,01 |
| <i>Imposto Selo</i> | 283,51 | 5.239,27 | 1.670,75 |
| <i>IRC e Derrama</i> | 22.145,00 | 29.141,89 | 25.646,54 |
| <i>Donativos</i> | 1.873,29 | 2.035,00 | 190,00 |
| <i>TOTAL</i> | 1.290.761,51 | 1.239.731,96 | 1.395.523,52 |

Fonte: Elaboração Própria

Também podemos verificar que houve uma diminuição nas receitas de 2009 para 2010. Relativamente aos gastos, verificamos que a maior fatia se prende com o pessoal, seguida

dos fornecimentos e serviços externos. Ainda dentro da rubrica dos gastos, no IVA em 2008 e 2009 não temos pagamento ao estado já que houve IVA a recuperar durante estes dois anos.

EC2 – Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido às alterações climáticas

Ao nível das alterações climáticas, a Rectimold nunca obteve nenhum risco ou oportunidade significativa, pelo que nunca foi necessário avaliar as implicações que daí pudessem ter resultado. Deste modo as alterações climáticas não têm afetado a atividade da empresa.

EC3 – Cobertura das obrigações referentes ao plano de pensão de benefícios definidos pela organização.

Em relação a Planos de Pensões, a Rectimold não tem quaisquer obrigações pois não possui nenhum Plano de Pensões específico para os colaboradores. O Sistema de Benefícios Sociais é o da Segurança Social.

EC4 – Ajuda financeira significativa recebida do Governo

Na sequência da candidatura apresentada pelo promotor ao Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade, apoiada pelo FEDER, foi celebrado um contrato de concessão de incentivos que consiste no recebimento de 525.000 euros destinados a investimento. Este contrato foi celebrado em 2008, mas foi recebido de forma tripartida.

Quadro IV.3 – EC2 Ajuda Financeira Recebida do Governo

| | 2008 | 2009 | 2010 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>PME Investe II</i> | - | - | 180.000 |
| <i>PME Investe III</i> | - | 350.000 | - |
| <i>Projecto SI Inovação</i> | 368.000 | 115.000 | 42.000 |

Fonte: Elaboração Própria

- Presença no Mercado

EC5 – Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes

De acordo com o Decreto-Lei nº 5/2010 de 15 de Janeiro, o valor da retribuição mínima mensal garantida foi fixado em 475 euros.

Não existem colaboradores na Rectimold remunerados com base no salário mínimo nacional. Em 2010, o salário mais baixo a ser praticado foi de 600 euros.

O rácio entre o salário mínimo nacional e a remuneração do colaborador com o salário mais baixo na Rectimold em 2010 foi de 1,26 o que significa que a Rectimold paga 26% acima do salário mínimo nacional.

Quadro IV.4 – EC5 Salário Mais Baixo Comparado ao Salário Mínimo Local

| | 2008 | 2009 | 2010 |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>Salário Mais Baixo</i> | 500 | 550 | 600 |
| <i>Salário Mínimo Nacional</i> | 426 | 450 | 475 |
| <i>Rácio</i> | 1,17 | 1,22 | 1,26 |

Nota: Cálculo = Salário mais baixo ÷ Salário mínimo nacional

Fonte: Elaboração Própria

EC6 – Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes

Relativamente a fornecedores locais é muito difícil defini-los pois a Rectimold tem um âmbito de atuação não só nacional, mas também internacional.

Quadro IV.5 – EC6 Proporção de Gastos com Fornecedores Locais

| | 2008 | 2009 | 2010 |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>Fornecedores Nacionais</i> | 1.318.876 | 957.396 | 893.355 |
| <i>Fornecedores Comunitários</i> | 290.986 | 494.710 | 469.712 |
| <i>Fornecedores Outros Países</i> | 12.758 | 8.834 | 6.874 |
| <i>Total</i> | 1.622.620 | 1.460.940 | 1.369.941 |

Fonte: Elaboração Própria

Como se verifica no gráfico abaixo, o mercado nacional representa 65% dos gastos com fornecedores contando também com 34% no mercado comunitário.

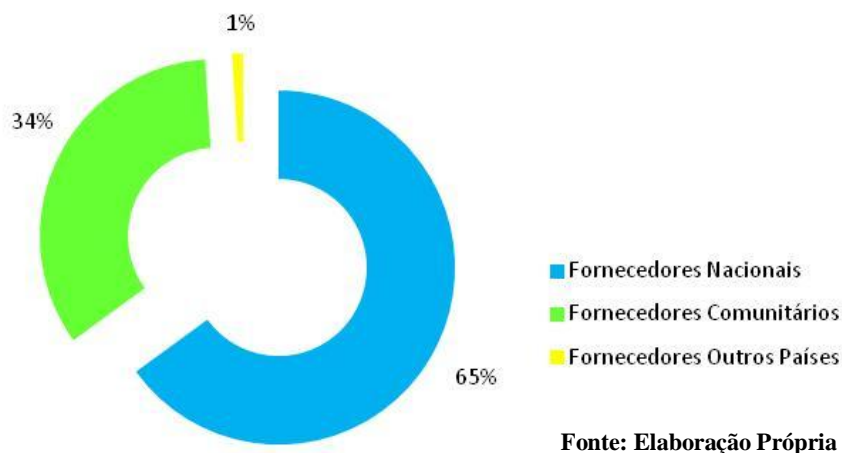


Gráfico IV.8 – EC6 Proporção de Gastos com Fornecedores

EC7 – Procedimentos para contratação local e proporção de membros de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes na comunidade local, em unidades operacionais importantes.

A contratação local está na génese da empresa desde a sua fundação.

ou

A Rectimold não pratica qualquer tipo de discriminação na escolha dos seus colaboradores, pelo que não há possibilidade de influenciar o tipo nem os procedimentos de contratação realizada.

- Impactos Económicos Indiretos

EC8 – Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público.

Não aplicável.

EC9 – Descrição e análise dos impactes económicos indiretos significativos, incluindo a sua dimensão.

Não desenvolvido.

IV.3.4 – B) Desempenho Ambiental

Indicadores de Desempenho Ambiental

- Materiais

EN1 – Materiais utilizados por peso ou volume

Apresenta-se a seguir os principais consumos da Rectimold:

Quadro IV.6 – EN1 Materiais Utilizados

| Consumo | Energia Reativa (Kwh) | Energia Ativa (Kwh) | Água (m³) | Combustível (Lt) |
|-------------------|------------------------------|----------------------------|------------------|-------------------------|
| <i>Quantidade</i> | 5.739 | 313.049 | 302 | 2.906,12 |

Fonte: Elaboração Própria

EN2 – Percentagem de materiais utilizados provenientes de reciclagem.

Este indicador é considerado inaplicável uma vez que as matérias-primas principais para a atividade da empresa não são passíveis de serem fornecidas através de produtos reciclados.

- Energia

EN3 – Consumo de Energia direta discriminado por fonte de energia primária

A Rectimold utiliza como tipo de energia a elétrica. Esta é utilizada na iluminação e em diversos equipamentos como computadores, climatização/ventilação, equipamentos de produção, sistemas de exaustão, compressor entre outros.

A Rectimold tem vindo a realizar ações para reduzir o consumo de energia, por exemplo:

- Limpeza mais frequente dos filtros de exaustão;
- Reparação das fugas existentes nas pistolas de ar dos compressores.

Analisando os consumos de energia reativa podemos verificar que de 2008 para 2009 houve uma redução brutal de 95% de energia que resultou da manutenção às baterias de condensadores efetuada no início de 2009. Contudo em 2010 houve um aumento significativo que derivou de uma avaria nas baterias de condensadores.

Em relação à energia elétrica tem-se verificado um aumento ao longo dos anos que se deve à melhoria do planeamento na ocupação das máquinas, ou seja, aumentou o número de horas máquina.

Em 2010, o consumo de gasóleo diminuiu 16% em relação ao ano anterior, esta diminuição resultou na substituição do veículo de transporte, contudo continua a existir a prática de melhorias contínuas da gestão das rotas de transporte e uma sensibilização constante ao responsável de armazém/transporte. Esta gestão consiste em regras como:

- Todas as viagens aos fornecedores são concentradas apenas em 3 dias;
- Sempre que as quantidades de resíduos armazenados o justifiquem, é feito o transporte aproveitando as idas aos fornecedores;
- Os trajetos são definidos considerando a realização do menor número possível de quilómetros.

Quadro IV.7 – EN3 Consumo de Energia

| Fonte | Consumo | 2008 | 2009 | 2010 |
|-------------------------------------|----------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>Energia Reativa</i> | KWh | 17.799 | 857 | 5.739 |
| <i>Energia Elétrica (por molde)</i> | KWh | 3.348 | 4.926 | 6.957 |
| <i>Combustível</i> | Lt | 3.394 | 3.446 | 2.906 |

Fonte: Elaboração Própria

EN5 – Energia poupada devido a melhorias em conservação e eficiência.

A Rectimold realizou ações com o intuito de reduzir o consumo de energia, como:

- Limpeza mais frequente dos filtros de exaustão. A exaustão tem um sistema de limpeza automático que é feito semanalmente, pois se for efetuada esta limpeza todas as semanas, haverá maior rentabilidade da máquina e consequentemente um menor consumo de energia.
- Reparação das fugas existentes nas pistolas de ar dos compressores.

- Água

EN8 – Total do consumo de água segmentado por fonte

O consumo de água na Rectimold é utilizado para fins domésticos, rega do jardim e por vezes nas máquinas, esta água é proveniente da rede pública. A empresa possui dois contadores de água, um global que contabiliza toda a água que entra e ainda um no interior das instalações que contabiliza a água consumida na fábrica.

A Rectimold realizou ações para reduzir o consumo de água que foram o aproveitamento das águas da chuva, num tanque, para utilização nas máquinas de erosão e ainda a eliminação de água no sistema de rega e a alteração dos horários da mesma.

O consumo de água em 2009 aumentou 50% na sua utilização no jardim, devido a ter sido um ano quente entre os meses de Junho a Outubro. Já em 2010, esse consumo diminuiu relativamente ao ano anterior mantendo o consumo elevado em relação a 2008, esta diminuição foi devido a um controlo mais racional da rega (diminuindo o número de regas por dia e o tempo da mesma).

Podemos concluir que o aumento do consumo de água interno de 2009 para 2010 se deveu à regularização dos consumos nas faturas, devido à utilização de um programa novo por parte dos serviços municipais, mas em compensação o consumo de água do jardim diminuiu.

Quadro IV.8 – EN3 – Consumo de Água

| Consumo de Água | 2008 | 2009 | 2010 |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>Interno</i> | 177 | 144 | 179 |
| <i>Jardim</i> | 41 | 180 | 123 |

Fonte: Elaboração Própria

EN10 – Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada

Desde que se começou a falar mais regularmente em sustentabilidade que a Rectimold se tem empenhado em acompanhar a sua evolução. Assim uma vez que a água é um bem cada vez mais escasso, e considerando que os nossos consumos não são muito relevantes continuamos empenhados na poupança deste bem tão precioso.

Assim, o separador de água/óleo para as purgas do compressor permite o reaproveitamento da água e consequentemente a sua poupança.

- ❖ Apesar de existirem diversas medidas para a utilização da água e seu aproveitamento não foi possível efetuar uma medição rigorosa e fiável do volume total da água reciclada e reutilizada.

- Biodiversidade

EN11 – Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas

Uma vez que a natureza está na base de numerosas atividades recreativas, turísticas e culturais, a biodiversidade deve ser protegida e é neste contexto que a Rectimold deve cumprir com as disposições impostas pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros que visam minimizar o impacto da nossa localização do mesmo.

Em 2010, a área total do edifício conta com 3000m² dos quais 1000m² dizem respeito a área coberta.

Através do Regulamento de Construção na área do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros que consta no Despacho SEAD 39 de 16 Outubro, a empresa tem de cumprir todos os requisitos que aí se encontrem, como a cobertura em tom de cerâmica, o edifício tem que apresentar uma cor branca, creme ou outra cor clara, a altura da fachada máxima terá de ser de 6 metros e ainda a área máxima admitida terá de ser de 1000m².

- Emissões, Efluentes e Resíduos

EN22 – Peso total de resíduos por tipo e método de disposição

Todos os resíduos gerados na Rectimold provêm da atividade industrial. São devidamente separados, armazenados no parque de resíduos e enviados a entidades autorizadas para o seu transporte, armazenamento e/ou tratamento. Alguns resíduos são armazenados temporariamente nas nossas instalações até que se justifique o seu envio para destino final adequado, nunca perfazendo mais do que um ano nas instalações.

Os resíduos produzidos, os resíduos enviados e a sua evolução ao longo do tempo são apresentados na tabela que se segue.

Notas:

a – resíduos colocados no ecoponto municipal

b – as quantidades enviadas foram superiores às produzidas, uma vez que englobam os resíduos do ano anterior que se encontravam armazenados.

c – a ser enviado para valorização – armazenamento por período inferior a um ano

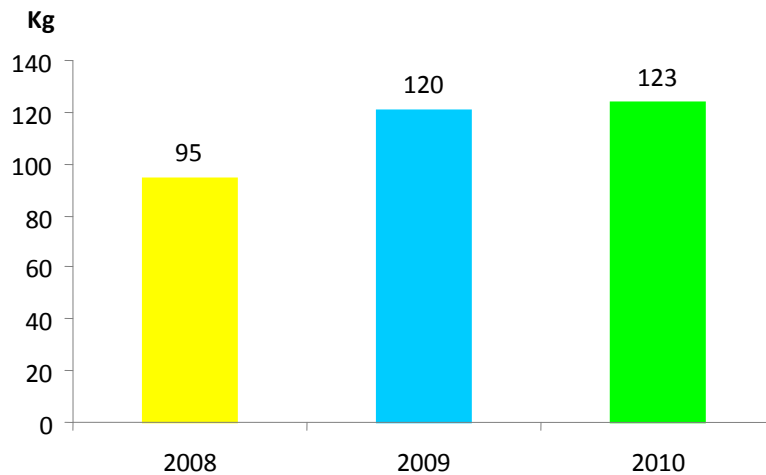
d – as quantidades enviadas são inferiores às produzidas, uma vez que ficaram alguns resíduos armazenados que irão ser enviados para o seu destino adequado no ano seguinte.

Quadro IV. 9 – EN22 Peso Total dos Resíduos

| Tipo de Resíduos | Ano 2008 | | | Ano 2009 | | | Ano 2010 | | |
|------------------------------------|--------------------------|------------------------|---------------------------------------|--------------------------|------------------------|----------------------|--------------------------|------------------------|---------------------------------------|
| | Resíduos Produzidos (kg) | Resíduos Enviados (Kg) | Destino | Resíduos Produzidos (kg) | Resíduos Enviados (Kg) | Destino | Resíduos Produzidos (kg) | Resíduos Enviados (Kg) | Destino |
| Plástico | 280 | 280 | Valorlis | 260 | 200d | Valorlis | 200 | 220b | Valorlis |
| Bobines e Amostras | 219 | - | Armaz. temporário c | 55 | 230b | Valorlis | 75 | 80b | Valorlis |
| Papel/Cartão | 780 | 780 | Valorlis | 820 | 820 | Valorlis | 730 | 730 | João Cordeiro Vieira |
| Pilhas | 3,5 | 5b | Valorlis | 3 | - | Armaz. temporário c | - | - | - |
| Tinteiros e Toner | 22 | 22 | Biorecuperação de sistemas ecológicos | 24 | - | Armaz. temporário c | 21 | 24b | Biorecuperação de sistemas ecológicos |
| Limalhas de metais ferrosos | 1800 | 2300b | João Cordeiro Vieira | 1530 | 1530 | João Cordeiro Vieira | 1203,5 | 1203,5 | João Cordeiro Vieira |
| Limalhas de metais não ferrosos | 1366 | 1616b | João Cordeiro Vieira | 1827 | 1827 | João Cordeiro Vieira | 1523 | 1523 | João Cordeiro Vieira |
| Resina | 190 | 210b | Autovila | 194 | 194 | Autovila | 443 | 325d | Autovila |
| Óleo usado | 20 | - | Armaz. temporário c | 22 | 44b | Sisa | - | - | - |
| Águas oleosas | 261 | 611b | Autovila | 507 | 507 | Autovila | 271 | 182d | Autovila |
| Lampadas fluorescentes | 10 | 16b | Autovila | - | - | - | 11 | - | Armaz. temporário c |
| Filtros de óleo | 231 | 231 | Autovila | 651 | 651 | Autovila | 418 | 308d | Autovila |
| Materiais absorventes contaminados | 525 | 685b | Autovila | 445 | 445 | Autovila | 555 | 418d | Autovila |
| Embalagens contaminadas | 268 | 294b | Autovila | 62 | 62 | Autovila | 106 | 62d | Autovila |
| Vidro | 5 | - | Armaz. temporário c | 61,5 | 70b | Valorlis | - | - | - |
| Mós | 3 | - | Armaz. temporário c | 156 | 260b | Resilei | - | - | - |
| Placas térmicas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lamas da fossa séptica | - | - | - | 6,1m3 | 6,2m3 | Simlis | 12m3 | 12m3 | Simlis |
| Resíduos com hidrocarbonetos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resíduos Eléctricos e electrónicos | 167 | 380b | Valorlis | - | - | - | - | - | - |

Fonte: Elaboração Própria

Em relação à média de resíduos por molde trabalhado, a quantidade de resíduos por encomenda aumentou 0,8% em 2010 relativamente a 2009, este aumento deve-se a uma diminuição do número de moldes trabalhados.

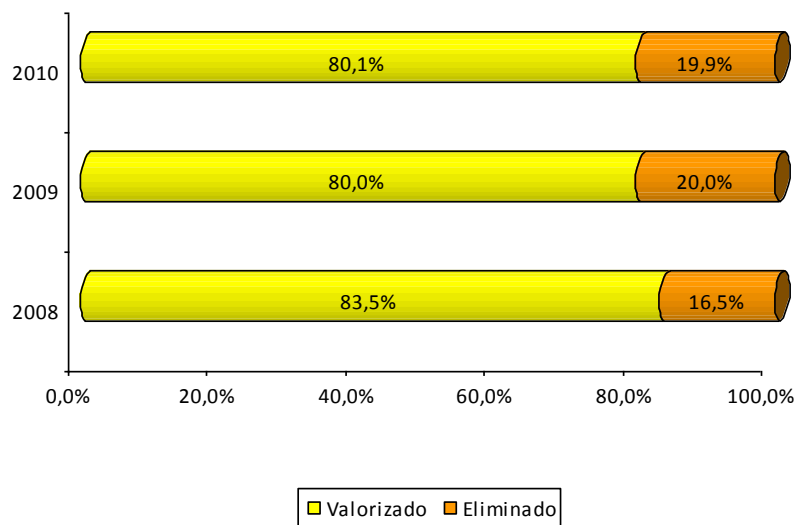


Fonte: Declaração Ambiental 2010 - Rectimold

Gráfico IV. 9 – EN22 Média de resíduos/molde trabalhado

A separação e o destino dos resíduos produzidos encontra-se mais adequada, ou seja, os colaboradores estão mais sensibilizados para a separação correta dos resíduos, o que nos permite proceder a uma contagem fiável dos que são valorizados e dos que são eliminados conforme abaixo apresentamos.

Resíduos Produzidos - Valorizado e Eliminado



Fonte: Declaração Ambiental 2010 - Rectimold

Gráfico IV.10 – EN22 Resíduos produzidos – valorizado e eliminado

IV.3.4 – C) Desempenho Social

Indicadores de Desempenho referentes a Práticas Laborais

- Emprego

LA1 – Total de colaboradores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região

Como já foi referido anteriormente, em 2010 a Rectimold contou com 28 colaboradores ao seu serviço, em que todos têm vínculo contratual sem termo, como podemos verificar não tem existido modificações significativas. Para esta contagem não estamos a considerar os dois principais acionistas que desempenham cargos dentro da empresa.

Quadro IV.10 – LA1 Total de Colaboradores

| | 2008 | 2009 | 2010 |
|------------------------------|------|------|------|
| <i>Contratos sem termo</i> | 28 | 28 | 28 |
| <i>Contratos termo certo</i> | - | 1 | - |

Fonte: Elaboração Própria

Todos os colaboradores desempenham a sua atividade nas instalações da empresa, situada na Região Centro, contudo pontualmente, poderão ter que se deslocar à Região do Alentejo onde se efetuam os testes de funcionamento dos moldes. Como a Rectimold tem um forte relacionamento tanto com fornecedores como com clientes na Alemanha, um dos seus colaboradores desloca-se sempre que necessário (entre duas a três vezes por ano) a este país.

- Formação e Educação

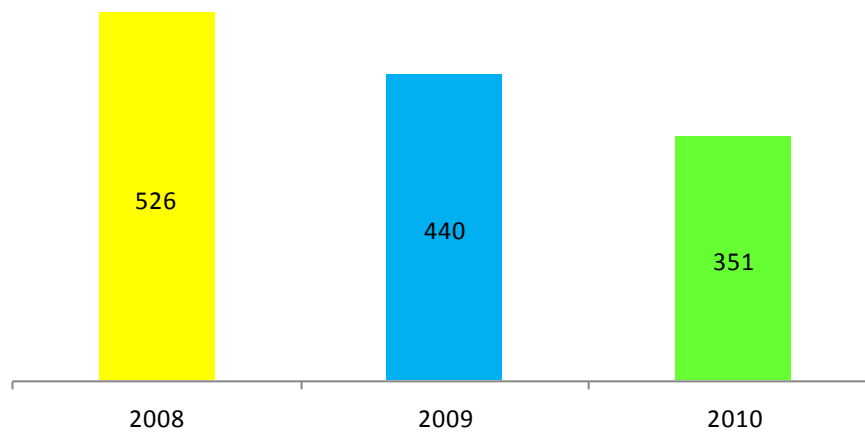
LA10 – Média de horas de formação por ano, por colaboradores, discriminadas por categoria funcional

Atendendo à importância da formação apresentamos na tabela abaixo a quantidade de formações ocorridas durante este último triénio, onde estão incluídas a formação profissional, a formação interna, as sensibilizações e ainda as training-on-job.

Quadro IV.11 – LA10 Média de Horas de Formação por Ano

| | 2008 | 2009 | 2010 |
|-------------------------|------|------|------|
| <i>Nº Colaboradores</i> | 28 | 28 | 28 |
| <i>Nº Formações</i> | 11 | 14 | 10 |
| <i>Horas Formação</i> | 526 | 440 | 351 |

Fonte: Elaboração Própria



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico IV.11 – LA10 Horas de formação totais

Indicadores de Desempenho referentes à Sociedade

- Conformidade

S08 – Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos

Durante o ano 2010 a Rectimold não foi alvo de nenhuma multa ou ação judicial inerentes ao funcionamento da sua atividade.

IV.4 – Compromissos Futuros e metas até 2014

Desde o seu surgimento que a Rectimold demonstra a sua forte preocupação ambiental. Com a importância desta temática em crescente evolução, a empresa vai efetuando uma série de boas práticas de modo a reduzir os riscos que possa causar ao meio ambiente.

Após uma reunião efetuada, foram fixados alguns objetivos a serem cumpridos durante os anos de 2013 e 2014 assim como a fixação de metas que pretendemos atingir, estes objetivos são assumidos como o compromisso da empresa a ser realizado, uma vez que são importantes para a avaliação de desempenho da sua atividade.

IV.4.1 - Desempenho Económico

IV.4.1 – A) Aumento das Vendas

Aquisição de novos clientes e consequentemente aumento do volume de vendas

Sendo a Rectimold uma empresa bem-sucedida tanto no mercado interno como no mercado externo, como qualquer empresa, pretende aumentar o seu leque de clientes. No ano de 2010 a empresa apresentou um total de vendas de 1.181.446,16 € que representou um decréscimo de cerca de 700.000 € comparando com o ano de 2009, contudo no que respeita a prestações de serviços apresentou um total de 519.831,56 € o que representa um aumento de mais de 50% em relação ao ano anterior. Se por um lado apresentou um resultado mais fraco no volume de vendas, em compensação apresentou uma melhoria significativa nas suas prestações de serviços, até porque a Rectimold conhece bem o seu ramo de mercado e tem consciência de que um dos pontos a seu favor é mesmo a redução do ciclo de vida dos produtos. Pois ao produzir um molde a empresa sabe bem que é duradouro, mas a crescente modernização e evolução dos produtos faz com que haja novas procuras, o que implica então novos produtos, novos moldes.

Assim e de acordo com o aumento de volume de vendas, a empresa prevê a entrada dos seus produtos no Canadá até ao final de 2012, uma vez que já estão a ser tomadas medidas para a concretização deste objetivo: já foi efetuado um estudo de mercado e já estamos a estabelecer contactos com empresas que poderão vir a ser potenciais clientes. Esperamos aumentar as nossas vendas em 25%.

IV.4.1 – B) Fornecedores certificados

Aumento de fornecedores certificados

A Rectimold tem um leque bastante vasto de fornecedores com os quais mantém uma relação positiva. Desde sempre que a empresa teve e tem o cuidado de verificar se os fornecedores são certificados primeiramente na qualidade de produtos que nos fornecem. A Rectimold já tem vários fornecedores que apesar de serem certificados pela qualidade, já têm várias certificações ao nível ambiental e o objetivo neste ponto é realmente verificar que todos os fornecedores são certificados a este nível.

IV.4.2 - Desempenho Ambiental

IV.4.2 – A) Energia Elétrica

Otimizar o consumo de energia elétrica: implementação de painéis solares

Em 2010 o consumo de energia elétrica foi de 313.049 KWh. Ao longo destes últimos anos o seu consumo tem vindo a aumentar, devido a novas aquisições de máquinas, a empresa considera que é essencial reduzir o consumo desta energia, para isso vai comprometer-se com a aquisição de painéis solares no próximo ano, com vista a melhorar os seus custos e atingir este objetivo a curto prazo, uma vez que é urgente.

Um outro ponto relevante que a Rectimold pretende efetuar em breve, com vista à redução do consumo de eletricidade, é melhorar a iluminação, mantendo apenas a que é fundamental. Por exemplo, a empresa pretende rever as iluminações exteriores incluindo as de painéis publicitários, de modo a controlar a potência e o tempo de luz acesa.

O objetivo principal é aderir à utilização de energias renováveis, instalando os tais painéis de energia solar como fonte de energia.

IV.4.2 – B) Energia Reativa

Otimizar o consumo de energia reativa, meta $\leq 1000\text{Kwh/ano}$

No ano de 2009 o total de consumo de energia reativa foi de 857Kwh, contudo em 2010 ascendeu a 5739Kwh mas tratou-se de uma exceção devido a uma avaria das baterias de condensadores.

A Rectimold está ciente de que se tomar certas medidas, poderá cumprir com a meta que estabelece para 2014, uma vez que não pretende consumir mais do que 1000Kwh em cada ano. Assim, a Rectimold irá fazer uma manutenção da bateria de condensador mais regularmente e ainda vai verificar mensalmente o consumo de energia reativa nas faturas.

IV.4.2 – C) Ambiente

Manter os custos do Ambiente, meta $\leq 6000\text{€}/\text{ano}$

A Rectimold pretende manter os custos com o ambiente, uma vez que se compromete a manter o que tem vindo a efetuar nestes últimos anos. Contudo, as Auditorias Ambientais irão continuar a ser efetuadas mas com empresas com menor custo mas mantendo a qualidade de serviço. Em relação aos resíduos, a Rectimold pretende continuar com operadores de resíduos, com licenças, mas com menor custo de transporte e de tratamento e ainda em relação às medições que tem de efetuar ao ruído, ao ambiente e às emissões gasosas, pretende contratar empresas acreditadas com menor custo e com qualidade de serviço.

IV.4.3 - Desempenho Social

IV.4.3 – A) Emprego

Aquisição de novos colaboradores

A par do aumento da expansão dos mercados onde atua, a Rectimold prevê aumentar o número de encomendas, o que vai fazer com que haja necessidade de aumentar o número de colaboradores. Assim, a Rectimold tem como objetivo até Maio de 2013 aumentar o seu total de colaboradores, admitindo pelo menos mais dois colaboradores.

IV.4.3 – B) Projeto de Voluntariado

Integração em voluntariado no Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros

Tendo em conta que a Rectimold está inserida numa área abrangida pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, a empresa tem de cumprir todos os requisitos que conste no Despacho SEAD 39 de 16 Outubro, como a cobertura em tom de cerâmica, o edifício

tem de apresentar uma cor branca, creme ou outra cor clara, a altura da fachada máxima tem de ser até 6 metros e a área máxima admitida é de 1000m². O Parque desenvolveu à relativamente pouco tempo, uma iniciativa de voluntariado com o intuito de reunir o maior número possível de pessoas voluntárias para procederem à limpeza anual do mesmo. A Rectimold está disposta a colaborar neste projeto já a partir de 2012, disponibilizando 2 colaboradores por dia até estar a limpeza efetuada.

IV.4.3 – C) Sensibilização

Continuidade de sensibilização

Como já vem sendo habitual na Rectimold, têm existido várias sessões de sensibilização principalmente aos nossos colaboradores, assim como ações de formação. Contudo, a Rectimold já no ano de 2013 pretende reunir todas as suas partes interessadas com objetivo de os sensibilizar a todos e ainda mostrar como o seu contributo já foi refletido no Relatório de Sustentabilidade. Deste modo, será agendado um dia aberto onde haverá um Coffee Break.

Conclusão

Apresentamos em seguida uma síntese das principais conclusões deste projeto.

O Capítulo I consiste na revisão de literatura, onde através de diversos autores podemos encontrar a definição de Contabilidade Ambiental e falamos da sua importância assim como abordamos a Evolução do conceito de Sustentabilidade e o seu relato.

No Capítulo II é feita uma breve descrição do setor dos moldes e ainda uma breve apresentação da empresa do caso de estudo.

O Capítulo III é direcionado para a Contabilidade Ambiental e contém todos os levantamentos efetuados e todos os estudos feitos da empresa em estudo, já separados devidamente de acordo com as fases de implementação do Sistema de Contabilidade Ambiental que se decidiu seguir.

No Capítulo IV apresentamos a proposta de um possível e futuro Relatório de Sustentabilidade para a Rectimold, tendo em conta a análise de vários relatórios e ainda o modelo C do *Global Reporting Initiative*.

Pretendemos neste projeto apresentar as nossas propostas de Implementação de um Sistema de Contabilidade Ambiental e de um futuro Relatório de Sustentabilidade para a Rectimold, tendo em conta as fases propostas por Eugénio (2011) e também o modelo de nível C do *Global Reporting Initiative*.

A Contabilidade Ambiental e o Relato de Sustentabilidade são conceitos que se cruzam nos dias de hoje, uma vez que se complementam. A preocupação ambiental tem crescido muito nos últimos anos, daí também a crescente preocupação por parte das empresas em integrar este tema na sua estratégia. É deste modo que a contabilidade pretende encontrar um equilíbrio entre a produção e a conservação do meio ambiente.

O âmbito deste projeto era identificar diversos fatores que possam condicionar a divulgação social e ambiental da empresa do estudo de caso e a sua postura relativa à Contabilidade Ambiental, procedendo à Implementação de um Sistema de Contabilidade Ambiental e ainda, angariar o máximo de informação possível de modo a objetivar conteúdos considerados imprescindíveis no seu futuro relatório de sustentabilidade, validando assim uma proposta seguindo o Modelo de Relatório do GRI de nível C. Até porque faz todo o sentido a empresa depois de implementar o Sistema de Contabilidade Ambiental, relatar essas mesmas informações não só no Relatório e Contas da empresa, como no Relatório de Sustentabilidade.

Assim, procedemos no Capítulo I à revisão de literatura focalizada na Contabilidade Ambiental e no Relato de Sustentabilidade. Este capítulo foi dividido em cinco pontos começando por explicitar o enquadramento teórico da evolução da Contabilidade Ambiental onde se pode constatar que vários são os autores que defendem a sua definição de Contabilidade Ambiental, passando depois a abordar a Contabilidade Ambiental e a sua importância. Aborda-se ainda a Normalização Contabilística em Portugal onde consta recentemente a Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 26.

No ponto 4 do Capítulo I, procedemos à abordagem da evolução do conceito de Sustentabilidade, conceito este muito recente e no qual está associado os três pilares fundamentais: económico, ambiental e social. Por fim neste capítulo aborda-se ainda os

Relatórios de Sustentabilidade e o *Global Reporting Initiative* (GRI) que contém diretrizes que auxiliam a sua elaboração.

No capítulo II procedeu-se a uma breve introdução histórica do setor dos moldes e ainda a uma apresentação e caracterização da empresa do estudo de caso, onde se podem destacar a política de manutenção e a política de qualidade e segurança entre outras.

A Rectimold foi o alvo do nosso estudo e no Capítulo III, após uma análise completa da empresa que passou por entrevistas a alguns colaboradores e análise documental, conseguimos identificar os seus gastos e rendimentos e ainda os seus ativos e passivos de carácter ambiental e assim concluímos que se torna muito mais fácil chegarmos apenas a resultados ambientais. A proposta de implementação do Sistema de Contabilidade Ambiental na empresa Rectimold – Retificação de moldes, S. A., foi desenvolvida com base nas fases propostas por Eugénio (2011). Foi também tomada como referência a Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 26 – Matérias Ambientais que regulamenta as matérias ambientais e que serviu de guia no que respeita à sua divulgação no Relatório e Contas da empresa, uma vez que esta norma esclarece o tipo de tratamento a dar aos dispêndios ambientais.

Foi proposto ainda a criação de subcontas com 009 que diz respeito ao ambiente de modo a facilitarmos os lançamentos contabilísticos, mas mesmo assim achamos que a Rectimold deve criar um centro de custos apenas para o ambiente, pois a qualquer momento pode analisar extratos ambientais. É também de extrema importância as empresas disponibilizarem ações de sensibilização e de formação de modo a manterem os seus colaboradores empenhados no desenvolvimento desta inovação e neste contexto, a Rectimold privilegia estas mesmas ações, certificando o seu acesso a todos os colaboradores.

Após a passagem pelas diversas fases consideramos que a Rectimold está apta a introduzir o funcionamento do Sistema de Contabilidade Ambiental e podemos referir que este sistema permite uma melhoria na sua gestão do meio ambiente, permitindo ainda definir estratégias de resposta tanto a responsabilidades ambientais como a riscos aos quais possa estar sujeita. É sem dúvida uma mais-valia implementar este sistema pois hoje em dia,

muitos são os clientes que têm em conta as empresas que protegem o meio ambiente, revelando a sua preferência por elas.

No capítulo IV procedemos à análise de informações da empresa do estudo de caso no que respeita à sustentabilidade, propondo informação que deve constar no futuro relatório de sustentabilidade da empresa. Foi analisada a documentação e as normas do GRI e foram analisados alguns relatórios de sustentabilidade já divulgados de outras empresas. Chegando por fim a um dos objetivos propostos, apresentou-se uma proposta de Relatório de Sustentabilidade de nível C tendo em conta os Indicadores Económicos, Ambientais e Sociais, de modo a analisar o desempenho da empresa. Os relatórios de nível C exigem o cálculo de no mínimo 10 indicadores, incluindo pelo menos um de cada área e neste sentido, foram analisados apresentados os indicadores que foram possíveis de calcular, sendo que decidimos apresentar mais do que os 10 indicadores exigidos, pois das informações conseguidas, considerámos que em alguns indicadores não tínhamos informação suficiente para os apresentar de forma completa e por isso mesmo decidimos compensar com mais alguns.

Consideramos que o futuro relatório de sustentabilidade da Rectimold deve conter em primeiro lugar uma mensagem do Conselho de Administração, posteriormente deve conter informação sobre a empresa propriamente dita, onde é feita uma apresentação e uma caracterização mais profunda da mesma, passando para o Perfil do relatório que deve conter o desempenho da empresa e os indicadores calculados e por fim, consideramos uma mais-valia para a Rectimold fazer planos para o futuro de modo a estabelecer.

Foram ainda estabelecidos compromissos futuros e metas que a empresa deve cumprir dentro dos prazos estabelecidos, tendo em conta que é com intenção de proteger o meio ambiente e é uma forma de economizar.

Assim, para que o relatório de sustentabilidade atinja os seus objetivos, é preciso um trabalho conjunto de todos os *stakeholders* tanto internos como externos, de modo a assegurar os impactos na sociedade.

De acordo com as informações obtidas e após as análises pertinentes da empresa deste estudo de caso, foi possível concluir este projeto de modo satisfatório, atendendo aos objetivos propostos. Com a implementação deste projeto, é possível a empresa conhecer os gastos reais de caráter ambiental, evidenciando assim, a importância da adoção da contabilidade ambiental de modo a que consiga apurar de maneira aprofundada os seus gastos e rendimentos.

Tendo em vista melhorar o nível de sustentabilidade, considera-se importante que a informação fornecida pelos indicadores propostos no presente projeto, possa ser utilizada pela empresa do estudo de caso e servir como fonte de informação a divulgar neste âmbito, incluída nos seus futuros relatórios de sustentabilidade.

Em suma, este projeto torna-se assim muito gratificante para nós, uma vez que a Contabilidade Ambiental assume cada vez mais um papel importante nas empresas e é com muito agrado que sentimos que demos o nosso contributo para que a Rectimold acompanhe esta recente evolução e se sinta inserida na proteção do meio ambiente, divulgando este tipo de informação não só através do Relatório e Contas, mas também através do Relatório de Sustentabilidade.

Referências Bibliográficas

Abreu, C. (2008), Sustentabilidade? O que é Sustentabilidade? Disponível em <http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade/>. Acesso em 31/10/2011.

Adams, C. (2004), “The ethical, social and environmental reporting-performance portrayal gap”, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 17 (5), 731-757.

Beni, C., (2004) - *Revista Espaço Acadêmico* – nº 37 – Junho – Mensal – ISSN 15 – Disponível em www.espaçoacademico.com.br/037/ebeni. Acesso em 16/11/2011.

BCSD (2007), Comunicar o DS – Encontrar o Equilíbrio, Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/comunicar-o-ds---encontrar-o-equilibrio/512.htm>. Acesso em 17/01/2012.

BCSD (2007), Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal, Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/estudo-sobre-a-publicacao-de-relatorios-de-sustentabilidade-em-portugal/576.htm>. Acesso em 17/01/2012.

BCSD (2007), Relatórios de Sustentabilidade: Motivações e Inovações. Relatório final do Projeto Young Managers Team Portugal – YMT 2006.

BRISA (2009) Relatório de sustentabilidade, Disponível em http://www.brisa.pt/ResourcesUser/Sustentabilidade/Documentos/Relatorios_Sustentabilidade/RS%20Brisa2009%20_PT.pdf, Acesso em 3/04/2012.

Borrego, C. (2002) - *Revista Ambiente 21* nº6, ano I - Lisboa.

Comissão de Normalização Contabilística. (2002). *Diretriz Contabilística nº 29 – Matérias Ambientais*. Disponível em http://www.apotec.pt/fotos/editor2/DC_n_29.pdf. Acesso em 12/12/2011.

Comissão de Normalização Contabilística (2006), *Interpretação Técnica n.º 4 – Direitos de emissão de gases com efeito de estufa: contabilização das licenças de emissão*, Disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/Directrizes/IT04_Emissoes_CO2.pdf. Acesso em 12/12/2011.

Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma Contabilística e de Relato Financeiro 26 – Matérias ambientais, Disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/SNC_projecto/NCRF_26_materias_ambientais.pdf. Acesso em 12/12/2011.

David, A. R. (2003), “Contabilidade Ambiental”, *IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Disponível em <http://www.ccontabeis.com.br/conv/t31.pdf>. Acesso em 29/10/2011.

Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, Diário da República, 1.ª série, nº 133.

Delta (2009) Relatório de sustentabilidade, Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/delta-2009/1129.htm>, Acesso em 3/04/2012.

Despacho nº 1336/2006, de 19 de Janeiro – Diário da República, II Série, nº 14.

Dias, A. (2009), “O Relato da Sustentabilidade Empresarial: Evidência Empírica nas Empresas Cotadas em Portugal”, *Contabilidade e Gestão*, n.º 8, 111-150.

EDP (2010) Relatório e Contas, Disponível em http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/2010/Relatrio%20e%20Contas%202010/Book_RC%20EDP_PT_5Mai_O.pdf, Acesso em 3/04/2012.

Eugénio, T. (2004), *Contabilidade e Gestão Ambiental*, Áreas Editora, Lisboa

Eugénio, T. (2007), “Estudo de caso: implementação de contabilidade ambiental”, *Revista del Instituto International de Costos*, nº 1, 32-59.

Eugénio, T. (2010), “Avanços na divulgação de Informação Social e Ambiental pelas Empresas e a Teoria da Legitimidade”, *Revista Universo Contábil, FURB*, v. 6, n.1, 102-118.

Eugénio, T. (2011), *Contabilidade Ambiental*, Verlag Dashofer, Lisboa

Gaspar, M. (2003). “Contabilidade Ambiental na Empresa - O caso do setor elétrico”, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Global Reporting Initiative (2000-2006). *Conjunto de Protocolos de Indicadores – Direitos Humanos. Versão 3.0*. Amesterdão, Holanda.

Global Reporting Initiative (2000-2006). *Conjunto de Protocolos de Indicadores – Económico. Versão 3.0*. Amesterdão, Holanda.

Global Reporting Initiative (2000-2006). *Conjunto de Protocolos de Indicadores – Meio Ambiente. Versão 3.0*. Amesterdão, Holanda.

Global Reporting Initiative (2000-2006). *Conjunto de Protocolos de Indicadores – Práticas Trabalhistas & Trabalho Decente. Versão 3.0*. Amesterdão, Holanda.

Global Reporting Initiative (2000-2006). *Conjunto de Protocolos de Indicadores – Responsabilidade pelo Produto. Versão 3.0*. Amesterdão, Holanda.

Global Reporting Initiative (2000-2006). *Conjunto de Protocolos de Indicadores – Sociedade. Versão 3.0*. Amesterdão, Holanda.

Global Reporting Initiative (2000-2007). *Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. Versão 3.0*. Amesterdão, Holanda.

Global Reporting Initiative (2000-2006). *Sustainability Reporting Guidelines. Version 3.0*. Amsterdão, Holanda.

Gomes, D. (2010). “Contabilidade Ambiental – Aplicação dos princípios normativos a uma obra do grupo Soares da Costa, SGPS, SA.” Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.

Gray, R., Bebbington, J., Walters, D., (1993). *Accounting for the Environment*. Paul Chapman Publishing Ltd, London.

GRI – Global Reporting Initiative (2006), Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade, Disponível em http://www.ethos.org.br/_Uniethos/documents/gri_g3_portugues.pdf. Acesso em 23/02/2012.

João (2004). A contabilidade e o meio ambiente, Disponível em <http://www.face.ufmg.br/outrossites/pet/joao.doc>. Acesso em 29/10/2011.

Kraemer, M. (2004), Contabilidade ambiental – o passaporte para a competitividade, Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos/passa/passa.shtml>. Acesso em 29/10/2011.

Lipor (2009), Relatório de sustentabilidade, Disponível em http://www.lipor.pt/upload/Lipor/ficheiros/RELATORIO%20DE%20SUSTENTABILIDADE%202009_DEF.pdf, Acesso em 5/04/2012.

Marcondes, N. e Campos, J. (data não disponível), “Contabilidade Ambiental”, *IX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino Americano de Pós-Graduação* – Universidade do Vale do Paraíba, 815 – 818, Disponível em <http://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/inic/IC6%20anais/IC6-55.PDF>. Acesso em 29/10/2011.

Martins, J., Bello, L. e Oliveira, H. (2004), Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua importância e aplicabilidade em indústrias estabelecidas no Espírito Santo, Disponível em http://www.humbertorosa.com.br/Coordenacao/Producao_Cientifica/Alunos/Jaqueline_Luciandra_Humberto_Contabilidade_Ambiental.pdf. Acesso em 29/10/2011.

Mendes, A. e Sardinha, I. (2009), “Eficácia dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Portuguesas”, *Cadernos Sociedade e Trabalho: Responsabilidade Social das Organizações*, n.º 11, 11-27.

Monteiro, S. e Guzmán, B. A. (2007), “La regulación contable medioambiental: análisis comparativo entre Portugal y España” – *Revista de Estudos Politécnicos*, Vol. IV, n.º 7, Junho, 253-290.

Monteiro, S. (2006), “*El Medio Ambiente como Factor Clave en la Definición de las Estrategias Empresariales y sus Implicaciones en la Gestión y el Sistema de Información Contable. Una Perspectiva del Caso Portugués*”, Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

Monteiro, S. e Guzmán, B. A. (2011), “Factores determinantes del grado de información medioambiental divulgada en las grandes empresas que operan en Portugal: un análisis univariante”, *Revista Base*, Vol. 8 n.º 1, Janeiro/Março, 3-19.

Moore e Johnson (1994) – Transportation, land use and sustainability – Flórida Center Community Design and research – Disponível em: www.fccdr.usf.edu/projects/tlushtml. Acesso em 6/12/2011.

Nestlé (2008) Relatório de Sustentabilidade Nestlé Portugal, S.A., Disponível em <http://nestle.pt/empresa/Common/NestleDocuments/Documents/Creating%20Shared%20Value/RelatoriodeSustentabilidade2008NestlePortugal.pdf>, Acesso em 9/04/2012.

Nunes, R. (2008), O que é Sustentabilidade?, Disponível em <http://www.ecologiaurbana.com.br/sustentabilidade/o-que-e-sustentabilidade/>. Acesso em 31/10/2011

Parker, L. (2005), Social and environmental accountability research: a view from the commentary box, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 18 (6), 842-861.

Pinto, M. (2009), O setor dos moldes, Disponível em http://tuganomics.files.wordpress.com/2011/03/apresentacao_moldes_plasticos.pdf. Acesso em 16/12/2011.

Schaltegger S. e Burritt R. (2000), *Contemporary Environmental Accounting: Issues, Concepts and Practice*, Greenleaf Publishing Limited, UK.

Secil (2007) Relatório de sustentabilidade, Disponível em <http://www.semapa.pt/pdf/RS2007SECIL.pdf>, Acesso em 9/04/2012.

Sonae Distribuição, SGPS, S.A. (2008) Relatório de sustentabilidade, Disponível em <http://www.sonae.pt/fotos/editor2/relsustentabilidade2008.pdf>, Acesso em 5/04/2012.

Tinoco, J., Kraemer, M. (2004), *Contabilidade e gestão ambiental*, Disponível em http://www.ceamecim.furg.br/vii_pesquisa/trabalhos/179.doc. Acesso em 29/10/2011.

Uehara, D. e Tavares, F. (2007), Contabilização do passivo ambiental: estudo de caso – mineradoras da região do Alto Tietê (SP), Disponível em http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/172.pdf. Acesso em 29/10/2011.

Zancula, J. (2001), O que é Contabilidade ambiental?, Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>. Acesso em 29/10/2011.

WCED (1987), *Report of the World Commission on Environment and Development - Our Common Future*, United Nations General Assembly A/42/427, Ford University Press, ISBN 0-19-282080-X, Oxford.

- Documentos internos – RECTIMOLD.

Sites consultados:

www.centimfe.com. Acesso em 23/10/2011

www.cefamol.pt. Acesso em 23/10/2011

www.bcsdportugal.org. Acesso em 17/01/2012

Apêndices

Apêndice 1 – Entrevistas Semiestruturadas a colaboradores da Rectimold

Entrevistas – Fevereiro 2012

Joana Rebelo

1. Explicar os objetivos da entrevista

Compreender o máximo de informação ambiental produzida pela Rectimold

2. Duração aproximada de 20m. Gravar? (preferencial)

Nome: _____

Função: _____

Ligação às matérias sociais e ambientais: _____

Data _____ Hora de Início: _____ Hora de fim: _____

QUESTÕES - Contabilidade Ambiental

1. O tema Ambiente, preservar o meio ambiente, diz-lhe alguma coisa?
2. Quais são em geral as questões ambientais da Rectimold?
3. A Rectimold tem alguns cuidados especiais no que respeita ao ambiente? Quais?
4. De quem partiu a iniciativa desses mesmos cuidados?
5. Que leis e regulamentos ambientais são aplicáveis à entidade?
6. As agências fiscalizadoras monitorizam a conformidade da entidade com os requisitos de leis, regulamentos ou licenças?
7. Existe um historial de multas e processos legais contra a entidade em relação a matérias ambientais? Em caso afirmativo, quais as razões para tais ações.
8. Quais os resíduos resultantes da sua atividade/função?
9. Qual o destino dado a esses resíduos? Concorda? Em caso de resposta negativa, dar sugestão de melhoria.
10. O que pode ser considerado como gasto, rendimento, ativo e passivo ambiental dentro da sua função na Rectimold?
11. Foram programadas iniciativas para, reduzir ou remediar danos ao ambiente, ou para tratar da conservação de recursos renováveis e não renováveis? De que tipo.
12. Estão cobertos pelo seguro os riscos ambientais?

13. Existem alguns documentos de apoio de âmbito ambiental? Em caso afirmativo, indicar quais. Em caso negativo, sugerir.
14. Tem conhecimento da existência de divulgação financeira ambiental? RG/Anexo?
15. Quem considera ser relevante para constituir uma equipa ambiental para a Rectimold?
16. É habitual a existência de formação para os colaboradores da entidade? Algumas de carácter ambiental? Dizer o nome das ações de formação.
17. Existe intenção de implementar a Contabilidade Ambiental na Rectimold?

Muito obrigada pela sua disponibilidade!

Apêndice 2 - Manual de Procedimentos do Sistema de Contabilidade Ambiental

Breve Introdução

Um sistema de documentação funcional é considerado um elemento fundamental de um Sistema de Contabilidade Ambiental, assim o Manual de Procedimentos do Sistema de Contabilidade Ambiental afirmou-se como um sistema de documentação empresarial. Este destina-se a documentação da política ambiental da empresa, introduzir normas de proteção ambiental e a fixar responsabilidades, esclarece também o trabalho a executar descrevendo a diversidade de instrumentos de contabilidade ambiental.

A elaboração deste manual é importante para atingir os objetivos estabelecidos e trata-se de um documento compreensível e praticável.

Manual de Contabilidade Ambiental

Dado que não existe nenhuma norma que estabeleça a estruturação deste manual vamos focar alguns dos pontos que achamos importantes.

Objetivos do Manual

O Sistema de Contabilidade Ambiental é uma estrutura organizacional que permite à empresa avaliar e controlar os impactos ambientais das suas atividades, produtos ou serviços.

Elementos importantes do SCA

De seguida, procede-se à descrição dos elementos importantes de um SCA:

- Definição da Política Ambiental, na qual a empresa estabelece as suas metas e compromissos com o seu desempenho ambiental. É mantida atualizada e divulgada a todos os colaboradores.
- Identificação e avaliação dos aspetos ambientais, tendo como referência os Requisitos Legais e outros requisitos. É revisto anualmente e sempre que surjam alterações no processo produtivo, requisitos legais e outros e dos aspetos ambientais. Estes requisitos são analisados periodicamente e verificada a sua aplicabilidade e implicações no sistema.
- Estabelecimento dos objetivos e metas, acompanhados pelos programas ambientais, onde são definidos responsabilidades, meios e prazos. É dada particular atenção aos

aspectos ambientais significativos.

- Definição das ações de Controlo Operacional, de Prevenção e Resposta a Emergências e Monitorização da Medição, para garantir o cumprimento da Política, dos objetivos e metas e da legislação e outros requisitos.
- Definição dos suportes de SCA como formação, comunicação, auditorias, não conformidades, ações corretivas e preventivas, controlo dos documentos e registos.
- Revisão pela Contabilidade realizada anualmente, que analisa os resultados do desempenho ambiental e das auditorias, alterações da legislação, outros requisitos e tecnologias, revisão dos objetivos e metas e outros elementos do sistema no sentido da melhoria contínua.

Política Ambiental

A Rectimold espera ser uma empresa de referência, conhecida, respeitada e requisitada para a fabricação de moldes para a injeção de plástico, tanto a nível nacional como internacional. Assim, estabeleceu pela primeira vez a sua política ambiental no ano de 2002 que consta na Declaração Ambiental e no Manual do Sistema de Gestão de Gestão integrado na Qualidade e Ambiente, sendo atualizada anualmente, de acordo com os seguintes pressupostos:

- * Cumprir com os requisitos legais e outros requisitos aplicáveis à empresa, bem como os requisitos das normas implementadas;
- * Estabelecer objetivos e proceder à sua revisão de modo a melhorar continuamente o Sistema;
- * Cumprir com as disposições impostas pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, minimizando o impacto da nossa localização no mesmo;
- * Reciclar, reutilizar e reduzir os resíduos gerados e optar pelos tratamentos mais ambientalmente favoráveis;
- * Reduzir e controlar os impactes ambientais e prevenir a poluição da atividade da empresa;
- * Desenvolver e implementar tecnologias com o mínimo impacto ambiental, sempre que possível;
- * Comunicar a Política da Empresa e toda a informação ambiental, Declaração Ambiental, às partes interessadas.

Elementos da Equipa

Para um correto funcionamento do SCA, a equipa deve ser composta de acordo com a estrutura da empresa, devendo ser constituída por:

- Responsável Ambiente – Nancy Pereira
- Gerência – José Carlos Costa
- Responsável Secretariado – Ana Pereira
- Responsável Produção – Fernando Torres
- Responsável Contabilidade – Paulo Ruivo
- A Rectimold já possui um contrato de prestação de serviços jurídicos, que em caso de necessidade irá requerer os seus serviços – João Paulo Repolho

Apresentação da empresa

Identificação

Designação Social: RECTIMOLD – RECTIFICAÇÃO DE MOLDES, S. A.

Morada: Estrada Real D. Maria, 2480 Porto de Mós

Localidade: Pedreiras

Concelho: Porto de Mós

Distrito: Leiria

N.º Contribuinte: 502 187 336

Telefone: +351 244 499 220

Fax: +351 244 499 229

E-mail: geral@rectimold.pt

URL: www.rectimold.pt



CAE: 25734 Fabricação de moldes metálicos

Atividade Principal: Produção de moldes para as indústrias automóvel, elétrica, eletrónica e irrigação. Retificação de moldes.

Síntese Histórica

A empresa iniciou a sua atividade em Junho de 1989, dedicando-se nessa altura, maioritariamente, à retificação de moldes para empresas produtoras dos mesmos, tendo por objetivo, preencher uma lacuna existente até então no sector dos moldes para a indústria de plásticos.

Com o passar do tempo, foi-se implementando neste ramo, alargando as suas capacidades e os seus horizontes, passando a dedicar-se também, nas suas instalações, à fabricação dos próprios moldes, tendo exportado, logo no ano seguinte, diretamente para o Canadá, o seu primeiro molde.

A sociedade é representada pelos Srs. António Pereira e José Carlos da Costa, que desde longa data estão ligados ao ramo da Indústria dos moldes.

A Rectimold encontra-se certificada pelos Sistemas de Gestão da Qualidade e Ambiente, segundo as Normas NP EN ISO 9001 e NP EN ISO 14001, desde Novembro de 2003.

Realizou auditorias de transição para a Norma NP EN ISO 14001:2004 em Setembro de 2005 e para a Norma NP EN ISO 9001:2008, em Abril de 2009. A empresa desde Julho de 2006, encontra-se registada no EMAS, com auditoria de transição em Abril de 2010 para o Regulamento (CE) n.º 1221/2009 (EMAS III).

Referências

Para a elaboração do presente manual de Sistema de Contabilidade Ambiental foram pontos de partida os seguintes documentos:

- Integração de Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14001:2004), da Qualidade (ISO 9001:2000);
- Exemplos de aplicação, análises sectoriais e ferramentas práticas;
- Enquadramento legislativo em vários descritores: Água, Emissões, Energia, Responsabilidade Ambiental, Ruído, Resíduos, Risco Ambiental, entre outros relevantes;
- NCRF 26.

SCA – Sistema de Contabilidade Ambiental

O manual de SCA deve incluir a sua estrutura organizacional da empresa em questão, as atividades de planeamento, as responsabilidades e respetivas atribuições, práticas, procedimentos, processos, recursos, implementação e mesmo revisão de todos os passos para certificação de que tudo está correto.

Controlo de Documentos / Registos

Todos os documentos relativos ao SCA devem ser devidamente organizados de preferência com especificações do género: elaboração, revisão, aprovação, arquivo, etc., o que garante

que os documentos e os dados são adequados à produção e controlo, ao cumprimento das normas de Contabilidade Ambiental, adequados ao SCA implementado.

Devem ainda ser, todos os registos, devidamente arquivados, de modo seguro e protegidos de possíveis danos. Estes registos ambientais podem ser: aspetos ambientais significativos, certificados de produtos, fichas de segurança, registos de manutenção, registos e relatórios de auditorias, etc..

Controlo Operacional

Tudo o que diz respeito ao Ambiente deve ser controlados pelo devido departamento e pelas pessoas de alguma maneira ligadas ao SCA, para um melhor funcionamento deste.

Informações importantes a ter em conta para os registos contabilísticos

Com base na NCRF 26 – matérias ambientais são prescritos “critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação relativos aos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados resultantes de transações e acontecimentos que afetem, ou sejam suscetíveis de afetar, a posição financeira e resultados da entidade relatada”, assim vamos registar algumas das informações que são apropriadas fazer referência para que não sejam esquecidas em termos de matérias ambientais.

Dispêndios de carácter ambiental – “incluem os custos de posições tomadas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrentes das atividades, incluem a eliminação de resíduos e formações para a proteção dos solos, águas superficiais e subterrâneas, a preservação do ar e das condições climáticas, a redução do ruído e a proteção da biodiversidade e paisagem. Incluem ainda os custos adicionais que se identifiquem tendo como principal objetivo evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental.”

Por vezes não é possível identificar os custos adicionais de carácter ambiental e outros custos pode-se optar por efetuar uma estimativa para a sua mensuração.

Os custos que possam ser suscetíveis de originar efeitos benéficos para o ambiente, mas que tem como principal objetivo outro (exemplo: aumentar a segurança dos trabalhadores

nos seus locais de trabalho), entende-se que devem ser excluídos deste conceito. As multas ou outras penalidades inerentes ao não cumprimento da legislação ambiental em vigor e até mesmo efeminizações que foram pagas a terceiro neste sentido, também devem ser excluídas deste conceito, mas estão sujeitas á divulgação no anexo.

Reconhecimento

Passivos ambientais - segundo a NCRF 26 são reconhecidos quando seja provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos resulte da liquidação de uma obrigação deste carácter e que tenha surgido de acontecimentos passados e se a quantia dessa liquidação possa mensurável de forma fiável. Sendo que a natureza da obrigação deve estar claramente definida podendo ser de dois tipo, legal/ contratual ou construtiva.”

Assim um passivo de carácter ambiental é reconhecido quando nos é permitido efetuar uma estimativa que seja fiável dos custos decorrentes da obrigação. Quando exista á data do balanço uma obrigação devidamente definida e que seja suscetível de poder originar uma saída de recursos que traga benefícios económicos, mas cuja sua quantia não está definida e deve ser reconhecida uma provisão, mas só caso se possa fazer uma estimativa fiável.

Dispêndios ambientais - estes devem ser reconhecidos como gastos no período em que são incorridos, a menos que satisfaçam os critérios que são necessários para serem reconhecidos como um ativo. Os dispêndios de carácter ambiental que estejam relacionados com danos que ocorreram num exercido anterior não podem qualificar-se como ajustamentos de exercícios anteriores mas devem ser registados como gastos no exercício corrente (exercício em que foram reconhecidos).

No que diz respeito á capitalização dos dispêndios de carácter ambiental, estes podem ser capitalizados caso tenham sido incorridos para evitar ou reduzir danos futuros ou para preservar recursos, e proporcionem benefícios económicos no futuro e satisfaçam as condições para reconhecimento como ativo. Estes dispêndios incorridos para evitar ou reduzir danos futuros ou para preservar recursos, apenas podem ser classificados para reconhecimento como ativos, se o seu destino for servir de maneira durável a atividade da entidade e se, além disso estiver satisfeita uma das seguintes condições: os custos relacionarem-se com benefícios económicos que se espera que venham a fluir para a

entidade e que permitam prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela entidade ou os custos que permitam reduzir ou evitar uma contaminação ambiental suscetível de ocorrer em resultado das futuras atividades das entidades. Se estes critérios não forem cumpridos então os dispêndios de carácter ambiental devem ser registados como gastos do período quando incorridos, se forem satisfeitos devem ser capitalizados e amortizados no período corrente e durante um período futuro apropriado.

Quando os dispêndios de carácter ambiental não proporcionem benefícios económicos futuros devem ser imputados a resultados. Devem ainda ser capitalizados as instalações fabris e maquinaria, adquiridos por razões ambientais.

Mensuração

Passivos ambientais – devem ser reconhecidos quando poder ser feita uma estimativa dos dispêndios para liquidar a obrigação. A quantia desse passivo deve ser a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente á data do balanço, com base na situação existente e tendo em conta a evolução futura da técnica e da legislação, na medida em que seja provável a sua ocorrência.

Ao estimar a quantia de um passivo ambiental devem aplicar-se as seguintes regras: caso a mensuração de um passivo implique a possibilidade de diferentes quantias, deverá ser considerada a melhor estimativa, mas em exceções muito raras, em que não é possível determinar a melhor estimativa do passivo com a devida fiabilidade, esse mesmo passivo deve ser considerado como contingente e divulgado no anexo.

Para se mensurar a quantia de um passivo ambiental tem que se ter em consideração: os dispêndios incrementais diretos do esforço de reparação; remunerações e prestações pagas a trabalhadores, que se espera que venham a dedicar uma parte significativa do seu tempo de trabalho diretamente ao processo; obrigações de controlo após reparação dos danos; processo tecnológico na medida em que seja provável que as autoridades públicas recomendem a utilização de novas tecnologias.

Regras de Mensuração

Para as ocorrências de carácter ambiental, devem ser adotadas as seguintes propostas de mensuração:

- Sempre que possível mensurar a Custo de Aquisição – os Gastos, os Ativos e os Passivos.
- A Custo Histórico - os Rendimentos que dizem respeito à venda de resíduos, uma vez que os valores são feitos por estimativas ou a peso;
- Em relação a Ativos que não sejam apenas de carácter ambiental, devem ser considerados em 30% do seu valor.

Divulgação

As matérias ambientais devem ser objeto de divulgação na medida em que sejam materialmente relevantes para avaliação do desempenho ou da posição financeira da entidade. Assim existe uma obrigação de divulgar este tipo de informações no Relatório de Gestão e/ou Anexo.

No Relatório de Gestão deve ser divulgado:

Quando, em conformidade com o disposto no artigo 66º do CSC certas matérias ambientais forem relevantes para o desempenho e posição financeira da entidade ou para o seu desenvolvimento, o relatório de gestão deve incluir uma descrição dessas matérias, bem como da resposta da entidade às mesmas matérias. Sendo que essas informações devem incluir uma análise objetiva da evolução e situação das atividades da entidade.

Devem ser feitas as seguintes divulgações:

- A política e os programas que tenham sido adotados pela entidade relativamente às medidas de proteção ambiental, especialmente no que diz respeito á prevenção da poluição;
- A extensão em que tenham sido implementadas ou estejam em curso de implementação medidas de proteção ambiental, em virtude da legislação atual;
- As melhorias efetuadas em áreas chave da proteção ambiental;
- Sempre que adequado e relevante, tendo em conta a natureza e a dimensão das atividades da entidade e os tipos de problemas ambientais associados a essa atividade, informações sobre o seu desempenho ambiental;
- Se a entidade emitir um relatório ambiental separado, que contenha informações mais pormenorizadas ou informação ambiental adicional quantitativa ou qualitativa, deve ser feita uma referência a esse relatório.

No que diz respeito ao Anexo deve ser divulgado o seguinte:

- A descrição dos critérios de mensuração adotados, bem como dos métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, no que respeita a matérias ambientais;
- Os incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental, recebidos ou atribuídos á entidade;
- O tratamento contabilístico adotado;
- Informações sobre as provisões de carácter ambiental;
- Passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, que estejam incluídos em cada uma das rubricas do balanço;
- Para cada passivo de carácter ambiental materialmente relevante, descrição da respetiva natureza e indicação do calendário e das condições da sua liquidação;
- Política contabilística adotada no caso de dispêndios de longo prazo referente ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento; passivos contingentes de carácter ambiental, incluído informações descritivas com pormenor suficiente para que a natureza do seu carácter seja entendida;
- Quantia dos dispêndios de carácter ambiental capitalizados durante o período de referencia na medida em que possa ser estimada com fiabilidade;
- Quantia dos dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados e base em que tais quantias forma calculadas;
- Quando os dispêndios incorridos como multas e outras penalidades sejam significativos;
- Dispêndios de carácter ambiental extraordinários imputados aos resultados.

Ações Corretivas e Preventivas

Devem ser registadas todas as alterações feitas ao SCA em local apropriado, sendo que ações corretivas e preventivas devem também ser registadas afim de não cometer os mesmos erros, prevenindo ao mesmo tempo a ocorrência de outros.

A elaboração deste manual facilitará o SCA, sendo a base para o contínuo e correto funcionamento deste sistema.

Anexos

Anexo 1 - Identificação da Rectimold

Designação Social: RECTIMOLD – RECTIFICAÇÃO DE MOLDES, S. A.

Morada: Estrada Real D. Maria, 2480 Porto de Mós

Localidade: Pedreiras

Concelho: Porto de Mós

Distrito: Leiria

N.º Contribuinte: 502 187 336

Telefone: +351 244 499 220

Fax: +351 244 499 229

E-mail: geral@rectimold.pt

URL: www.rectimold.pt

CAE: 25734 Fabricação de moldes metálicos

Atividade Principal: Produção de moldes para as indústrias automóvel, elétrica, eletrónica e irrigação. Retificação de moldes.

N.º Trabalhadores: 30

Contacto da Empresa

Responsável: António Marques Pereira

Cargo: Presidente do Conselho de Administração

Data Constituição: 1989

Data de início de atividade: 1989

Forma Jurídica: Sociedade Anónima

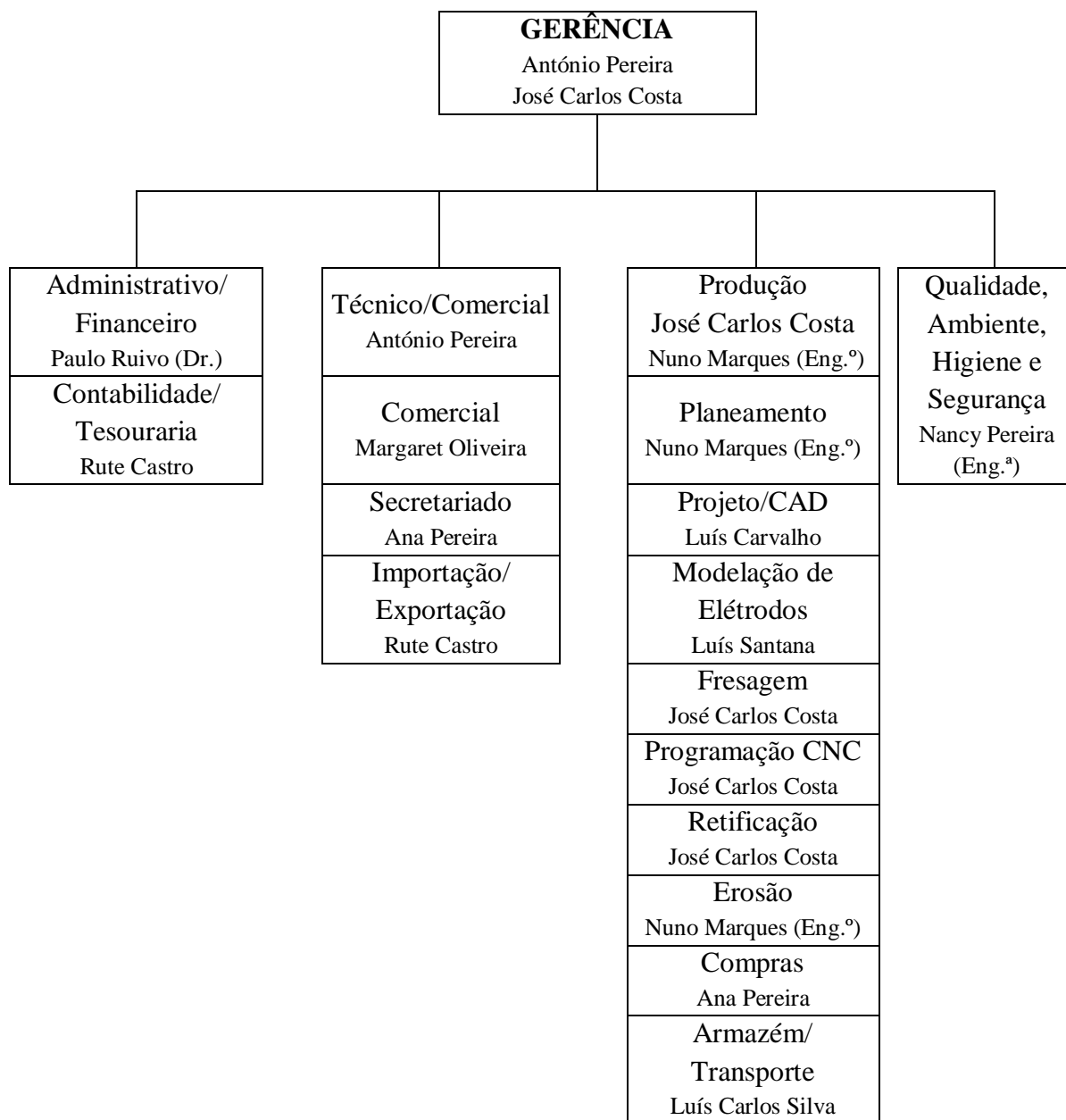
Capital Social: 50.500 €

Principais Acionistas:

- António Marques Pereira
- José Carlos Coelho da Costa
- Maria Gorete Pires Vazão Pereira

Anexo 2 - Organigrama

A Rectimold está estruturada de acordo com o seguinte Organigrama:



Fonte: Declaração Ambiental 2010 - Rectimold

As funções de cada uma das entidades constantes do Organigrama, assim como os critérios de substituição e os requisitos mínimos para o seu desempenho no âmbito do sistema, encontram-se descritas num documento próprio – Ficha de Função.

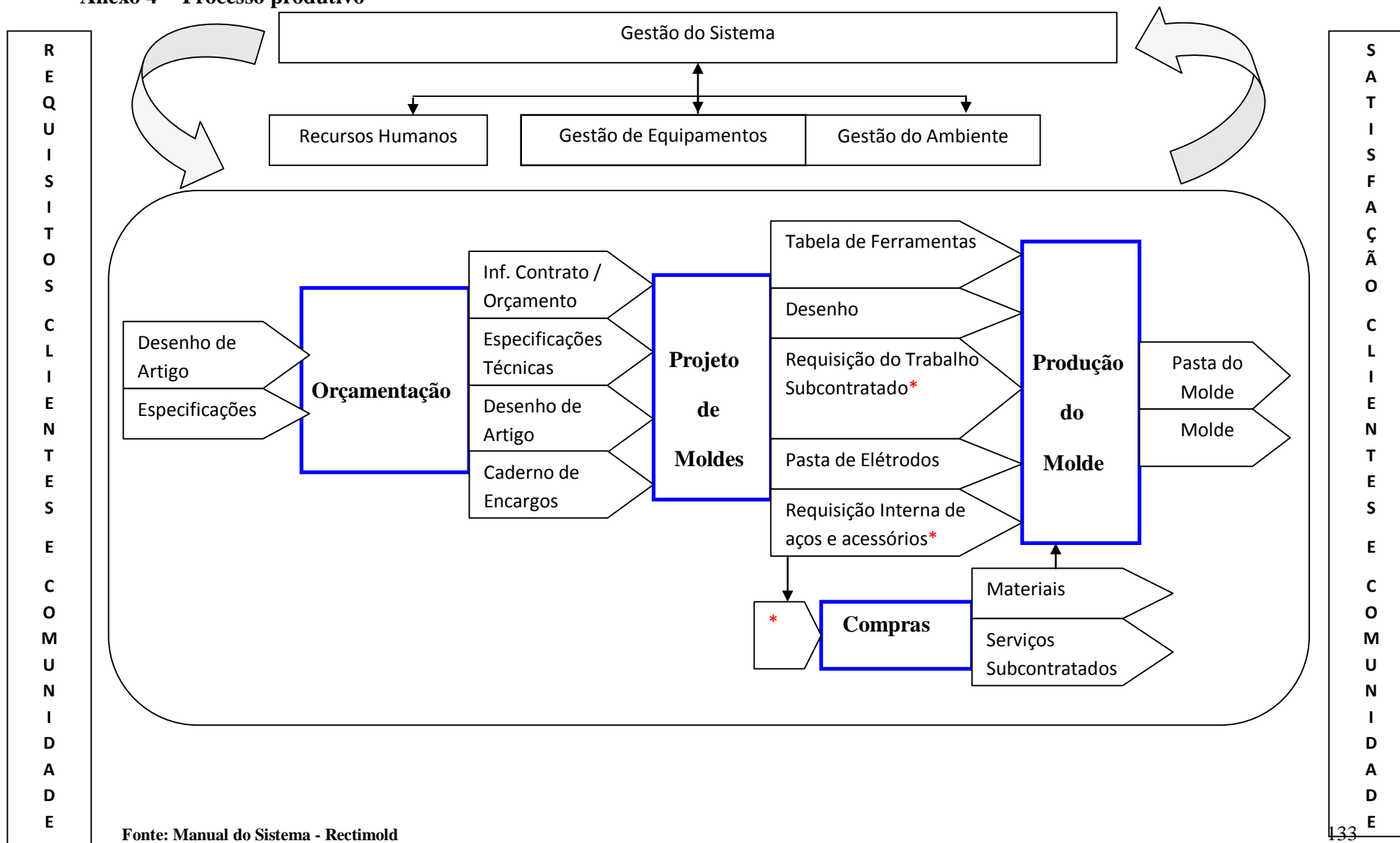
Anexo 3 – Legislação aplicável à entidade

| | Requisito Legal | |
|--|--|--|
| Energia (Não aplicável – Controlo) | DL nº 71/2008, 15 Abril | Plano de Racionalização de Energia Regulamento da Gestão do Consumo de Energia |
| | DL nº 79/2006, 4 Abril | Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios |
| Água | DL nº 226-A/07, 31 Maio | Licença de Utilização do domínio hídrico para rejeição de águas residuais |
| | DL nº 543/99, 13 Dezembro | Constituição da Simlis – Sistema Multimunicipal de Saneamento do Lis (recolha, tratamento e rejeição de efluentes) |
| Ocupação do Solo | DL 209/2008, 29 Outubro Declaração Rectif.77-A/2008, 26 Dezembro | Estabelece normas disciplinares da atividade industrial Classificação do tipo de estabelecimento 1 a 3 |
| | Despacho SEAD 39, 16 Outubro | Regulamento de Construção na Área do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros |
| Emissões Gasosas | Regulamento (CE) nº 842/2006, 17 Maio | Substâncias que têm implicações nas alterações climáticas |
| | Regulamento (CE) nº 1494/2007, 17 de Dezembro | |
| | Regulamento (CE) nº 2037/2000, 29 Junho (Revogado a partir de 1/01/10 pelo Reg. (CE)) nº 1005/2009, 16 Setembro) | Substâncias que empobrecem a camada de ozono |
| | Decreto-Lei nº 35/2008, 27 Fevereiro (Republicação do DL 152/05 de 31/08) | |
| | Despacho DGV nº 3/94 (Portaria nº 267/93, 11 Março) | Estabelece as regras para o controlo do sistema de escapes e respetivas emissões poluentes |
| | DL nº 78/2004, 3 Abril DL 126/2006, 3 Julho | Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera |

| | Requisito Legal | |
|--|--|---|
| Emissões Gasosas | Portaria 263/2005 Declaração de Retificação nº 38/2005 | Regras para o cálculo das chaminés |
| | Portaria nº 286/93, 12 Março Portaria nº 675/2009, 23 Junho | Valores Guia para a medição das emissões gasosas |
| | Portaria nº 80/2006 23 Janeiro | Fixa os limiares mássicos mínimos e máximos dos poluentes atmosféricos |
| Resíduos | Portaria nº 335/97, 16 Maio | Preenchimento das Guias de Acompanhamento de Resíduos , Modelo A |
| | Portaria nº 209/2004, 3 Março | Classificação dos resíduos segundo os códigos da Lista Europeia de Resíduos (LER) |
| | DL nº 230/2004, 10 Dezembro | Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) |
| | DL nº 153/2003, 11 Junho | Regime jurídico da gestão de óleos usados |
| | Despacho nº 662/2005, 6 Setembro | Licença de Gestão do Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados à Sogilub |
| | Decreto-Lei nº 178/2006, 5 Setembro | Regime Geral da Gestão de Resíduos Obrigatoriedade de registo no SIRAPA |
| | Portaria nº 1408/2006, 18 Dezembro | Funcionamento do SIRAPA |
| | DL 366-A/97, 20 Dezembro | Sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens |
| Ruído Ambiente | DL nº 9/2007, 17 Janeiro | Aprova o Regulamento Geral do Ruído |
| Comercialização Utilização de Substâncias Perigosas | DL 82/2003, 23 Abril DL 63/2008, 2 Abril | Regulamento para a Classificação, Embalagem, Rotulagem e Ficha de Dados de Segurança |
| PCB's | DL nº 277/99, 23 Junho | Eliminação de PCB usados, descontaminação ou eliminação dos PCB's e dos equipamentos, caso contenham mais de 0,05% de PCB em peso no fluído dielétrico. |
| | DL nº 72/2007, 27 Março | |
| Seguro de Responsabilidade Ambiental | DL 147/2008, 29 Julho | Responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais |

Fonte: Declaração Ambiental 2010 - Rectimold

Anexo 4 - Processo produtivo



Anexo 5 - Aspetos e Impactes Ambientais

Fase 3 – 3.1

| Atividade | Aspeto Ambiental | Direto | Indireto | Impacte Ambiental |
|--|---|--------|----------|--|
| Geral | Consumo de água | X | | Consumo de recursos hídricos |
| | Consumo de energia | X | | Aquecimento global |
| | Solo impermeabilizado | X | | Não contaminação do solo e água |
| | Ruído | X | | Aumento do Ruído ambiente |
| | Ocupação do solo | X | | Poluição Visual, Contaminação do solo e das águas e Destruição da Vegetação |
| | Risco de Incêndio Associado a curto-circuito (instalação elétrica) | X | | Poluição do ar com fumos e gases tóxicos, Criação de resíduos perigosos e Destruição da vegetação. |
| Escritórios / Zonas de Apoio | Consumo de energia elétrica | X | | Aquecimento Global |
| | Consumo de papel | X | | Consumo de matérias-primas |
| | Consumo de tinteiros e toners | X | | Consumo de matérias-primas |
| | Consumíveis vários (material de escritório, de informática e outros) | X | | Consumo de matérias-primas |
| | Produção de resíduos: embalagens de papel/cartão | X | | Criação de resíduos para aterro |
| | | | | |
| | Reutilização das embalagens de cartão | X | | Redução do consumo de matérias-primas |
| | Utilização de tinteiros / toners reciclados | X | | Redução da quantidade de resíduos para aterro |
| Armazenamento de Materiais para Produção | Consumo global de matérias-primas (aço, cobre, alumínio, ampc, latão, bronze e grafite) | X | | Consumo de matérias-primas |
| | Reutilização das embalagens de cartão | X | | Redução do consumo de matérias-primas |
| | Risco de Incêndio resultante no armazenamento de materiais de produção e | X | | Poluição do ar com fumos e gases tóxicos, Criação de resíduos perigosos e Destruição da vegetação. |

| Atividade | Aspeto Ambiental | Direto | Indireto | Impacte Ambiental |
|--|---|---------------|-----------------|---|
| Armazenamento de Materiais para Produção | produtos perigosos | | | |
| | Transporte por fornecedores | | X | Emissões Gasosas, Ruído |
| | Rotulagem de produtos perigosos | | X | Redução do potencial de impactes resultantes de situações de emergência |
| Máquinas da Fabricação | Reutilização das embalagens das fresas | X | | Redução dos resíduos para aterro. |
| | Reutilização das embalagens de cartão | X | | Redução do consumo de matérias-primas |
| | Reutilização da água da chuva armazenada | X | | Redução do consumo de água de abastecimento |
| | Emissão de ruído | X | | Aumento do ruído ambiente |
| | Consumo de energia elétrica | X | | Aquecimento global |
| Embalagem e Transporte das Peças | Consumo de embalagens: madeira e cartão | X | | Consumo de matérias-primas |
| | Consumo do Combustível | X | | Consumo de recursos não renováveis |
| | Derrame de óleos | X | | Contaminação do solo e das águas |
| | Derrame de Gasóleo | X | | Contaminação do solo e das águas |
| | Troca de Óleo: Resíduos de embalagens de óleo, Resíduos de óleos usados | | X | Contaminação do solo e água e Criação de resíduos perigosos |
| | Reutilização de embalagens de cartão de materiais de consumo | X | | Redução do consumo de matérias-primas |
| Parque de Resíduos | Segregação e identificação dos resíduos | X | | Destino final adequado de resíduos, Aproveitamento de resíduos recicláveis |
| | Risco de Incêndio resultante do armazenamento de resíduos perigosos | X | | Poluição do ar com fumos e gases tóxicos, Criação de resíduos perigosos e Destruição da vegetação |
| | Resíduos enviados para destino final adequado - Operadores Licenciados | | X | Redução de Fontes de Poluição e Contaminação do solo e das águas |
| | Produção global de resíduos líquidos e sólidos | X | | Criação de resíduos |
| | Derrames de óleo e de resina | X | | Contaminação de águas/ solos |

| Atividade | Aspetto Ambiental | Direto | Indireto | Impacte Ambiental |
|---|---|---------------|-----------------|---|
| Sistema de Exaustão e Extração de Gases e Vapores | Mau funcionamento do sistema de filtros | X | | Poluição do ar |
| | Avaria no sistema de exaustão | X | | Poluição do ar ambiente de trabalho. |
| | Risco de Incêndio e explosão de gases resultantes do mau funcionamento do sistema de ventilação | X | | Poluição do ar com fumos e gases tóxicos, Criação de resíduos perigosos e Destruição da vegetação |
| Águas Pluviais | Acumulação de água da chuva proveniente do telhado para utilização no processo | X | | Redução do consumo de recursos hídricos |
| Águas Residuais / Fossa Séptica | Produção global de águas residuais: | X | | Contaminação do solo e águas |
| | Produção de lamas provenientes da fossa séptica | X | | Criação de resíduos |

Fonte: Documento interno - Rectimold

Anexo 6 – Gravidades versus Benefícios ambientais

Tendo em conta os aspetos ambientais, a Rectimold agrupou-os em gravidade e benefício e dentro de cada um destes dividiu-os em graus.

| GRAVIDADE | BENEFÍCIO |
|--|--|
| <p><i>Impactes ambientais muito graves:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - contaminação do solo ou águas; - consumo de substâncias proibidas; - criação de resíduos perigosos com destino inadequado. | <p><i>Grandes benefícios para o ambiente:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - utilização de tecnologias de redução da poluição; - redução de fontes de poluição; - redução de consumos; - reutilização. |
| <p><i>Impactes ambientais graves:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - emissão de gases poluentes ; - consumo de recursos não renováveis em grandes quantidades; - contaminação de resíduos não perigosos; - destruição da camada de ozono (fuga total de CFC ou gás fluorado dos equipamentos); - destruição da vegetação. | <p><i>Benefícios consideráveis para o ambiente:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - reciclagem; - substituição de substâncias perigosas por não perigosas; - identificação das substâncias perigosas |
| <p><i>Impactes ambientais de gravidade média:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - consumo de substâncias perigosas - criação de resíduos não perigosos com destino inadequado - ruído ambiente - consumo de recursos não renováveis em pequenas quantidades - fugas pontuais de CFC ou gases fluorados | <p><i>Alguns benefícios para o ambiente:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - tecnologias de tratamento da poluição - impermeabilização do solo |
| <p><i>Impactes ambientais pouco graves:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - consumo de recursos naturais renováveis - criação de resíduos com destino adequado - Criação de resíduos para aterro - Emissão de gases poluentes (controlados) - Não rotulagem de produtos perigosos | <p><i>Benefícios ambientais pouco representativos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - consumo de materiais reciclados |
| <p><i>Impactes ambientais de gravidade reduzida:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - consumo de matérias-primas - impermeabilização do solo - aquecimento global resultante do consumo de energia elétrica - infiltração de águas no solo sem contaminação - poluição visual - ruído no local de trabalho | <p><i>Benefícios ambientais de muito pequena expressão:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - consumo de materiais recicláveis |

Fonte: Documento interno - Rectimold

Anexo 7 – Designação das Siglas da coluna destino/Tratamento

De seguida são apresentadas apenas as siglas da coluna do Destino/Tratamento, que consta no quadro III.2 – Levantamento de Resíduos, Fontes geradoras e Destino. Estas siglas são retiradas das tabelas de operações de eliminação e de valorização mencionadas no anexo II A e B da Decisão da Comissão n.º 96/350/CE, de 24 de Maio.

Operações de Eliminação

As seguintes siglas são retiradas da tabela corresponde ao anexo II A e destina-se a enumerar as operações de eliminação tal como surgem na prática:

D1 – Deposição sobre o solo ou no seu interior (por exemplo, aterro sanitário, etc.)

D5 – Depósitos subterrâneos especialmente concebidos (por exemplo, deposição em alinhamentos de células que são seladas e isoladas umas das outras e do ambiente, etc.)

D6 – Descarga para massas de águas, com exceção dos mares e oceanos.

D9 – Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente anexo, que produz compostos ou misturas finas rejeitados por meio de qualquer uma das operações enumeradas de D1 a D12 (por exemplo, evaporação, secagem, calcinação, etc.).

D15 – Armazenamento enquanto se guarda a execução de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada).

Operações de Valorização

As seguintes siglas são retiradas da tabela corresponde ao anexo II B e destina-se a enumerar as operações de valorização tal como surgem na prática:

R3 – Reciclagem / recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes (incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas).

R4 – Reciclagem / recuperação de metais e de ligas.

R5 – Reciclagem / recuperação de outras matérias orgânicas.

R9 – Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos.

